

A revista que pensa a Educação.

ANO 12 • Nº 24 • 2023



EDUCATRIZ

CIDADANIA
QUEM CUIDA DOS
PROFESSORES?

{ DOSSIÊ }

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

E A ARTICULAÇÃO ENTRE
REDES, ESCOLAS E FAMÍLIAS
PARA A EQUIDADE.

FOCO

A INCLUSÃO
GERACIONAL E OS
DESAFIOS DA EJA

NA TELA

5 PERGUNTAS
ESSENCIAIS PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FORMAÇÕES

EDUCATRIX

ATUALIZAÇÃO PRÁTICA

A FORMAÇÃO DO ALUNO COMEÇA COM O DESENVOLVIMENTO DO PROFESSOR. PENSANDO NISSO, CRIAMOS AS **FORMAÇÕES EDUCATRIX**, UMA FORMA INOVADORA DE TRANSFORMAR SUA REVISTA FAVORITA EM UMA FERRAMENTA DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES.





Apresentação disponível em Formações Educatrix:

GESTÃO ESCOLAR



WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX



Você encontra o selo **Formações Educatrix** em reportagens que se transformam em apresentações para formação de professores.

Acesse gratuitamente no portal **Educatrix** e aproveite todos os conteúdos.

www.moderna.com.br/educatrix





EU SOU A ESCOLA PÚBLICA

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA ENFRENTA
DESAFIOS QUE PRECISAM DE ATENÇÃO
TOTAL. E A MODERNA SABE DISSO!**

Por isso, está 100% dedicada em atender você com uma equipe totalmente dedicada, desde o editorial até o atendimento pedagógico.

Acesse:

<https://mod.lk/sou>



COMPROMISSO COM A INCLUSÃO

EM NOSSAS CONVERSAS e visitas a escolas e redes de ensino de todo o Brasil, a inclusão é sempre uma pauta urgente e, ao ser levantada, causa um suspiro em gestores e educadores. Ao abordar mais de perto esse tema, percebemos que a inclusão vai muito além da educação especial ou de estratégias de adaptação pontuais dentro de sala. A inclusão é um valor inestimável para o que, de fato, é a escola: um ambiente de aprendizado e trocas para todos.

As várias camadas da inclusão envolvem perspectivas e temas relevantes e atuais, como a educação especial, a educação indígena, as cotas raciais e de renda e até mesmo a inclusão geracional. Afinal, o que é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se não o ato de incluir pessoas que não tiveram oportunidades na educação na faixa etária estabelecida nas nossas políticas educacionais? Tudo isso passa por garantir uma educação que respeite a diversidade em todos os seus sentidos. Nesta edição, nossa equipe se aventura a compreender o tamanho deste desafio e a conhecer práticas e projetos que fazem a diferença.

De acordo com o Censo Escolar 2022, lançado em março de 2023 pelo MEC, cerca de 1,3 milhão de estudantes matriculados em classes regulares são público-alvo da educação especial. Esse número aumenta ano a ano e, com ele, os desafios de criar estratégias assertivas de inclusão no ambiente escolar.

Nas seções Perspectivas e Panorama, ouvimos os dois lados dessa moeda: a organização das instituições educacionais e as expectativas e lutas das famílias para garantir o direito à educação regular.

Na seção Entrevista, conversamos com Rodrigo Hubner Mendes, do Instituto Rodrigo Mendes, para conhecer o que há de mais atual em relação à educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Para complementar, a seção Pensamento Acadêmico aborda a neurodiversidade e mostra a importância de entender o funcionamento cerebral e a forma como cada aluno aprende para, com base nesses estudos, elaborar estratégias eficientes e significativas para a sala de aula.



Incluir envolve também tratar das questões de convivência dentro da escola que nos estarreceram ao longo do primeiro semestre de 2023 com ameaças, ataques e tragédias. Convidamos Roberta Pânico, da Comunidade Educativa Cedac, para assinar a seção Conexão e trazer um passo a passo para a criação de um comitê antibullying na escola.

Na seção Linha de Raciocínio, vamos conversar mais sobre a educação indígena e as dificuldades encontradas para a inclusão plena dos povos originários na educação regular. Apresentamos uma reportagem sobre escolas e redes de ensino que estão focando na educação antirracista como pilar pedagógico.

E tem novidade! A Educatrix lança a nova coluna Sustentabilidade na Santillana, assinada por Luciano Monteiro, diretor global de Comunicação Corporativa da Santillana. Nesse espaço, a Santillana Brasil trará registros sobre as iniciativas globais e locais para o avanço no Pacto Global da ONU e ações em prol do ASG (em inglês, ESG). Assim, você fica sabendo de tudo o que estamos planejando e fazendo para transformar a nossa realidade.

Como é de praxe, convidamos você e sua equipe a explorar as próximas páginas e esperamos que os conteúdos sejam suporte e inspiração para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Afinal, já passou da hora de incluir!

Ivan Aguirra Izar

DIRETOR ACADÊMICO E DE MARKETING

SUMÁRIO

EDUCATRIX

A revista que pensa a Educação.

- **SAIBA+** | O PODER DA INTELIGÊNCIA COLETIVA PÁG. 8
- **FIO DA MEADA** | EQUIDADE E EDUCAÇÃO PÁG. 10
- **ENTREVISTA** | RODRIGO HÜBNER MENDES: "A ESCOLA INTEIRA GANHA COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA" PÁG. 12

- **FOCO** | UM POUCO DA HISTÓRIA E DOS DESAFIOS ATUAIS DA EJA PÁG. 20
- **GESTÃO ESCOLAR** | O DESAFIO DE NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS PÁG. 30

- **PERSPECTIVAS** | PÁG. 44

DE PORTAS ABERTAS PARA A INCLUSÃO

- **PANORAMA** | O QUE PAIS E MÃES ESPERAM DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PÁG. 56
- **PENSAMENTO ACADÊMICO** | NEURODIVERSIDADE E OS DESAFIOS EM SALA DE AULA PÁG. 66
- **PLENOS SABERES** | SUPERDOTAÇÃO E A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM SALA DE AULA PÁG. 78
- **POR DENTRO** | COMO PREPARAR AULAS (MAIS) INCLUSIVAS PÁG. 86
- **NA TELA** | 5 PERGUNTAS ESSENCIAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PÁG. 92
- **LINHA DE RACIOCÍNIO** | A ESCOLA NA ALDEIA PÁG. 98
- **TENDÊNCIAS** | VAMOS FALAR DE RACISMO? PÁG. 104
- **CONEXÃO** | COMITÊ DE CONVÍVIO ESCOLAR: ESTRATÉGIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA PÁG. 114
- **CIDADANIA** | QUEM CUIDA DOS PROFESSORES? PÁG. 124
- **SUSTENTABILIDADE** | EDUCAÇÃO INCLUSIVA PRECISA DE BONS RECURSOS PEDAGÓGICOS PÁG. 132

- **FAVORITOS** | CONTEÚDOS QUE POTENCIALIZAM O DIA A DIA DO PROFESSOR PÁG. 136
- **IMAGINE E DESENHE** | PALOMA BARBOSA PÁG. 138

O poder da inteligência coletiva


TEXTO Ivan Aguirra

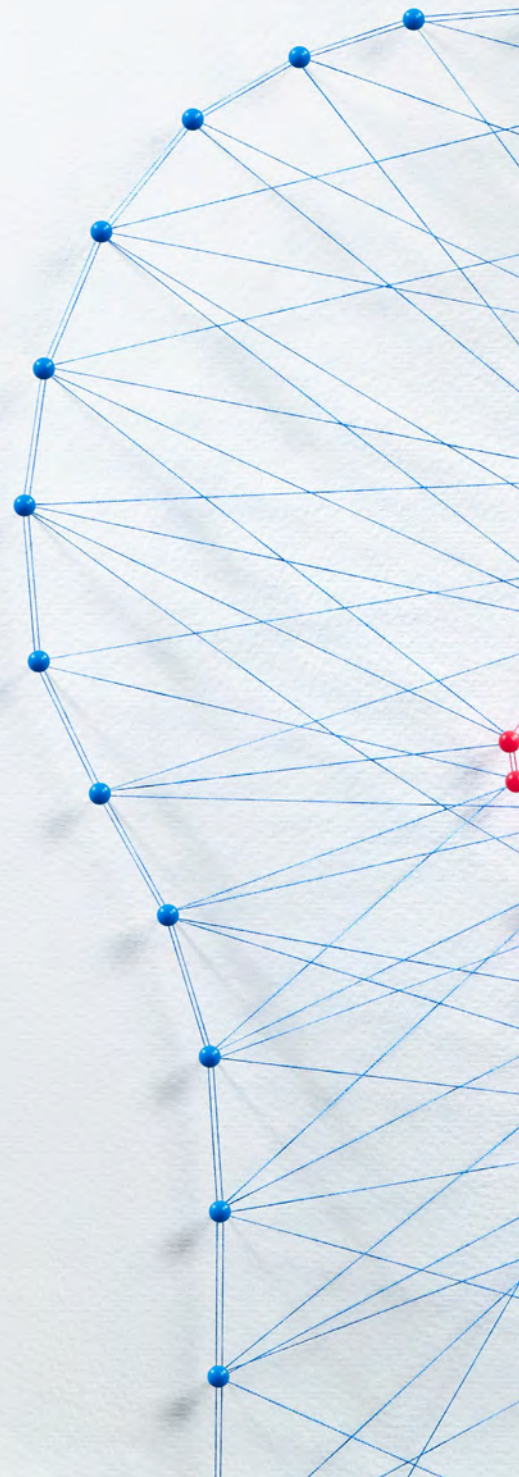
COM TODA CERTEZA, um dos “aprendizados” mais dispensáveis que despertei nos tempos da escola foi a crença de que “não basta ser bom, é preciso ser melhor”. A cultura da competição, do ranking, do primeiro lugar, acaba por invalidar tudo que é diverso e fora do padrão do que é posto como formal, além de colocar todos que não estiverem no topo como inadequados, insuficientes de alguma forma. Passadas décadas dos meus tempos de carteira escolar, é nítido que essa crença ainda povoa o imaginário da imensa maioria da população, alimentada pelos processos de seleção às universidades. Afinal, como construir uma nova forma de ensinar com sentido se o aluno precisa necessariamente cumprir os requisitos cobrados nos exames de seleção? Ouso dizer que na proposta mista seguida por muitos colégios, aquela que dá luz à inovação sem tirar os olhos dos protocolos mínimos do vestibular, tanto o gato quanto o peixe acabam sendo perdidos de vista uma vez que se promove a exclusão, por segregar em vez de acolher as diferentes formas de aprender e despertar a criatividade e a curiosidade pelo novo. Afinal de contas, sejamos sinceros, há espaço para os estudantes com necessidades especiais na escola atualmente? Não me refiro a projetos apertados, mas a políticas públicas de inserção nas universidades, no mundo do trabalho, propostas de valorização de suas identidades e empoderamento na comunidade. De forma geral, não há.

Hoje, em resposta ao que supostamente aprendi, sou muito mais afeito a um aprendizado proposto por Pierre Lévy na obra *Inteligência coletiva*. Segundo o autor, o conceito que dá nome ao livro é “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Com ela, é possível reconhecer as diferentes habili-

dades de cada indivíduo com o objetivo de articulá-las para estarem a serviço da coletividade. Isso foi facilitado com a popularização das tecnologias digitais e da cultura da colaboração, tanto no meio acadêmico quanto no empresarial.

O maior valor da inteligência coletiva é seu potencial de oportunidade e compartilhamento entre todos, sem distinção etária, acadêmica, de classe social, gênero ou etnia. São saberes individuais que, somados, compõem um mosaico de inteligências múltiplas e diversas, potencializadas pelas vivências, pela criatividade e pela percepção de mundo de cada indivíduo. Darwin talvez dissesse que a inteligência coletiva poderia ser um processo evolutivo da experiência humana, considerando aprendizados colaborativos e de empatia, que envolvem tanto a técnica quanto o conceitual e o emocional. Afinal, todo o conhecimento está na humanidade e não há ninguém que seja nulo nesse contexto, todos podem colaborar de alguma forma que faça sentido. Por essa razão, o autor afirma que a inteligência coletiva deve ser valorizada em todas as circunstâncias, e aqui vale ressaltar que não se trata de uma atribuição exclusivamente da escola e na escola, mas de todos e nos mais diferentes lugares e contextos. O que a escola pode fazer é ajudar a mobilizar a comunidade sobre seu papel, abrir seus espaços para esse tipo de discussão e construção coletiva, a começar pela conscientização do poder excludente dos vestibulares, que sequer avaliam a jornada formativa do estudante, e sim sua capacidade emocional no dia da aplicação do exame.

Parafraseando Paulo Freire, “ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. Que tal dividir essa experiência com mais pessoas da escola? Fica o convite. 



CONSELHO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra
Luciano Monteiro
Solange Petrosino

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra

PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra
Lara Silbiger
Luciano Monteiro
Paulo de Camargo
Ricardo Prado

ARTICULISTAS

Ana Paula Patente
André Lázaro
Fabiane Navega
Liliane Garcez
Nilma Lino Gomes
Roberta Panico
Telma Pantano

**PREPARAÇÃO E
REVISÃO DE TEXTOS**

Adriana Bairrada

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN

Ricardo Davino

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ricardo Davino

CAPA

Ricardo Davino

COLABORADORES

Tiago Santana
Gabriel Santos
Guilherme Figueira
Vinicius Lima

LEIA NOSSO ACERVO DIGITAL:

moderna.com.br/educatrix



Rua Padre Adelino, 758
São Paulo/SP • CEP 03303-904

Educatrix é uma publicação semestral com a proposta de colaborar com a formação nas escolas parceiras de todos os negócios da Santillana no Brasil.

ISSN: 2447-4991

✉ educatrix@moderna.com.br

© Direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização.

Equidade e educação

O usufruto da igualdade e da justiça não se realiza sem a existência do reconhecimento, da redistribuição de renda e da equidade. Educação sem equidade não é educação.

TEXTO *Nilma Lino Gomes*



A IDEIA de que todos os seres humanos têm direitos iguais é um pressuposto básico da democracia. Esse princípio está presente na noção de cidadania, construída na sociedade moderna. Trata-se da ideia de que o princípio da igualdade confere direitos a todas as pessoas e, sendo assim, não cabem distinções entre os cidadãos e as cidadãs. Em outras palavras, um Estado democrático, ao garantir direitos, deve fazê-lo para todos. No entanto, a igualdade não se concretiza desse modo na vida cotidiana.

Os contextos de dominação, colonização, escravidão e lutas pelo poder que forjaram as sociedades modernas têm o seu ápice com o advento do capitalismo, que se por um lado afirma que todas as pessoas têm os mesmos direitos perante a lei, necessitam das mesmas coisas e têm a liberdade para consegui-las, por outro, seguindo a lógica do mercado, sustenta a desigualdade real e não garante a igualdade na aplicação desses mesmos direitos. Uma coisa é a igualdade formal e outra é a igualdade de condições materiais que todos deveriam ter para alcançá-la. Se as sociedades são desiguais e pautadas no acúmulo de riquezas de uns poucos e na pobreza de muitos, falta problematizar o princípio de igualdade com as noções de justiça e equidade.

Na contramão do mercado como eixo condutor da vida em sociedade, a partir do século XX, construímos lutas sociais em prol de uma cidadania mais plural, do direito à diferença, de uma igualdade que reconheça o trato desigual que recai historicamente sobre coletivos sociais diversos que são considerados fora do padrão ocidental de humanidade.

Nesse contexto, a equidade coloca-se como horizonte, possibilidade e potência para que, articulada aos princípios da igualdade e do reconhecimento, viabilize a construção de políticas e práticas que visem a um tratamento mais justo aos sujeitos contemplando as diversas diferenças.

A equidade é parte intrínseca da justiça social. É um substantivo feminino originário do latim, *aequitas* e *aequus*, que significa “justo”, “igual”, “simétrico”. No Direito, a equidade diz respeito ao julgamento justo para todos, tendo em vista as distintas condições de indivíduos ou grupos.

Educação que não leve em conta a equidade não merece ser chamada de educação de qualidade. Educação é um bem social e coletivo, portanto deve atender a toda comunidade. Por isso, quando falamos sobre igualdade, equidade e justiça na educação, é preciso considerar o papel importante dos movimentos sociais, que denunciavam o trato desigual e não equânime dado aos coletivos sociais diversos transformados em desiguais e tratados como inferiores, tais como negros, mulheres, quilombolas, indígenas, pessoas do campo, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e idosos.

Por esse motivo os movimentos sociais implementaram a partir dos anos 2000 a luta pelas políticas de ações afirmativas, e a educação foi um dos seus principais focos. As ações afirmativas explicitam que o usufruto da igualdade e da justiça para todos não se realiza sem a existência do reconhecimento, da redistribuição de renda e da equidade.

Na escola, o processo de construção da equidade implica uma série de mudanças em vários níveis de atuação. Um exemplo é a revisão do projeto político pedagógico (PPP): é preciso explicitar o compromisso com a Lei de Diretrizes e Bases, alterada pela Lei n. 10.639/2003, sobre as culturas afro-brasileiras, e pela Lei n. 11.645/2008, das culturas indígenas. O PPP deve também pensar nas questões ambientais e de direitos humanos, na ressignificação da participação da comunidade escolar na gestão democrática. Produzir uma educação com qualidade e equidade exige uma revisão do material didático e dos acervos literários e da brinquedoteca para que a diversidade brasileira e do território esteja aí representada. A acessibilidade das pessoas com deficiência faz parte das políticas de equidade.

É preciso ressignificar a relação ensino-aprendizagem reconhecendo, compreendendo e inserindo os saberes construídos pelos estudantes na sua vivência comunitária, social, cultural, étnica, racial, de gênero, de idade, de orientação sexual como eixos pedagógicos do currículo e não como momentos ilustrativos. Os materiais pedagógicos devem ser acessíveis a todos os estudantes e é importante conhecer a diversidade que existe na sala de aula. Pensar a relação entre equidade e educação é uma proposta exigente uma vez que diz respeito à ampliação e ao aprofundamento da nossa concepção de educação democrática, laica, inclusiva, socialmente referenciada. Para ser equânimes, a educação e a escola precisam ser antirracistas, antimachistas, anticapacitistas e antiLGBTQIA+fóbicas.

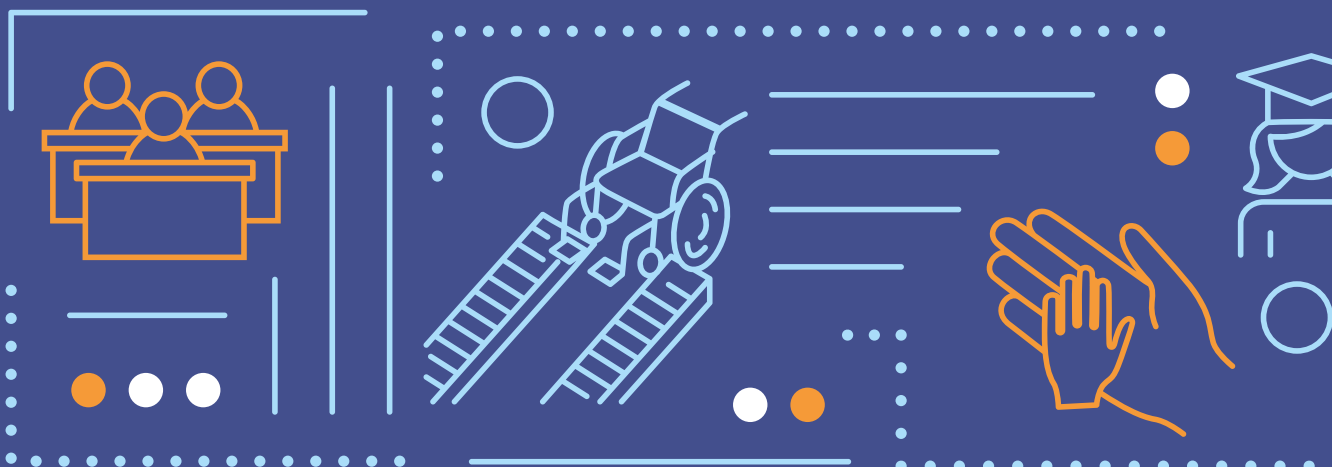
A equidade não deve ser um alvo a ser alcançado pela educação democrática que queremos, mas sim o caminho para a sua efetivação por meio de um posicionamento político e pedagógico afirmativo que reconheça as diferenças dos sujeitos e garanta a igualdade de direitos e oportunidades como trunfos para uma vida justa. □

NILMA LINO GOMES

É professora titular emérita da UFMG. Doutora em Antropologia Social (USP) e pós-doutora em Sociologia (Universidade de Coimbra) e em Educação (UFSCar-SP). Pesquisadora do CNPq. Consultora de políticas antirracistas da Fundação Santillana.

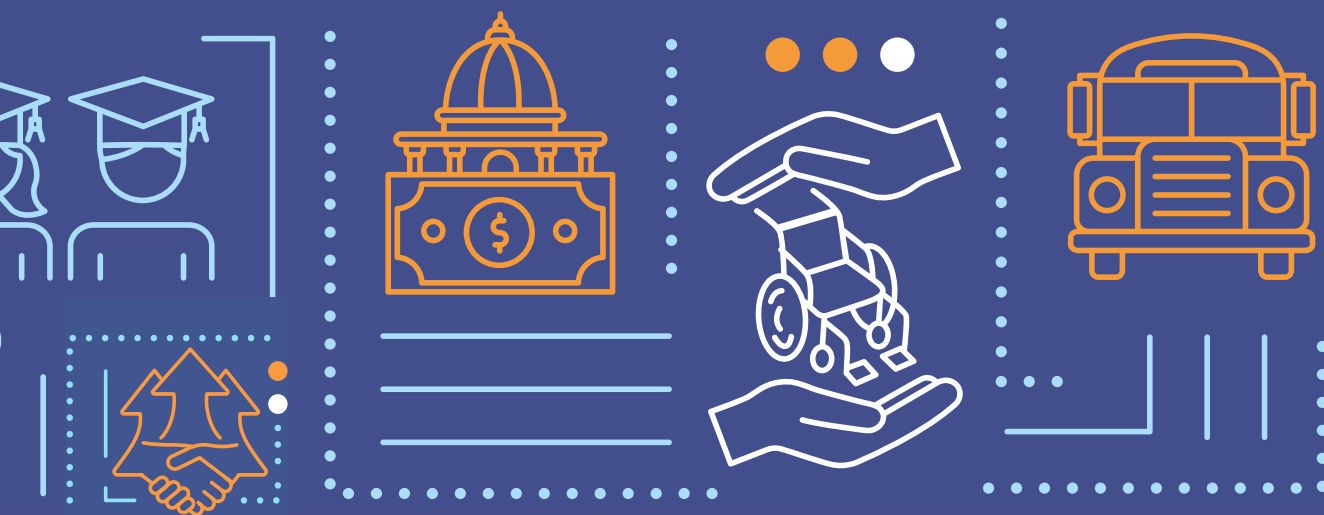
PARA SABER MAIS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- SOUZA, Eliete de. *Problematizando a equidade: a questão da inclusão profissional da pessoa com deficiência*. São Paulo: PUC, 2006. Mestrado em Psicologia Social.
- SPOSATI, A. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VERÁS, M. P. B. (ed.) *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.
- RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. *Educação e Pesquisa* [on-line]. 2013, v. 39, n. 1. pp. 15-30. Disponível em: mod.ik/ed24_fm1. Acesso em: 26 abr. 2023.



“
**A escola
inteira ganha
com a
educação
inclusiva”**





Conheça o trabalho pioneiro de **Rodrigo Hübner Mendes** que dá insumos para a inclusão se tornar realidade para todos.

TEXTO *Paulo de Camargo*

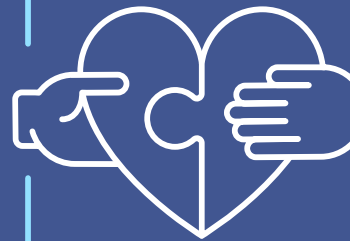
O ENSINO brasileiro tem desafios gigantescos em diversas áreas, mas, em todas, há pelo menos um elemento em comum, em diferentes dimensões: o conceito de educação inclusiva. A cultura reconhecidamente excludente da educação básica, no país, encontra sua expressão também no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência – e essa é a razão de existir do Instituto Rodrigo Mendes.

“Trabalhamos para que nenhuma criança e nenhum adolescente fiquem fora da escola em virtude de uma característica ligada ao campo da deficiência”, explica o advogado Rodrigo Hubner

Mendes. Administrador, mestre em Gestão da Diversidade Humana pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mendes criou, em 1994, o Instituto Rodrigo Mendes, que desde então se tornou uma referência na área.

Autor do livro *Educação inclusiva na prática*, publicado pela Fundação Santillana e Editora Moderna, Mendes é membro do Young Global Leaders (Fórum Econômico Mundial) e concedeu uma entrevista exclusiva para a Educatrix tratando dos desafios que o campo da educação de pessoas com deficiência enfrenta no Brasil. »





» **EDUCATRIX** **Como é possível recuperar a história da educação de crianças e adolescentes com deficiência antes de falarmos no cenário atual?**

RODRIGO HÜBNER MENDES Pretendemos gerar transformações em um campo em que historicamente crianças e adolescentes passaram por enormes processos de discriminação e exclusão em todos os âmbitos. Isso se observa também na questão do acesso à educação. Estamos falando da história da humanidade. Na educação, essas pessoas foram completamente excluídas e apenas no século passado esse processo começou a ser repensado. Como política pública, ou seja, buscando escala e reservando investimentos para a implementação, esse é um processo muito recente. Inicialmente, isso aconteceu com o surgimento de escolas especiais.

EDUCATRIX **Por que se pensava em salas e escolas chamadas especiais?**

MENDES Esse era o paradigma então vigente – um modelo segundo o qual seria necessário um ambiente restrito, reservado especificamente para o público com deficiência. Daí a ideia de especial, de especificidade. Era um princípio de separação em um tipo próprio de instituição que lidaria exclusivamente com esse público. Mas tudo isso evoluiu nas últimas décadas, no mundo inteiro, para o que se busca hoje: uma educação verdadeiramente inclusiva.

EDUCATRIX **É um desafio planetário...**

MENDES Só para que você tenha uma ideia da dimensão do que estamos falando, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, existe no planeta um bilhão de pessoas com deficiência, perto de 15% da população no mundo. Quando pensamos na participação dessa população, tanto nas etapas educacionais, como na inserção no mundo do trabalho, vemos a profundidade da desigualdade que persiste. É sempre extremamente relevante ressaltar a desigualdade, que é gigantesca.

EDUCATRIX **É por isso também que o conceito de educação inclusiva abrange o universo que vai além da oferta educativa para crianças e adolescentes com deficiência. Há múltiplas faces da inclusão que expressam a demanda por direitos, certo?**

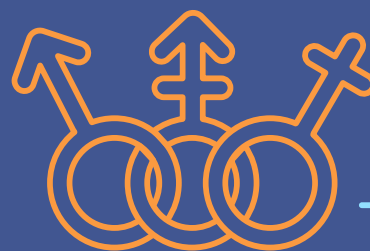
MENDES Sim. A proposta da educação inclusiva surge a partir do amadurecimento da própria pedagogia e da discussão sobre direitos humanos, como uma resposta ao que a sociedade colheu depois de tanto tempo investindo em um modelo de segregação em salas especiais. Ainda persistem falsos dilemas, como o que sugere que crianças seriam mais bem atendidas em lugares próprios, e que isso representaria uma proteção... É preciso entender que uma escola especial é quase sempre uma instituição muito pequena, que recebe dinheiro do Estado. Raramente essas instituições seguem o currículo oficial. Mas o que se observa, e muitas vezes é explicitamente colocado, é a reprodução de uma crença segundo a qual aquelas crianças precisam ser protegidas, pois não têm a capacidade de construir autonomia.

EDUCATRIX **Essa é uma visão que permeia toda a sociedade...**

MENDES A visão de mundo de muitas instituições, transmitida para os pais, é de que essas crianças não deveriam ser comparadas com as outras e que não se deve ter grandes expectativas no seu futuro. Quando se fala em pessoas com impedimentos intelectuais, isso predefine um horizonte de autonomia, como se fosse possível ver o ponto de chegada antes mesmo da largada. Muito bem, depois de décadas podemos perceber que este é um modelo que fracassou, não gerou resultados. Hoje são adultos completamente dependentes de suas famílias ou de instituições, e isso sinaliza um fracasso.

EDUCATRIX **E por que a inclusão ainda gera tanta insegurança na escola?**

MENDES Porque muita gente ainda entende que o que está sendo proposto é simplesmente uma transferência de um público que



antes frequentava instituições especializadas para o universo da escola convencional. É claro que não funciona simplesmente matricular uma criança com algum tipo de deficiência em uma escola comum. Esse é só um primeiro passo. Para que o processo educativo aconteça, a escola e os professores precisam se transformar e rever o seu projeto político pedagógico pela mesma lógica que nos últimos 15 anos vem funcionando em várias partes do mundo. Temos encontrado, em todas as regiões brasileiras, casos muito exitosos. É preciso, com olhar de pesquisadores, entender o que deu certo, como deu certo, para compartilhar as experiências bem-sucedidas.

EDUCATRIX O que deve ocorrer para a educação inclusiva funcionar?

MENDES Temos de buscar os elementos que são imprescindíveis em transformações multidimensionais. Estamos falando do cotidiano escolar, mas também de outras dimensões. Eu destaco, em primeiro lugar, a necessidade de se investir na formação dos professores e de todos os profissionais da equipe pedagógica, quer dizer, de ampliar o seu repertório com alternativas pedagógicas e com o uso das novas tecnologias. Há muitas tecnologias de baixo custo que ajudam muito na eliminação de barreiras. Em segundo lugar, é preciso haver tempo de planejamento pedagógico. Isso significa tempo para a equipe educativa se reunir para discutir os casos, para que pensem estratégias diversificadas. Ou seja, estamos falando em sair de um padrão que vem se mostrando insuficiente, de um modelo baseado apenas em foco no conteúdo, com o uso de livro didático e lousa.

EDUCATRIX Você considera que esse mesmo princípio também fortalece a escola do ponto de vista pedagógico para todos?

MENDES Claro! No final do dia, o que se percebe é que a qualidade do ensino da escola ganha com todas as transformações. A inclusão é uma demanda contemporânea que diz respeito a todas as crianças e a todos os adolescentes. Uma abordagem

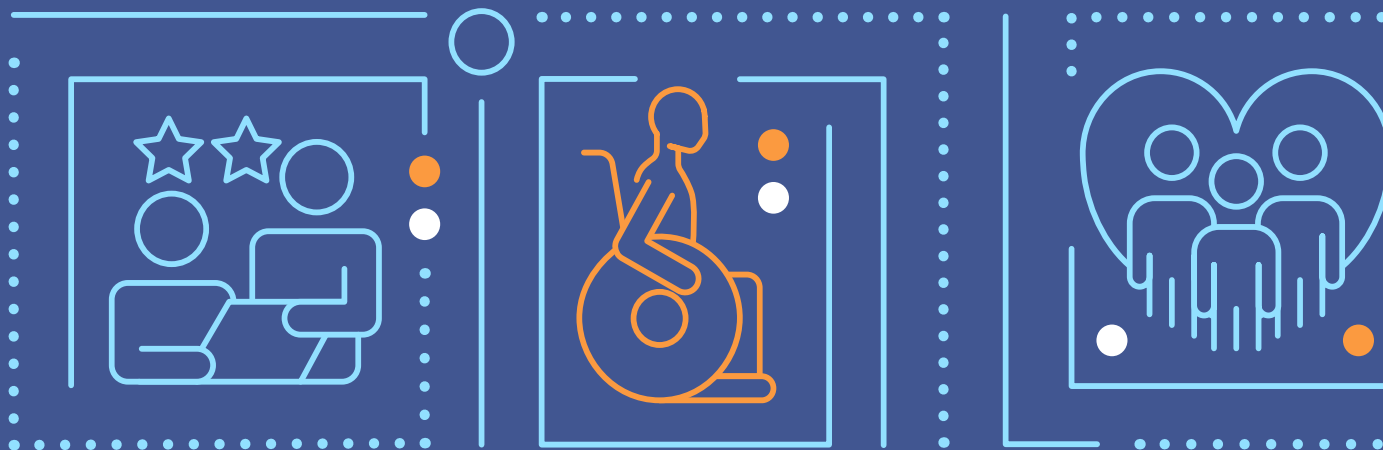
pedagógica que valoriza o contexto individual em um processo singular de aprendizagem, que aposta em formas distintas de se relacionar com o conhecimento, que dá abertura para os próprios alunos participarem e contribuírem com a jornada educativa – tudo isso representa um conjunto de atualizações e mudanças necessárias para a escola e para os educadores. Não há como continuar com uma rotina pedagógica cristalizada quando você traz a diversidade para dentro da sala de aula. É preciso buscar novas informações, rever sua organização como professor, introduzir novos recursos, buscar alternativas.

EDUCATRIX Os marcos legais que temos favorecem o avanço?

MENDES Nosso marco regulatório é bastante robusto. No Brasil, se pensarmos em uma curva de amadurecimento, há um ponto de inflexão a partir de 2006, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) publica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, documento que se torna o grande referencial internacional. O Brasil não apenas assinou essa convenção como decidiu incorporá-la à própria Constituição Federal, o que pouca gente sabe. Na prática, isso quer dizer que todas as leis – sejam federais, estaduais ou municipais – precisam estar de acordo com a Constituição e, portanto, com a Convenção, que ressalta a importância de eliminar barreiras sociais, e não apenas discutir o impedimento com foco na pessoa. Qualquer lei que não siga esse princípio não está dialogando com a nossa Constituição Federal.

EDUCATRIX E como isso se desdobrou nas políticas públicas brasileiras?

MENDES A partir desse momento, em 2008, o Brasil lançou uma Política Nacional de Educação Especial muito alinhada com a Convenção. Trouxe uma novidade muito importante, a ressignificação do papel da Educação Especial, que é uma modalidade na arquitetura da educação brasileira. Até então, era essa modalidade que tinha de assumir a incumbência »



» de oferecer escolarização da população com deficiência, em salas especiais. A partir de 2008, isso é rompido. As crianças e os adolescentes devem ser incluídos nas escolas comuns e as escolas especiais devem apenas apoiar as escolas comuns a atender a demanda e oferecer serviços complementares no contraturno. Esse atendimento no contraturno é um serviço que deve ser desempenhado por professores com formação, com o objetivo de ajudar as equipes a identificar barreiras e apoiar o professor, e também apoiar o aluno. Ou seja, é uma função que pode ser desenvolvida pelas instituições especializadas, mas nunca como uma substituição à escola e ao professor. Não se trata de trocar, mas de somar.

EDUCATRIX E como isso se refletiu no atendimento?

MENDES Isso gerou uma completa mudança no panorama, como mostram os dados de matrículas. Houve um crescimento vertiginoso de matrícula nas escolas regulares, acompanhado de um decréscimo proporcionalmente inverso das matrículas em escolas especiais. Outra consequência importante foi o crescimento no número absoluto de matrículas. Entre 2010 e 2020, o número de matrículas passou de 702,6 mil para 1,3 milhão de alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio e educação profissional.

EDUCATRIX E como você avaliaria o momento hoje?

MENDES Passamos por um período difícil e tivemos alguns alertas de retrocesso, inclusive na Educação Especial. Hoje, podemos dizer que vivemos um tempo de experiências inovadoras muito bem-sucedidas, consistentes, encontradas em todas as partes do Brasil. Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que as instituições ainda estão em uma etapa inicial dessa transformação, com equívocos muito explícitos. É um cenário plural, no qual boas práticas convivem com práticas muito atrasadas.

EDUCATRIX Muitas vezes, no entanto, as escolas se queixam da falta de suporte dos órgãos gestores. Isso é real?

MENDES Claro, seria subestimar o desafio. É preciso garantir a infraestrutura de acessibilidade. Além disso, é um trabalho necessariamente intersetorial. O município precisa pensar, por exemplo, o transporte público. Da mesma forma, os serviços de apoio precisam ser destacados. Uma instituição convencional de ensino pode precisar de um especialista para algo mais operacional, de um cuidador ou até mesmo de intérprete no caso da criança surda, e assim por diante. Então, estamos falando de ações que pressupõem investimento e de políticas públicas que reservem recursos de seu orçamento geral para que a escola possa dar conta desse conjunto de mudanças e que precisam acontecer em escala, em todas as redes. Mas eu queria destacar sempre a importância da dimensão da abordagem pedagógica inclusiva. A equipe de professores precisa apostar em práticas didáticas mais diversificadas, e para isso a formação e a troca de experiências são essenciais.

EDUCATRIX E sobre o momento do Instituto Rodrigo Mendes, que completará 30 anos em 2024?

MENDES Nosso trabalho é buscar diariamente experiências de educação inclusiva que estão dando certo, gerando transformações positivas. Buscamos sistematizar tudo e transformar em conteúdo. Publicamos o que produzimos no Portal Diversa (www.diversa.org.br), uma plataforma aberta em que os educadores poderão encontrar um conjunto muito grande de artigos, estudos, exemplos, materiais, bem como a possibilidade de estabelecer diálogos. Mas é importante dizer que não investimos na crença de receitas prontas. Isso não existe, é uma ilusão. Acreditamos na oferta de uma biblioteca de referências que possa ampliar a paleta de cores dos professores para que possam criar o seu próprio projeto com base em outras fontes e ideias que deram certo.



EDUCATRIX O Instituto Rodrigo Mendes trabalha com formação digital e presencial?

MENDES Temos diferentes formatos, seja presencial, presencial a distância ou cursos digitais autoinstrucionais. Tudo pode ser acessado no site www.institutorodrigomendes.org.br. Os cursos são planejados a partir de demandas diretas dos educadores, dos municípios, dos gestores que nos pedem apoio, em todas as etapas. Já formamos mais de 100 mil professores. Temos a missão de longo prazo de apoiar esses 2 milhões de professores que estão na educação básica para que todos possam ter acesso a um conhecimento mais amplo da educação inclusiva.

EDUCATRIX Muitas vezes, os professores pedem formações mais específicas para diferentes tipos de condições dos alunos. Isso é eficaz?

MENDES Há uma visão quase intuitiva por parte de muitos profissionais que se possa organizar o processo formativo a partir dos tipos de deficiência. Parece correta, mas, atuando há tantos anos nessa área, percebemos que essa é uma percepção equivocada. Uma coisa é oferecer para o professor formação para que pense a educação inclusiva como um todo, naquilo que é papel do professor, ou seja, definir as estratégias pedagógicas para seus alunos, na relação coletiva. Outra é a informação específica, das tipologias e especificidades, que está no campo da saúde, que não devem ser endereçadas pelo professor. Na escola, precisamos estar atentos às barreiras que impedem a aprendizagem, não buscar receitas por tipos de deficiência. Em alguns casos, será necessária a interlocução com outros profissionais, mas com inputs para se pensar o processo de aprendizagem, e não a condição em si.

EDUCATRIX E como vocês atuam junto aos tomadores de de-

cisão, especialmente na esfera pública?

MENDES Temos também um outro pilar, que é o trabalho feito junto às lideranças. Atuamos com advocacy junto aos nossos legisladores, aos gestores públicos e também eventualmente trabalhamos em parceria com o Judiciário. Nosso papel é constantemente colocar essa pauta na agenda, garantir que esse assunto não seja deixado como algo periférico ou secundário, como muitas vezes aconteceu na história.

EDUCATRIX Qual é o impacto de uma educação mais inclusiva para a sociedade como um todo?

MENDES Este é um investimento importante também do ponto de vista do desenvolvimento econômico. É fundamental priorizar a dimensão educativa, social, mas a partir disso podemos ressaltar o impacto dessa política em outros campos. Há estudos internacionais que mostram, por exemplo, que a exclusão das pessoas com deficiência pode significar a perda de 2% a 5% do PIB de um país, seja pela diminuição da capacidade produtiva, de pessoas que deixam de exercer plenamente seu potencial quando não recebem educação, seja por familiares que muitas vezes deixam de exercer sua própria atividade profissional por serem demandados por essas crianças e esses adultos. Além disso, o próprio Estado deixa de investir recursos em manutenção de serviços de assistência social, moradia... Ou seja, a exclusão custa caro no longo prazo. □

RODRIGO HÜBNER MENDES

tem dedicado sua vida para garantir que toda pessoa com deficiência tenha acesso à educação de qualidade na escola comum. É mestre em Gestão da Diversidade Humana pela Fundação Getúlio Vargas, onde atua também como professor. Rodrigo é membro da rede de empreendedores sociais Ashoka e do Young Global Leaders (Fórum Econômico Mundial).

VAMOS JUNTOS EXPANDIR A EDUCAÇÃO.

Com as melhores
e mais completas
soluções educacionais
para a sua escola.

www.santillana.com.br

 /santillana.educacao

 /SantillanaBrasil

 /santillanaeducacao



Descubra
nosso universo
de soluções
educacionais.



Edusfera





UMA EMPRESA GLOBAL COM MAIS
DE 50 ANOS DE HISTÓRIA.







Um pouco da história e dos desafios atuais da EJA

A educação é o caminho para transformar vidas. É hora de falar sobre a inclusão geracional e as oportunidades reservadas pelos novos começos na escola.

—
TEXTO *André Lázaro*

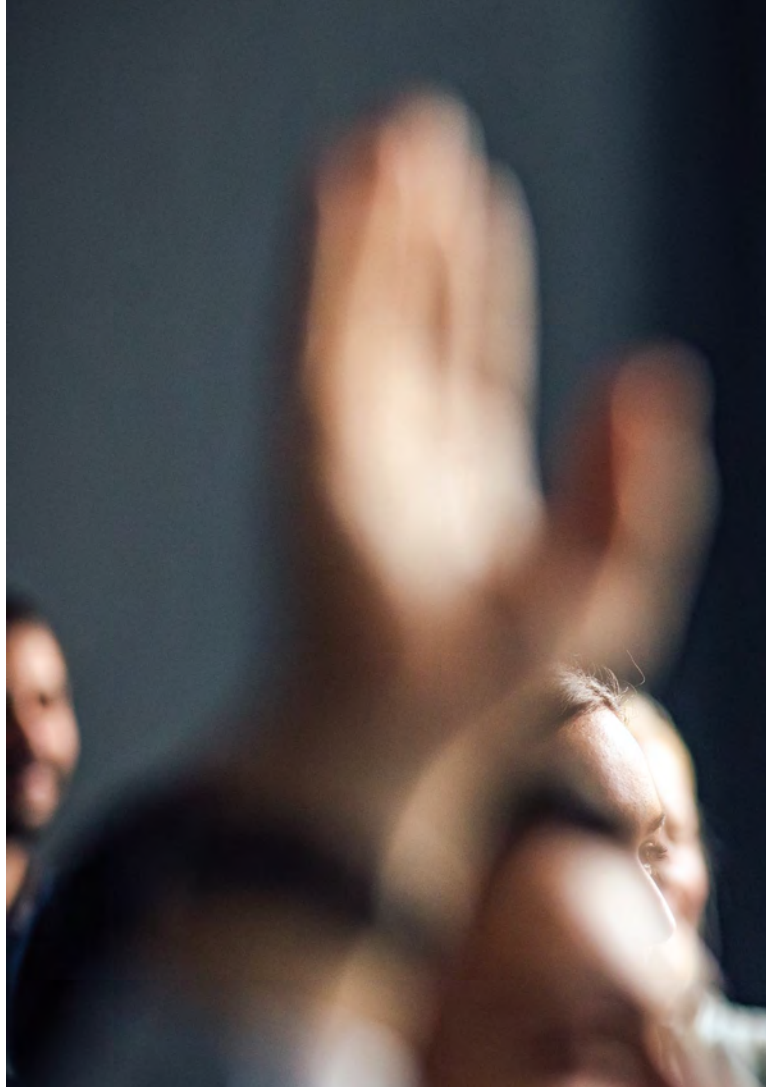
O TOTAL de estudantes e de profissionais atuando na educação básica brasileira, segundo os dados do Censo de 2022, é equivalente à população da Espanha. Nas redes públicas estão 82% das matrículas. Não é pequeno o esforço para garantir educação de qualidade e condições de trabalho a quase 50 milhões de crianças, jovens e adultos que, da Educação Infantil ao Ensino Médio, frequentam as mais de 178 mil escolas do país.

No entanto, o número de pessoas fora da escola e sem a escolaridade básica é superior ao contingente que a frequenta. Dados de 2020 informam que, entre a população de 15 anos ou mais, 60 milhões não concluíram a educação básica. Embora a maior proporção seja de pessoas mais velhas, 20% dos jovens de 18 a 29 anos estão nessa condição.

Após o período da ditadura militar, o atendimento educacional no país ganhou impulso com a Constituição de 1988, e no final dos anos 1990 o ingresso de crianças de 7 a 14 anos no Ensino Fundamental havia sido universalizado. No entanto, dados recentes registram que já nos anos finais do Ensino Fundamental a permanência de crianças brancas é superior à das crianças negras. Na faixa etária de 15 a 17 anos, jovens brancos têm 10 pontos percentuais a mais de frequência à escola que os jovens negros. Do total de estudantes, apenas 82% concluem o Ensino Fundamental aos 16 anos e menos de 70% terminam o Ensino Médio aos 19 anos. Processos de exclusão operam em todas as etapas do percurso.

A exclusão educacional não é resultado apenas de mecanismos meritocráticos dos sistemas de ensino: as desigualdades econômicas e sociais têm importante papel para que crianças e jovens não concluam a educação básica. Assim, ao lado de um imenso contingente que, em suas infâncias e juventudes, ou não tiveram acesso ou foram excluídas dos sistemas de ensino, somam-se outros milhares que abandonam e se evadem ao longo da trajetória escolar.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende tanto ao Ensino Fundamental, incluindo a alfabetização, como ao Ensino Médio, com cursos de dois ou um ano e meio de duração. Além dos cursos, há o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em parceria com as redes de ensino, que emite certificados de conclusão dos níveis. Portanto, a EJA (mínimo de 15 anos para o Fundamental e 18 para o Médio) é um caminho para




quem se propõe a retomar a educação formal, obter certificação, ou seja, é a possibilidade de reingresso nos sistemas de ensino, um modo de alcançar a escolaridade obrigatória a que têm direito.

Podem parecer paradoxal falar em escolaridade obrigatória como direito, mas a expressão sublinha dois aspectos: por um lado, a educação é um direito público subjetivo que pode e deve ser requerido por todos segundo a legislação. Esta, por sua vez, prevê a obrigatoriedade da frequência escolar dos 4 aos 17 anos e, simultaneamente, declara ser um direito de todas as pessoas, independentemente da idade, concluir a educação básica até o Ensino Médio. Obrigação e direito se somam, portanto, quando se trata da responsabilidade do Estado em garantir esse direito humano fundamental, o direito à educação.

EXCLUSÃO ESCOLAR: UMA LONGA TRADIÇÃO

A exclusão do direito à educação afeta principalmente determinados grupos sociais: a população negra, as populações do campo e das periferias urbanas, as pessoas mais pobres, pessoas com de-



Em 2021, o Brasil registrava a taxa de alfabetização em 95%, mas havia desigualdades: populações do Nordeste, do campo, afrodescendentes e o grupo mais pobre ainda não haviam alcançado a meta.

ficiência, refugiados, pessoas em situação de restrição de liberdade e migrantes. Listagens como essa deveriam ser motivo de escândalo: as sociedades ocidentais modernas, frutos das revoluções industrial e democrática, afirmam que a educação — pública, laica e de qualidade — é o principal fator de mobilidade social e de participação na vida cidadã. Exatamente aqueles a quem a sociedade impôs maior custo para alcançar uma vida digna são os que estão fora dos processos educativos que, em tese, seriam caminhos seguros para sua integração na sociedade para a qual contribuem com seu trabalho e sua participação.

A tradição brasileira do século XX, período em que as sociedades ocidentais já haviam equacionado o acesso à educação, manteve parte expressiva de nossa população em condição de analfabetismo e exclusão escolar. Como a educação é um bem de transmissão intergeracional, famílias de baixa escolaridade têm maiores limitações para que seus descendentes alcancem graus mais elevados de instrução, limitando o acesso a melhores postos de trabalho, remuneração e reconhecimento social. A

educação de qualidade foi, ao longo do século XX, uma herança de classe, protegida por decisões políticas autoritárias que frustraram movimentos inclusivos que buscavam recolocar nossa história na trilha republicana, garantindo direitos, reconhecimento e participação da população.

Nos períodos democráticos do século passado houve iniciativas que promoviam a educação não apenas como aquisição da leitura, escrita e matemática, mas também incluíam o conhecimento e a compreensão das dinâmicas de nossa sociedade, promovendo a conscientização cidadã dos grupos tradicionalmente excluídos. Educação para transformação era o lema desse esforço.

É nessa chave que o Brasil desenvolve a Educação Popular, em contraposição às campanhas oficiais episódicas que pretendiam “erradicar o analfabetismo”. A metáfora da erradicação revela, de um lado, a visão que atribui ao analfabetismo o papel predatório das ervas daninhas que devem ser erradicadas dos canteiros produtivos, como se a cultura letrada fosse a única válida. Em segundo lugar, atribui aos próprios analfabetos a responsabilidade »

» por sua condição, ignorando as escolhas políticas que, desde o período colonial, mantiveram parte expressiva da população na condição de escravidão, abandonando-a a partir de 1888 para substituir pelos trabalhadores brancos, vindos da Europa com subsídios do Estado brasileiro. Era a política racista do branqueamento.

A EDUCAÇÃO POPULAR

A Educação Popular, fortalecida pela ampliação da participação democrática dos anos 1950 e 1960, encontra em Paulo Freire a ontologia e a metodologia para constituir uma pedagogia política e humanitária de grande alcance na América Latina. Ao contrário do que asseguravam as campanhas episódicas dos órgãos oficiais, a pedagogia freireiana afirmava que educandos e educadores têm saberes próprios que podem ser compartilhados e, a partir desse diálogo, é possível construir uma nova compreensão do mundo e de sua dinâmica econômica, política e social. A ontologia partia da concepção da incompletude humana e sua vocação de “ser mais”. Assim, está inscrito na própria condição humana o desejo de ampliar o entendimento e a ação consciente com base na experiência ética da convivência na transformação do mundo. Ler, escrever e contar são formas de decifrar o mundo e transformá-lo.

Como sabemos, o golpe militar de 1964, que impôs 21 anos de ditadura no Brasil, silenciou as vozes críticas que buscavam, pela educação, promover maior participação e transformação da sociedade brasileira. A efervescência dos anos 1960 marca a história brasileira não apenas na educação, mas também nas artes, na vida política e na ampliação da cidadania, iniciativas que o golpe silenciou.

Contrariamente à visão oficial, que via apenas carências nas pessoas de baixa escolaridade, a Educação Popular prosseguiu, afirmando os saberes das populações oprimidas, a solidariedade que criava redes de colaboração e reconhecendo nesses grupos a potência e a força para romper com as tradições excludentes que se perpetuavam na sociedade e nos sistemas de ensino.

A Constituição de 1988 marca uma nova etapa da vida brasileira concedendo à educação um lugar distinto daquele subordinado à lógica da segurança nacional autoritária. O artigo 205 traz uma concepção de educação que dialoga com a tradição emancipatória: *A educação, direito de todos*



e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

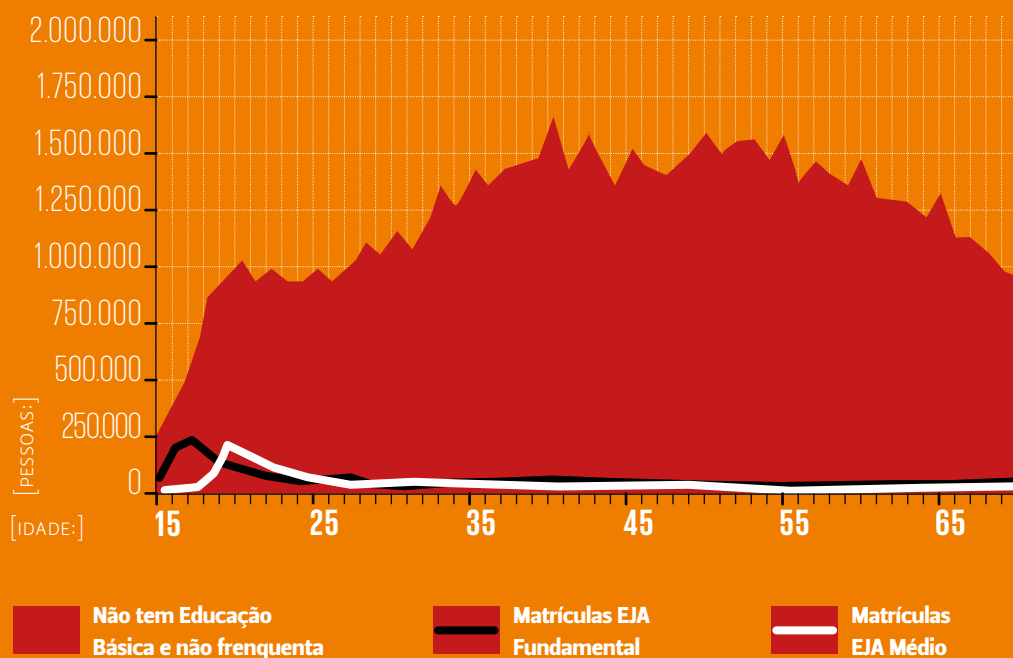
Nessa perspectiva, a educação é um valor em si mesma, articulando as dimensões da vida subjetiva, cidadã e produtiva. Também, são reconhecidos tanto a responsabilidade do Estado como o papel da sociedade na sua promoção.

POLÍTICAS PARA A EJA

Apesar do elevado número de adultos analfabetos e de baixa escolaridade no país, a EJA nunca havia merecido políticas públicas constitucionais de financiamento e apoio pedagógico. Apenas no início do século XXI foram estendidos a estudantes e turmas da EJA benefícios que há muito atendiam aos demais estudantes da educação básica: financiamento pelo número de matrículas (apesar do fator 0,8), livros específicos do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), alimentação e transporte. Nos anos 2000, as matrículas em EJA cresceram de 3,8

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE EJA

E TOTAL DA POPULAÇÃO SEM EDUCAÇÃO BÁSICA QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA



Fonte: SANTOS, Robson dos. Jovens e adultos com baixa escolaridade, oferta de EJA e desigualdades nas chances de conclusão do ensino fundamental e do médio. In: *Caderno de Estudos e Pesquisas Educacionais*, Inep, Brasília, 2019, v. 1, pp. 143 A-174. Gráfico p. 165.

milhões em 2001 para 5,6 milhões em 2006. Depois disso, elas decaíram ano a ano. Entre 2018 e 2022, diminuíram 21,8%, chegando a 2,8 milhões.

O Brasil vive um processo em que parte significativa da população adulta não concluiu a educação básica formal, enquanto se registra a queda do número de matrículas e a crescente participação de pessoas jovens. Em 2022, quase 400 mil jovens migraram do chamado ensino regular para turmas de EJA. O fenômeno está sendo chamado de “juvenilização” da modalidade (gráfico acima).

Estão em curso estudos para compreender essa dinâmica complexa que implica decisões dos sistemas de ensino, que excluem estudantes com baixa renda e reduzem turmas de EJA, assim como pesam as dinâmicas do mercado de trabalho, as motivações pessoais e outros fatores. Além disso, as turmas de EJA nem sempre encontram escolas dispostas a compartilhar seus espaços e recursos.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 está prestes a se encerrar enquanto duas das três metas dedicadas à EJA enfrentam imensas dificuldades. A meta 8 diz respeito à equidade: propõe que as po-

pulações de 18 a 29 anos do campo, do grupo mais pobre e da região de menor escolaridade alcancem 12 anos de estudo, e que jovens brancos e negros tenham a mesma escolaridade no final do período. Embora haja crescimento em todos os indicadores, as metas não serão alcançadas no prazo. Em 2020, a escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos que integram o grupo dos 25% mais pobres era pouco maior que a metade da meta (7,9 anos).

A meta 9 pretende ampliar a alfabetização da população de 15 anos ou mais para 93,5% e reduzir o analfabetismo funcional em 50%. Em 2021, o Brasil registrava a taxa de alfabetização em 95%, mas havia desigualdades: populações do Nordeste, do campo, afrodescendentes e o grupo mais pobre ainda não haviam alcançado a meta. O indicador do analfabetismo funcional aponta avanços, mas insuficientes para a redução projetada. Já a meta 10, que propõe a educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, recuou: em 2012 apenas 2,8% das matrículas atendiam ao requisito e em 2021 a proporção ficou reduzida a 2,2%. O que era ruim ficou péssimo... »

» Os desafios não são apenas para o engajamento dos governos e das pessoas nas ofertas de EJA. A própria modalidade enfrenta uma transição. A partir do ano 2000, foi registrada maior ênfase em uma transformação nas políticas educativas em todo o mundo. O final do século XX fortaleceu as políticas neoliberais, e essas transformações alcançaram a educação. É simbólica a entrada da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na arena educacional ao instituir o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Os resultados do Pisa se tornaram um parâmetro no mundo globalizado e criaram rankings que qualificam os países nórdicos e asiáticos como exemplos para as práticas educacionais, desprezando suas distintas constituições políticas e sociais.

A educação passou a ser avaliada em função de sua contribuição para o desenvolvimento econômico com base nos valores neoliberais, como o empreendedorismo, a competição, o individualismo, que se tornaram a métrica para as práticas educacionais. Publicações da Unesco desse período traziam como valores a diversidade das dimensões humanas: aprender, ser, viver, conviver. A perspectiva era fortalecer o papel da educação na construção de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas. Não é essa a visão neoliberal. A frase célebre “não há outro mundo possível” solapa as motivações que faziam da educação um caminho de transformação.

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA, EDUCAÇÃO POPULAR E EJA

Nesse cenário cresce a proposição da educação ao longo da vida como uma proposta para orientar diferentes mecanismos formais, não formais e informais da educação a promoverem um conjunto de valores na perspectiva de maior empregabilidade, iniciativa e competitividade. Ao longo do século XXI avança a instrumentalização das práticas educativas para maior adaptação das pessoas às regras atuais de funcionamento da vida política, social e econômica.

Este talvez seja o principal desafio para as diferentes formas da Educação de Jovens e Adultos: será possível sustentar uma formação humana que, com base na incompletude e na vocação de “ser mais”, busque transformar o ambiente em que vivemos para torná-lo mais adequado a uma vida digna para todos? Ou será necessário abandonar as possibilidades de transformação das práticas sociais, polí-



Será possível sustentar uma formação humana que, com base na incompletude e na vocação de “ser mais”, busque transformar o ambiente em que vivemos para torná-lo mais adequado a uma vida digna para todos?

ticas e econômicas para buscar a empregabilidade, o empoderamento pessoal, o empreendedorismo e outras iniciativas que garantam um lugar nesta corrida de todos contra todos? Educação e aprendizagem são sinônimos neste dilema?

Assim, em tempos de velocidade nas transformações políticas econômicas e sociais, os processos de exclusão também se aceleram e os avanços tecnológicos ameaçam as formas tradicionais de trabalho, ampliando os números de subempregados, trabalhadores precarizados, pessoas sem rendimentos e desalentados. Esses são, em grande parte, os sujeitos da EJA. Que educação faz sentido neste instante?

PERSPECTIVAS

A educação de pessoas adultas ocupa a agenda mundial tanto pelos preocupantes processos de exclusão, frutos da globalização, com o aumento das desigualdades e da pobreza, como também pela mobilização de organizações que reivindicam o reconhecimento dos direitos e compromissos políticos para superar exclusões.

O Brasil, que tem a importante contribuição dos



princípios e das práticas da educação popular, integra o debate mundial e abrigou, em 2009, em Belém (PA), a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia VI), organizada pela Unesco. Iniciado em 1949 na Dinamarca, a cada doze anos é realizado um encontro mundial para avaliar avanços e desafios na educação de adultos.

Em setembro de 2022, a VII Confinteia, em Marrakech (Marrocos), contou com a participação de mais de 140 países. Agora, no continente africano, a Conferência quer fortalecer os compromissos de estados, governos e sociedades na garantia dos direitos das populações adultas a partir da realização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Embora otimista, o Marco de Ação de Marrakech traz alertas: destaca-se a consciência das rupturas que as inovações tecnológicas impõem ao mundo e seus impactos na vida comum. O documento final da VII Confinteia alerta para as ameaças decorrentes do fanatismo e do extremismo, que têm minado a confiança na ciência e aprofundado as desigualdades dentro e entre os países. Reconhece também que a Aprendizagem e Educação de Adultos (AEA)

pode se constituir numa resposta política poderosa.

As crises sanitária, econômica, política e social e a emergência ambiental denunciam que outro mundo é necessário, um mundo com o qual sonharam educadores para deter a crescente desumanização que vivemos. Será que nestes tempos desafiadores haverá o encontro criativo da força mobilizadora da educação popular, associada às possibilidades de oferta de Educação de Jovens e Adultos e às promessas da educação ao longo da vida?

É para isso que trabalham todos que reconhecem na educação a força capaz de transformar as injustiças e iniquidades que alimentam guerras, destruição e opressão nas sociedades e para construir um mundo em que todas as pessoas tenham o direito à educação de qualidade e à vida digna, sem racismo, sexismo e quaisquer formas de violência que hoje nos ameaçam. □

ANDRÉ LÁZARO

Diretor de Políticas Públicas da Fundação Santillana.

PARA SABER MAIS

- **AÇÃO EDUCATIVA.** *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados.* São Paulo: Ação Educativa, 2014. Disponível em: mod.lk/ed24_fct. Acesso em: 5 abr. 2023.
- **AÇÃO EDUCATIVA,** Cenpec, Instituto Paulo Freire. *Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA.* São Paulo: Movimento pela Base, 2022. Disponível em: mod.lk/ed24_fc2. Acesso em: 5 abr. 2023.
- **ANUÁRIO** Brasileiro da Educação Básica 2021. Todos pela Educação. Moderna: São Paulo, 2021.
- **BRASIL.** *Marco de Referência da Educação Popular para políticas públicas.* Secretaria Geral da Presidência. Brasília (DF), 2014. Disponível em: mod.lk/ed24_fc3. Acesso em: 5 abr. 2023.
- **GADOTTI,** Moacir. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.* São Paulo: Moderna/Fundação Santillana, 2014.
- **GADOTTI,** Moacir. *Educação Popular e Educação ao Longo da Vida.* In: BRASIL/MEC/SECADI. *Coletânea de textos Confinteia Brasil+6: tema central e oficinas temáticas.* Brasília: MEC, 2016. pp. 50-69.
- **GOMES,** Nilma Lino. *Movimento Negro educador.* Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- **LIMA,** Licínio. *A EJA no contexto de uma educação permanente ou ao longo da vida: mais humanos e livres, ou apenas mais competitivos e úteis?* In: BRASIL/MEC/SECADI. *Coletânea de textos Confinteia Brasil+6: tema central e oficinas temáticas.* Brasília: MEC, 2016. pp. 15-25.
- **OXFAM.** *A desigualdade mata.* São Paulo, jan. 2022. Disponível em: mod.lk/ed24_fc4. Acesso em: 5 abr. 2023.
- **SANTOS,** Robson. *Jovens e adultos com baixa escolaridade, oferta de EJA e desigualdades nas chances de conclusão do ensino fundamental e do médio.* *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais,* Brasília, v. 1, pp. 143-174, 2019.
- **UNESCO.** *Marco de ação de Marrakech: VII Confinteia.* Brasília, Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da Unesco (Unesco-ULL)/Unesco no Brasil. 2023. Disponível em mod.lk/ed24_fc5. Acesso em: 5 abr. 2023.

SFB

SISTEMA FARIAS BRITO

PREPARAMOS VENCEDORES PARA A VIDA.



Levanta e vai pra cima!
Junte-se ao sistema
de ensino tetracampeão
no Brasil no ENEM.

BRUNINHO
CAMPEÃO OLÍMPICO -
VOLEIBOL

Handwritten signature of Bruninho.

#SFBVENCEDORES PARA VIDA



Assista a uma
mensagem especial
do nosso campeão
olímpico para você.

Vencer exige muito preparo. É preciso determinação e as ferramentas necessárias para evoluir a cada treino.

Nosso propósito é unir escola, famílias e alunos em uma jornada vencedora e, para isso, oferecemos os melhores recursos para uma educação da mais alta qualidade.

Afinal, nós treinamos juntos!

Conheça o sistema de ensino que realmente **prepara vencedores para a vida!**

ESSA MISSÃO SE EXPRESSA EM 3 PILARES:



CURRÍCULO

O SFB oferece recursos e assessoria especializada para que a escola tenha suporte em todas as questões relacionadas a currículo, seja uma atualização de conteúdo ou a necessidade de direcionamento pedagógico e de avaliações que precisem estar conectadas aos movimentos culturais e sociais do mundo.



AValiação

A avaliação formativa é uma etapa essencial do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que dá ao aluno o controle do seu aprendizado e reflete, também, a prática pedagógica do professor.

Oferecemos à escola uma gama de ferramentas avaliativas, visando a facilitar a análise e o planejamento dos professores.

Dessa forma, proporcionamos melhores condições de organização do tempo e aplicação dos recursos, garantindo que os esforços sejam concentrados nas áreas mais relevantes para a instituição.

Além de soluções educacionais que ampliam as entregas para gestão e corpo docente de sua escola:

- Marketing Educacional
- Formações EAD
- Plataformas Administrativas
- Relacionamento (APPs)



CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Uma escola atenta às mudanças constantes no cenário educacional percebe e planeja todos os setores que a compõem. Por isso, o SFB está à disposição para ser um parceiro que inspira e assessoria a escola por completo, com todas as soluções em um único lugar. A consultoria oferecida pelo Sistema Farias Brito se sustenta em 5 diferenciais:

- 1- Implantação do sistema
- 2- Atendimento personalizado
- 3- Encontros de gestores e Jornadas pedagógicas
- 4- Plano de ação
- 5- Cursos EAD



sistemafb.com.br



[/SistemaFariasBrito](https://www.facebook.com/SistemaFariasBrito)



[@sistemafb](https://www.instagram.com/sistemafb)




0800 772 1050

O desafio de não deixar ninguém para trás

Inclusão escolar é um chamamento, um processo de mobilização para mudar estruturas e atitudes colaborativamente, que tem como sustentação a informação e a convivência para estabelecer um novo contrato social da educação.

TEXTO *Liliane Garcez*





EM PLENA pandemia, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) lançou o Relatório Global de Monitoramento da Educação, que avalia o progresso em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) e suas dez metas, bem como outras relacionadas à Educação na Agenda 2030. Ele traz como título Inclusão e Educação, chamando a atenção para todos os excluídos desse direito e para as grandes desigualdades educacionais ainda existentes. O documento — motivado pela convocação feita no ODS 4 de garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e que foi reforçada na Declaração de Incheon, aprovada em maio de 2017 por mais de 100 países — defende a educação para todos como o principal indutor para o desenvolvimento mundial. Ao identificar as diferentes formas de exclusão, como elas são causadas e o que podemos fazer a respeito, o relatório pode ser considerado um chamado à ação para abrir caminhos a sociedades mais resilientes e igualitárias, nas quais o direito à educação seja vivenciado por todas as pessoas, sem exceção. Essa intenção é traduzida na forma de dez recomendações, das quais destacamos três:

1. Ampliar a compreensão sobre a educação inclusiva: *incluir todos os estudantes, independentemente de sua identidade, seu histórico ou suas habilidades.*

2. Financiar aqueles que foram excluídos: *a inclusão não será possível enquanto milhões não tiverem acesso à educação.*

3. Compartilhar conhecimentos e recursos: *esta é a única maneira de sustentar uma transição para a inclusão. Atingir a inclusão é um desafio de gestão. »*

» UM POUCO DE HISTÓRIA

Para chegarmos à formulação do ODS 4 e da Declaração de Incheon percorremos um longo caminho de mobilização social no mundo todo. Em nosso país, a definição de educação inclusiva ainda está fortemente associada à educação especial. O movimento de alinhar sua definição à educação para todos tal como estabelecido na Agenda 2030 tem ocorrido concomitantemente à luta pelo direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, posto que para enfrentar a cultura do fracasso escolar e o cenário da exclusão escolar esses movimentos precisam se entrelaçar. Para essa parcela da população, o direito à educação é composto de educação comum e educação especial dentro da perspectiva da educação inclusiva, o que deixa marcado que esses termos não são sinônimos.

Para entender como a articulação está posta atualmente, vamos lembrar a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo entre os anos 2008 e 2009 como parte da Constituição Federal. Não é demais registrar que o estabelecimento da CDPD pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi o coroamento do movimento político das pessoas com deficiência em nosso país e no

mundo, fruto da luta social contra a invisibilidade dessas pessoas. Suas diretrizes apontam para o afastamento do modelo biomédico e o alinhamento aos direitos humanos. Em seu artigo 1º está disposto: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. Essa perspectiva social desloca a centralidade do que até então entendíamos como deficiência para a relação entre impedimentos e barreiras, o que é bastante transformador. Como as barreiras só são percebidas na relação, posto que elas ganham concretude ao impedirem a participação das pessoas, só é possível reconhecê-las e removê-las com informação e convivência, direcionando nossos esforços para mudanças a serem feitas no sistema educacional para que ele se torne cada vez mais inclusivo. Alinhado com a Convenção, o Ministério da Educação adota essa concepção formalizada por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Assim, pode-se afirmar que desde 2008, ainda que com as rupturas vivenciadas nos últimos anos tal qual apresentado no Balanço do Plano Nacional de Educação, estão sendo realizados apoios técnicos e financeiros no



É URGENTE E NECESSÁRIA A ESTRUTURAÇÃO DE PRESSUPOSTOS DE VALORIZAÇÃO DA PLURALIDADE DE CORPOS, SENTIDOS E PENSAMENTOS, (RE)CRIANDO UMA ESCOLA QUE RESPEITE O DIREITO ÀS DIFERENÇAS HUMANAS

sentido de qualificar as escolas comuns para que elas trabalhem na perspectiva da inclusão, realizando esforços para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, lei que define diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades.

O QUE MOSTRAM OS NÚMEROS HOJE

Todo esse movimento reflete em nossos dados educacionais. No resumo técnico referente ao censo escolar da educação básica, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), está registrado que o número de matrículas de estudantes elegíveis à modalidade da educação especial chegou a 1,5 milhão e que o percentual de matrículas em classes comuns do ensino regular atingiu 94,2%. Dados a se comemorar, certamente. Porém, o Relatório Mundial sobre a Deficiência de 2011 publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que mais de um bilhão de pessoas, ou cerca de 15% da população mundial, estaria vivendo com alguma deficiência; no Brasil estima-se que essa porcentagem varie entre 12% e 15%. Como o número de crianças e adolescentes matriculados em nossas escolas ainda não chega a 3%, há muito a fazer para, no mínimo, equiparar o acesso à escola de crianças e adolescentes com e sem deficiência.

Além disso, sabemos que estar matriculado não basta. O direito à aprendizagem, quando parcialmente implementado, não é cumprido de fato. Dessa maneira, os investimentos devem ser mantidos e ampliados para que tanto crianças como também adolescentes, jovens e adultos, quaisquer que sejam suas características ou condições, tenham garantida sua escolarização em ambientes inclusivos. Não se trata de reforçar uma cultura de tolerância à diferença, em que se permite às pessoas a participação em espaços específicos. Ao contrário. Para sair do assistencialismo e romper com o capacitismo, é urgente e necessária a estruturação de pressupostos de valorização da pluralidade de corpos, sentidos e pensamentos, (re)criando uma escola que respeite o direito às diferenças humanas e que atue equitativamente, sem deixar ninguém para trás. Vale explicar que capacitismo, segundo a antropóloga Anahí Guedes de Mello, é a discriminação ou violências praticadas contra as pessoas com deficiência; é a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional.

Para tanto, estabelecemos a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que vai além da relação entre os diferentes impedimentos físicos, mentais, intelectuais e sensoriais e os apoios específicos para cada um deles, pois estabelece a correspondência entre as barreiras existentes e a acessibilidade. Assim, ao focalizar o direito ao acesso e à participação, nossa legislação fornece instrumentos para escapar da centralidade do laudo como definidor da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação, e ao mesmo tempo nos convoca a trabalhar dentro da concepção de funcionalidade, compreendendo a pessoa na frente de quaisquer características. Nossos marcos legais, portanto, nos chamam a vivenciar e potencializar o conceito de interseccionalidade para atuar, cotidianamente, dentro da perspectiva social da deficiência.

NOSSO PAPEL DIANTE DOS MARGOS NORMATIVOS, DO CAPACITISMO E DOS DADOS EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO

A institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela PNEPEI, assim como dos demais serviços e apoios da educação especial, deve ser lida e efetivada na perspectiva da educação inclusiva, ou seja, tendo o pleno acesso ao currículo de todas, todos e cada estudante como parte da função social da escola. E não poderia ser diferente! Chamadas pela Agenda 2030 e amparadas por nossa legislação educacional, elaboramos a Base Nacional Comum Curricular, pela qual todas e todos os estudantes têm direito a esse determinado conjunto de conhecimentos. Mas, pelo exposto até aqui, já se pode perceber que toda essa legislação só cumpre seu papel se nós, pessoas que escolhemos ser agentes do direito à educação, trabalharmos colaborativamente para que nossas meninas e nossos meninos vivenciem as habilidades e as competências estabelecidas nacionalmente. Para tanto, ao considerar os saberes e as práticas existentes em nossos contextos escolares e em nossos territórios ampliamos nossas possibilidades de eliminar barreiras relacionais, de comunicação e pedagógicas, entre outras. Neste caminho, a certeza de que todas as pessoas são capazes de aprender é fundamento e motivação para diversificar as estratégias didático-pedagógicas para que nosso fazer não se transforme, ele mesmo, em uma barreira, e também para que equidade e inclusão sejam catalizadoras de possibilidades de encontros de aprendizagem mais significativos. »

» É AÍ QUE A GESTÃO ASSUME PAPEL FUNDAMENTAL

Estar na gestão é assumir o papel de liderança nesse processo de promover encontros e diálogos para assegurar o funcionamento diário da instituição escolar a partir do que foi estabelecido em seu Projeto Político Pedagógico e no currículo dentro da perspectiva inclusiva amplamente sustentada em nossa legislação. A direção e a coordenação pedagógica como partes da equipe escolar, mais do que estabelecer regras que normatizam o funcionamento institucional, devem voltar seus esforços para que o trabalho transcorra de maneira articulada, em sintonia com os princípios de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Assim, é papel central da gestão promover e garantir espaços de planejamento conjunto. Não pontualmente, não como algo ocasional, e sim como prática institucional. O encontro deve estar impresso nas expectativas, no hábito, e transbordar nas ações. Afinal, a cultura inclusiva é justamente esse conjunto de valores e atitudes que se configuram, ao mesmo tempo, como nosso princípio e nossa finalidade e que nos movimentam a quebrar as barreiras existentes. Partimos do pressuposto que cultura não é algo que se constrói em um dia, ou seja, uma gestão que trabalha pela e na educação inclusiva deve estar atenta a oportunizar formação em serviço. Uma equipe bem informada, atualizada, está mais apta e ávida a prestar atenção aos materiais que tem à disposição, às políticas públicas, às discussões teóricas e práticas educacionais, e a saber utilizar esses recursos em benefício da escola e da comunidade. Nesse circuito, a gestão articula e dá respostas às demandas. Ao atuar como par complementar de cada docente, apoia a mobilização de aprendizagens com base na pluralidade e nas diversidades presentes em cada turma. Na medida em que são chamadas a participar, as famílias reconhecem a importância de não deixar ninguém de fora e se engajam por entender que suas filhas e seus filhos serão pessoas melhores, o que fortalece a relação de confiança com a escola e ajuda a ressignificar o papel de cada unidade escolar. Crianças, adolescentes, jovens e adultos, por sua vez, são ensinados em um mundo real e desafiados a construir vínculos e diálogos que são motores da aprendizagem. Em outras palavras, estar na gestão é estar atento para conduzir mudanças rumo a uma escola que desconstrua saberes e práticas racistas, machistas e capacitistas de maneira coletiva, organizando uma educação que

protege crianças, adolescentes, jovens e adultos e referendando docentes, discentes, famílias e comunidade escolar como coautores dessa mobilização.

POR UM NOVO CONTRATO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Esse movimento para estabelecer um sistema educacional inclusivo passa pela substituição do “ou” pelo “e”, pois esse “e”, quando significa diálogo, relação, troca de experiência entre pessoas, garante direitos. Para tanto precisamos movimentar algumas chaves de leitura de mundo e da educação:

1. Nosso propósito é a eliminação de barreiras: *o foco de nossa mobilização deve ser a percepção e a eliminação das barreiras que se entrepõem entre a pessoa e o direito à educação e à participação plena. As medidas de apoio específico podem e devem ser adotadas como parte da inclusão escolar, para que a participação das pessoas com deficiência, e não só, seja contemplada e valorizada. Para tanto, o fluxo de pensamentos e ações educativas deve partir do geral para o específico a fim de escapar da falsa dicotomia entre educação comum e especial que acabam por estabelecer “puxadinhos” ou condicionantes.*


2. O sentido de nossa mobilização é construir uma escola acessível, *considerando todas e cada uma das pessoas, pois o processo para melhorar nossos indicadores de acessibilidade passa pela inclusão e pela equidade na e por meio da participação e ampliação de repertório individual e coletivo. A seta é sempre de duplo sentido.*

3. Nossa interpretação coloca a pessoa na frente da deficiência: *o conceito atual de pessoa com deficiência explícita que as relações sociais devem considerar a diversidade humana como valor positivo. A convivência nos mobiliza a ter um olhar crítico sobre nossas respostas diante de uma situação desafiadora, que saia de uma percepção capacitista.*

Como então nos alinharmos diante desse propósito, sentido e interpretação? Considerando as demandas reais, o reconhecimento de habilidades e inteligências das educadoras e dos educadores e a articulação com conceitos e legislações construímos possibilidades de ampliar repertórios individuais e



A CULTURA INCLUSIVA É JUSTAMENTE ESSE CONJUNTO DE VALORES E ATITUDES QUE SE CONFIGURAM, AO MESMO TEMPO, COMO NOSSO PRINCÍPIO E NOSSA FINALIDADE E QUE NOS MOVIMENTAM A **QUEBRAR AS BARREIRAS EXISTENTES.**

coletivos, que devem passar a fazer parte do Projeto Político Pedagógico de cada unidade escolar. Nunca é demais reafirmar que a colaboração entre pares, por exemplo entre a professora da classe comum e a do Atendimento Educacional Especializado, tem objetivos de complementaridade, não de sobreposição ou de hierarquia. Ambas trabalham, assim como as demais educadoras, para que a aprendizagem em sala de aula com a turma aconteça tendo como princípio a acessibilidade e sua característica relacional a serviço da autonomia de meninas e meninos. Afinal, ninguém pode ficar de fora de nossa intencionalidade pedagógica e de nossas expectativas de aprendizagem. Para nos animar, destacamos o último Relatório da Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, segundo o qual a pedagogia deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade, promovendo capacidades intelectuais, sociais e morais de estudantes para que trabalhem juntos e transformem o mundo com empatia e compaixão, de modo que promovam crescimento e aprendizagem significativos para todas as pessoas. Seu nome não poderia ser mais convidativo: Reimaginar nossos futuros juntos – por um novo contrato social da educação. Ele nos chama a reinventar nossa escola, valorizar nosso fazer e apostar que todas as pessoas, sem exceção, aprendem. Vamos? 

LILIANE GARCEZ

Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP, psicóloga pelo Instituto de Psicologia da USP e administradora pública pela FGV-SP. Desenvolve assessorias, consultorias e formação continuada e em serviço na perspectiva da inclusão como Direito Humano. É idealizadora e articuladora do COLETIVXS.

PARA SABER MAIS

- CARVALHO, A. P. de. Objetivos do desenvolvimento sustentável. GV-executivo, 14(2), 72, 2015. Disponível em: mod.lk/ed24_ge2. Acesso em: 5 abr. 2023.
- INEP e Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2022. Disponível em: mod.lk/ed24_ge8. Acesso em: 5 abr. 2023.
- MEC. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: mod.lk/ed24_ge7. Acesso em: 5 abr. 2023.
- UNESCO. (2022). Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. UNESCO e Fundação SM. Disponível em: mod.lk/ed24_ge9. Acesso em: 5 abr. 2023.
- UNESCO & Global Education Monitoring Report Team. (2020). Inclusão e educação: todos, sem exceção. Disponível em: mod.lk/ed24_ge1. Acesso em: 5 abr. 2023.
- UNICEF Brasil. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: mod.lk/ed24_ge5. Acesso em: 5 abr. 2023.
- UNICEF Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: mod.lk/ed24_ge6. Acesso em: 5 abr. 2023.
- UNICEF Brasil, Instituto Claro e Cenpec. (2021). Enfrentamento da cultura do fracasso escolar. Disponível em: mod.lk/ed24_ge4. Acesso em: 5 abr. 2023.
- WORLD Education Forum, Incheon, Korea R. (2015). Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma Educação de Qualidade Inclusiva e Equitativa e à Educação ao Longo da Vida para Todos (1st ed.). Disponível em: mod.lk/ed24_ge3. Acesso em: 5 abr. 2023.



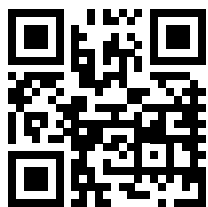
CONTE COM QUEM CONHECE VOCÊ DE VERDADE

A Moderna reafirma o compromisso pela **melhoria da educação** com coleções e metodologias desenvolvidas por especialistas e autores a partir do que realmente importa para os Anos Finais.

Estamos ao lado de professores e gestores, presencialmente e nos canais digitais, para superar desafios e dar mais significado ao ensino e ao aprendizado em cada canto do Brasil.

Vamos juntos olhar para o futuro!

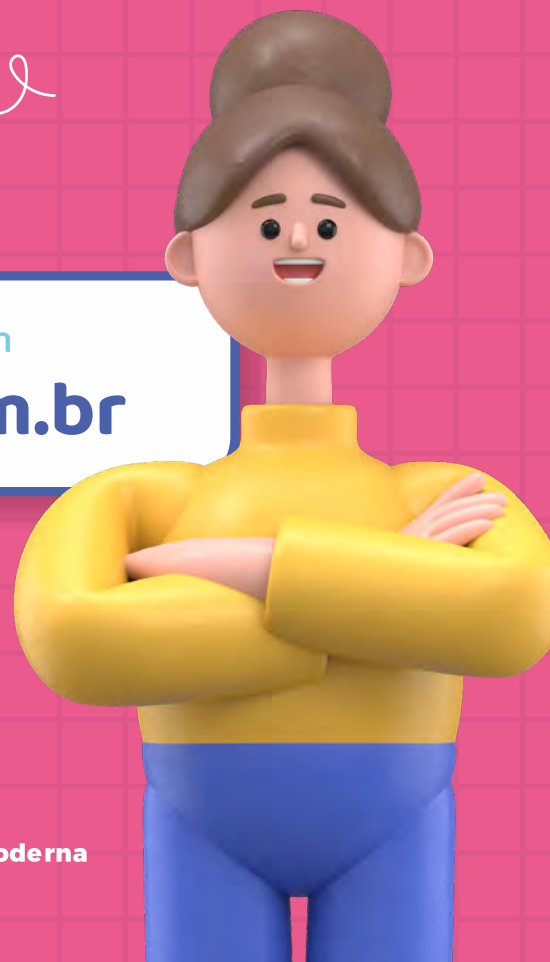
Conte com a Moderna



Baixe nossas obras na íntegra em
pnld.moderna.com.br



Central de atendimento (11) 2920-5162





ARARIBÁ conecta

A coleção mais adotada nas escolas públicas em nova edição ainda mais conectada com as necessidades dos alunos e da educação brasileira. Confira como o **Araribá Conecta** vai potencializar os resultados da sua escola!



Protagonismo do aluno



Competência leitora



Interdisciplinaridade



Formação integral



Multiletramento



Português

CÓD. 0007 P24 01 00 200 010



Matemática

CÓD. 0020 P24 01 00 020 020



História

CÓD. 0024 P24 01 00 208 040



Geografia

CÓD. 0029 P24 01 00 208 050



Ciências

CÓD. 0016 P24 01 00 207 030



Arte

CÓD. 0011 P24 01 00 200 060



Baixe nossas obras na íntegra em **pnld.moderna.com.br**



Central de atendimento (11) 2920-5162

[/editoramoderna](#) [/editoramoderna](#) [/edmoderna](#)



SuperAÇÃO!

O lançamento da Moderna que vai ajudar o professor a superar as defasagens de ensino e alavancar a aprendizagem. **Conheça os principais benefícios do SuperAÇÃO!**



Manual do Professor orientativo



Retomadas constantes



Abordagem clássica



Conteúdo na medida certa



Aprendizado prático



Português

CÓD. 0010 P24 01 00 200 010



Matemática

CÓD. 0023 P24 01 00 020 020



História

CÓD. 0028 P24 01 00 208 040



Geografia

CÓD. 0031 P24 01 00 208 050



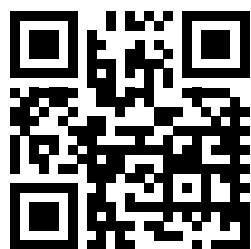
Ciências

CÓD. 0019 P24 01 00 207 030



Arte

CÓD. 0013 P24 01 00 200 060



Baixe nossas obras na íntegra em
pnld.moderna.com.br



Central de atendimento (11) 2920-5162

[/editoramoderna](https://www.instagram.com/editoramoderna) [/editoramoderna](https://www.facebook.com/editoramoderna) [/edmoderna](https://www.youtube.com/channel/UC...)



GRANDES AUTORES

Coleções testadas e aprovadas por professores de todo o país e elaboradas por autores que conhecem as necessidades da escola pública. **Veja como garantir a educação de qualidade!**



Manual do Professor formativo



Temas conectados com o universo do jovem



Interdisciplinaridade



Progressão gradual de conteúdos e atividades



Metodologias com bons resultados



Novo Singular & Plural

CÓD. 0009 P24 01 00 200 010
Mariza Balthazar e Shirley Goulart



Se Liga na Língua

CÓD. 0008 P24 01 00 200 010
Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi



Matemática Bianchini

CÓD. 0022 P24 01 00 020 020
Edwaldo Bianchini



Desafios da Matemática com Ênio Silveira

CÓD. 0021 P24 01 00 020 020
Ênio Silveira



Viver História com Leandro Karnal

CÓD. 0027 P24 01 00 208 040
Leandro Karnal, Felipe Vieira, Luiz Estevam Fernandes, Isabela Backx e Marcelo Abreu



Se Liga na História

CÓD. 0025 P24 01 00 208 040
Patrícia Braick e Anna Barreto



Expedições da História

CÓD. 0026 P24 01 00 208 040
Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues



Expedições Geográficas

CÓD. 0030 P24 01 00 208 050
Melhem Adas e Sergio Adas



Ciências Naturais: Aprendendo com o cotidiano

CÓD. 0018 P24 01 00 207 030
Eduardo Leite do Canto, Laura Celotto Canto Leite e Luiza Celloto Canto



Peacemakers

CÓD. 0003 P24 01 00 200 090
Eduardo Amos e Renata Condi (org.)



Se Liga na Língua Inglesa

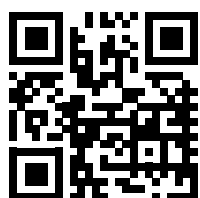
CÓD. 0006 P24 01 00 200 090
Elzimar Costa, Luciana de Freitas e Rogério Neves (org.)

CONHEÇA TAMBÉM!



Se Liga na Educação Física

CÓD. 0015 P24 01 00 200 016



Baixe nossas obras na íntegra em
pnld.moderna.com.br



Central de atendimento (11) 2920-5162

[/editoramoderna](https://www.facebook.com/editoramoderna) [/editoramoderna](https://www.instagram.com/editoramoderna) [/edmoderna](https://www.youtube.com/channel/UC...)

DE PORTAS ABERTAS PARA A INCLUSÃO

À medida que avançam as matrículas da educação especial na escola regular, crescem também os desafios para criar um ambiente seguro de aprendizado, gerar sensação de pertencimento e desenvolver todos, sem que ninguém fique para trás.

TEXTO *Lara Silbiger*



» **DIZEM OS MAIS ANTIGOS** que contra fatos não há argumentos. Mas será que isso também se aplica aos alunos da educação especial quando o assunto é o direito a uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, tal como recomenda a Organização das Nações Unidas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre Educação de Qualidade?

Segundo o Censo Escolar 2022 do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o número de matrículas desses estudantes na educação básica cresceu 29,3% entre 2018 e 2022. “A população entendeu que lugar de qualquer criança é na escola. Isso é educação inclusiva e ela já está acontecendo”, comenta a mestre em Educação Liliane Garcez, idealizadora e articuladora do COLETIVXS, grupo que estuda, dialoga e executa intervenções em prol da inclusão educacional e social.

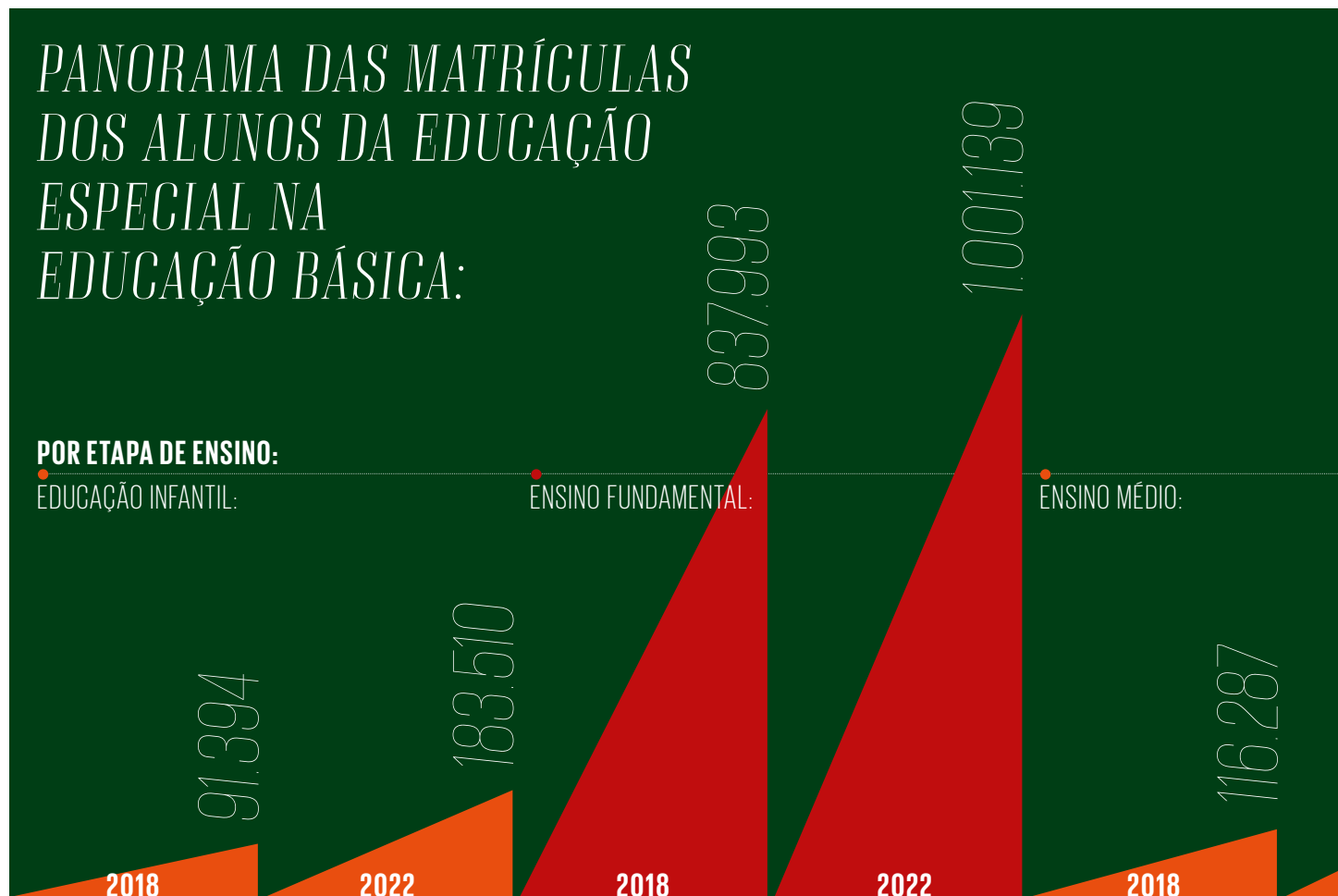
Os dados ainda revelam que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 92% em 2018 para 94,2% em 2022. “Até meados dos anos 1990, os estudantes da educação especial praticamente só estavam nas escolas especializadas”, lembra Liliane. Para ela, é um salto e tanto que aconteceu em pouco tempo

e é fruto do movimento mundial em prol da educação inclusiva e das políticas brasileiras, o que mostra que o país está no caminho certo em relação à garantia de acesso a esses alunos. Contudo, a especialista acredita que a pergunta a ser feita é outra: “Como estamos nos organizando para dar conta desse direito? O que está acontecendo nas escolas?”, questiona ela.

Para Augusto Galery, coordenador de Gestão Educacional no Instituto Rodrigo Mendes e professor de Psicologia na Fecap, estamos diante de um novo paradigma de educação. “Já não cabem remendos para atender estudantes com deficiência ou outras condições. Precisamos criar um modelo que vá além de ensinar o aluno médio — o que, por si só, é um mito —, mas contemple todos.” Liliane Garcez concorda com Galery que o desafio não é dos mais simples. “Exige mobilizar as escolas para que, de fato, a inclusão se complete. Demanda mudar atitudes, estruturas”, afirma.

INCLUIR É: VALORIZAR, RESPEITAR E FAZER PERTENCER

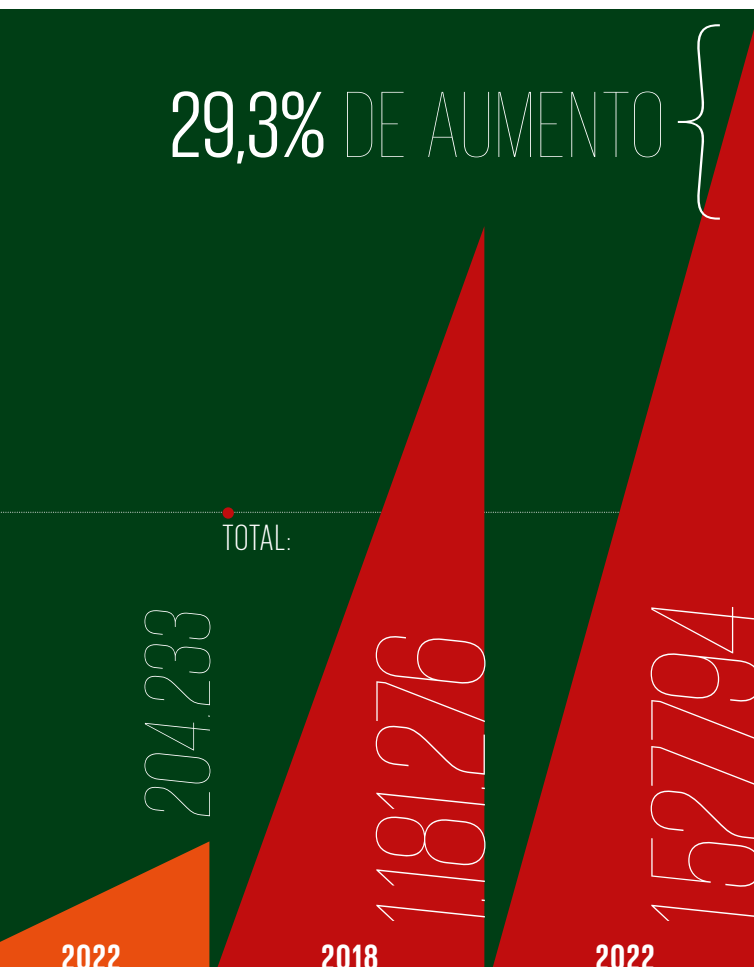
“As escolas devem ser espaços educacionais protegidos, uma vez que apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar indivi-



dual e coletivo”, recomenda a Unesco no documento Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação, de 2022.

Para a neurocientista Carola Videira, fundadora da ONG Turma do Jiló, especializada em Educação Inclusiva, cabe à escola acolher o estudante e prover um ambiente seguro para o aprendizado tanto no âmbito físico e psicológico quanto emocional. “Em termos práticos, isso significa promover ações de respeito aos direitos humanos, combater a violência escolar, o preconceito e a discriminação e desenvolver nos alunos habilidades socioemocionais. Como alguém pode aprender, por exemplo, sentindo vergonha de sua própria condição?”

Ainda no documento da Unesco, “a inclusão na educação significa garantir que todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados, e que possam desfrutar de um verdadeiro sentimento de pertencimento”. Por outro lado, a escola que se diz inclusiva mas deixa de fora ou para trás um único estudante acaba não sendo inclusiva para nenhum. É o que garante Carola, que foi mãe de uma criança com deficiência e hoje luta pela inclusão de tantas outras. »



Fonte: Inep/Censo Escolar 2022.

NA VOZ DE QUEM FAZ



Naturalizando as diferenças

“Ao longo de todos esses anos recebendo alunos com deficiência, autismo, síndrome de down e paralisia cerebral aqui na Escola Quacatú, já vi muitas famílias falando sobre as limitações de seus filhos. Mas nosso trabalho é justamente o contrário: olhar para o que eles são capazes de fazer. E eles são capazes de tudo – da forma que está ao alcance deles. Por isso, sempre incluímos esses alunos em todas as atividades, de projetos em sala a festas, danças e aulas de circo – evidentemente, sempre respeitando a vontade e o desejo deles e adequando às suas necessidades. E mostramos isso para as famílias.

Naturalizar as diferenças é uma das nossas premissas de inclusão na Quacatú. Para todos os alunos, por exemplo, nunca falamos que eles precisam brincar com o outro porque este tem uma deficiência. Respeitar as diferenças é entender, no convívio diário, que cada um brinca do seu jeito e que, principalmente, todos adoram brincar. Num ambiente livre de preconceito e discriminação, as interações simplesmente acontecem de forma espontânea entre as crianças.

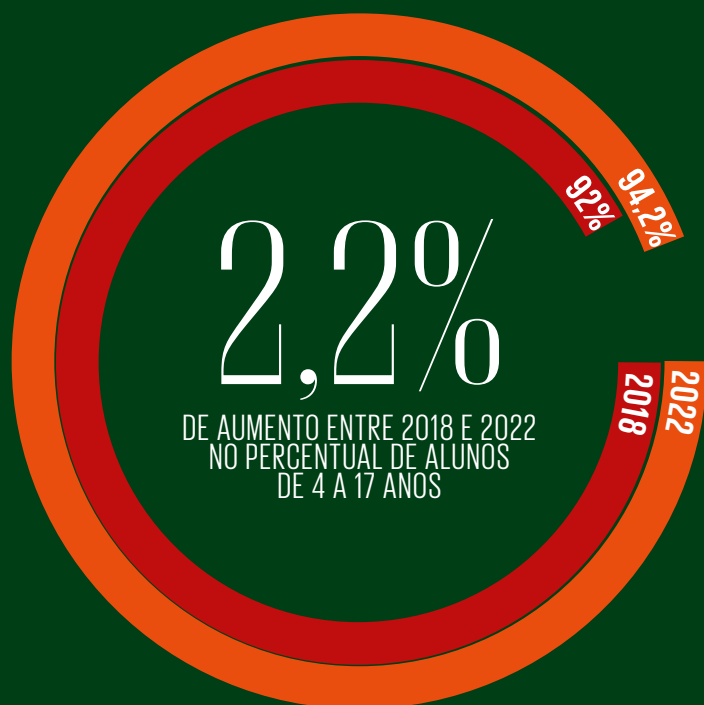
O desenvolvimento da empatia e a valorização da diversidade também estão presentes nos nossos projetos. No ano passado, na área de Linguagem Oral e Escrita, trabalhamos com a turma de 5 anos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do campo de experiência ‘O eu, o outro e o nós’, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de um livro paradidático que contava a história de uma manada de elefantes em que cada um era de um jeito, mas todos da mesma cor. Com exceção de um, que não tinha cor de elefante. Foi uma excelente oportunidade para os alunos refletirem e se darem conta de que eles próprios e os amigos têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.”

SILVANA LOPES

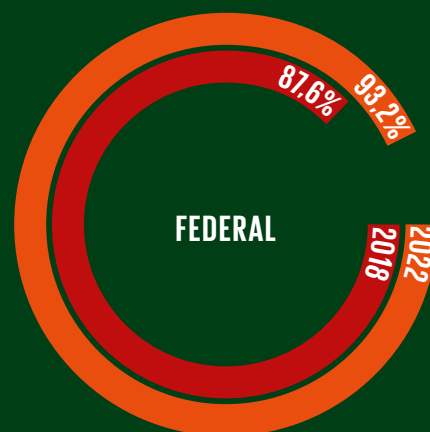
é diretora e sócia da Escola Quacatú - Unidade 3 -, que atende crianças de 4 meses a 5 anos, em São Paulo (SP).

MATRÍCULAS EM TIPOS DE ESCOLA

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS:



POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA:



» INCLUIR É: IDENTIFICAR POTENCIAIS, GARANTIR AS MESMAS OPORTUNIDADES E DESENVOLVER

“A neurociência parte do princípio de que todos os cérebros aprendem”, explica Carola Videira. Sob essa perspectiva, a educação inclusiva é aquela que reconhece a individualidade das crianças e respeita os diferentes tempos e ritmos de aprendizagem. Demanda um olhar sistêmico e integral do indivíduo. “E aí está a beleza da educação inclusiva. Ela tira o holofote da dificuldade de aprendizagem e lança luz sobre os desafios da ensinagem”, comenta a neurocientista.

Um dos desafios a ser transpassado é o de o professor ser capaz de ensinar a mesma coisa de diferentes maneiras, considerando as múltiplas inteligências. “O problema é que nosso sistema de educação ainda impõe barreiras, traça montanhas e define que todos têm de chegar a determinada altura – e, se possível, juntos. O conteúdo ainda é pensado para o coletivo, em detrimento do indivíduo”, lamenta Carola.

Outro aspecto que contribui para limitar, de antemão, até onde o estudante pode chegar são as nomenclaturas, que rotulam e restringem possibilidades. “A escola que quer enten-

der primeiro qual é o laudo ou o diagnóstico do aluno inevitavelmente acabará limitando as apostas que fará nele”, afirma Liliane Garcez, especialista do COLETIVXS. Não é à toa que são sempre os mesmos alunos que vão ficando para trás, que recebem menos oportunidades. “Acabam sendo vítimas do capacitismo, racismo, machismo e outras formas de discriminação”, completa.

Em busca de novos caminhos para a inclusão, no documento Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação, a Unesco faz um convite para as escolas: “Também há o que ‘desaprender’, como vieses, preconceitos e polarizações hostis. A avaliação deve refletir esses objetivos pedagógicos, de modo que promova crescimento e aprendizagem significativos para todos os estudantes”.

INCLUSÃO À LUZ DA BNCC

A inclusão, como caminho para alcançar a equidade, é tema de destaque na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por exemplo, ela está presente nas competências gerais 9 e 10, que destacam respectivamente o “respeito ao outro e aos direitos



Quebrando as barreiras

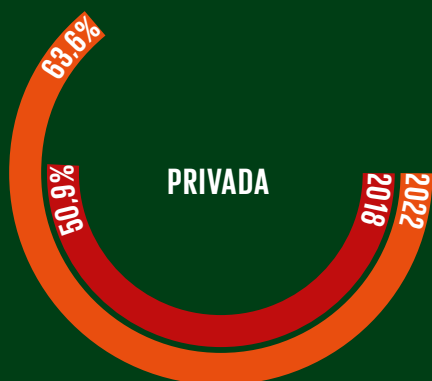
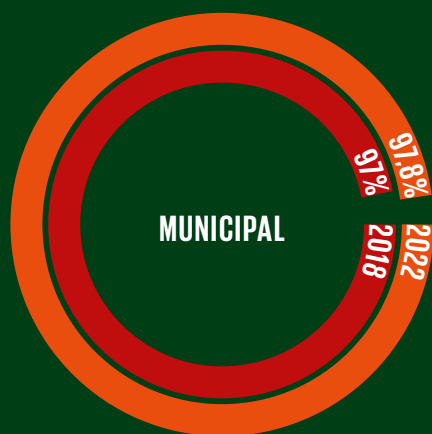
“É através da educação especial que vamos promover a inclusão nas escolas da rede pública de São Caetano Sul. Hoje, quando temos um estudante com deficiência, a gente ainda se depara com um entrave: como ele pode, de fato, acessar o currículo?”

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e que ganhou status constitucional no Brasil, ‘a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas’.

Nosso atual desafio na Secretaria de Educação ao escrever uma Política Municipal de Educação Especial, iniciada em 2022, é direcionar o olhar para o estudante e para as barreiras que ainda se interpõem entre ele e as aprendizagens, sejam elas atitudinais, tecnológicas, metodológicas, físicas, entre outras. A presença dos estudantes elegíveis à educação especial — 900 matrículas do total de 22 mil da Educação Infantil ao Ensino Médio — nos faz continuamente repensar meios e modos de ensinar, e nos obriga também a pesquisar soluções para minimizar barreiras e garantir que a educação seja para todos.

Não por acaso, o currículo que o município lançou em 2020, alinhado com a BNCC, considera a diversidade humana como valor e fundamento para os princípios da equidade e inclusão na escola comum. Qualquer componente curricular a leva em consideração em seus objetivos e objetos de aprendizagem. Apenas dessa forma será possível o acesso pleno e principalmente a permanência e o desenvolvimento de todos os estudantes na escola.”

PATRICIA DAVID é coordenadora da Política de Educação Especial da Secretaria de Educação de São Caetano do Sul e formadora de Educação Especial no Centro de Capacitação dos Profissionais da Educação Doutora Zilda Arns.

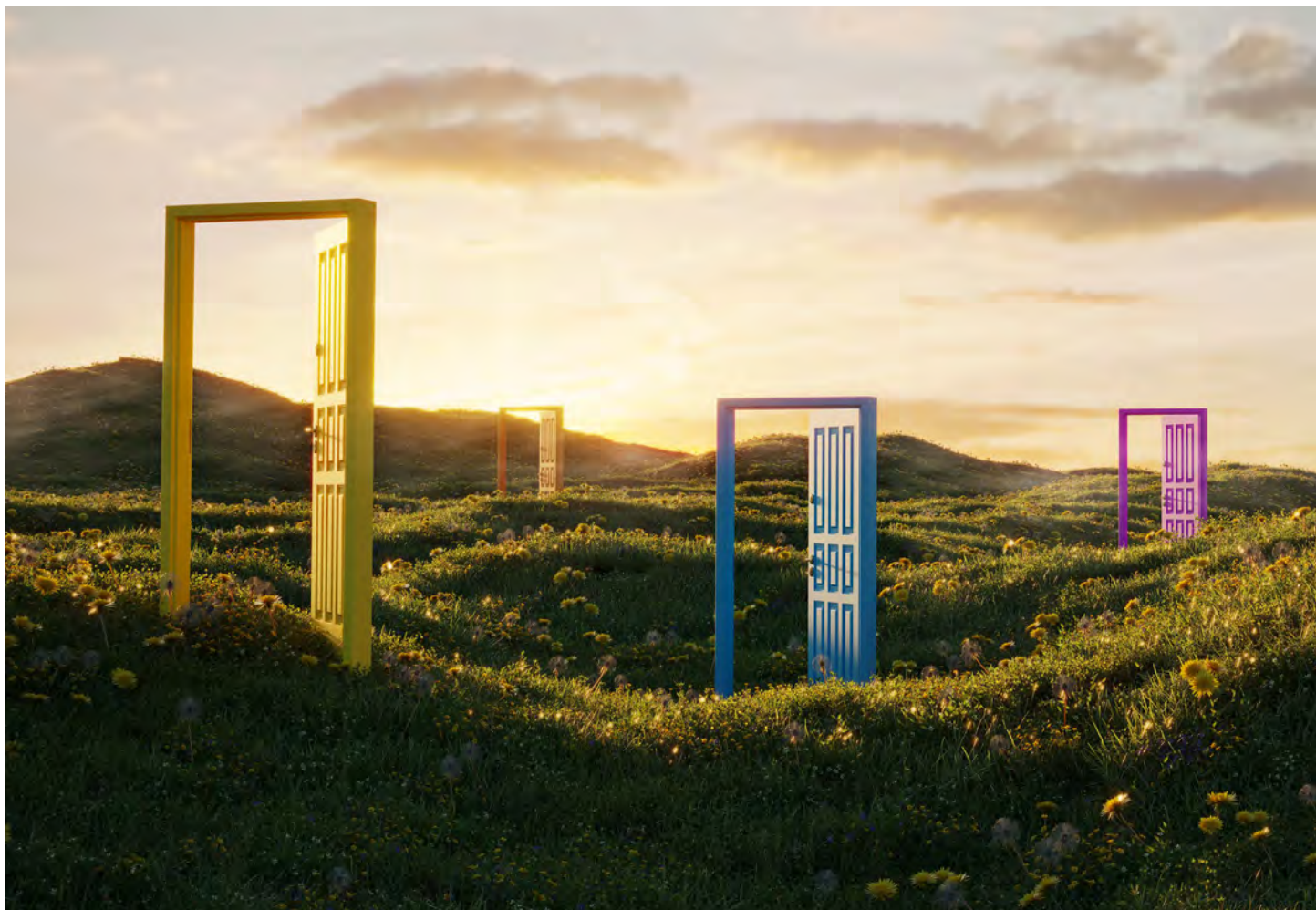


* O Inep não disponibiliza dados específicos sobre o número de matrículas de alunos na educação básica com Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), que reúne Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia, entre outros.

humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” e o agir e a tomada de decisões com “base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”.

A BNCC ainda destaca o compromisso de reverter a exclusão histórica com grupos marginalizados, como povos originários e populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes, e alunos com deficiência. Reconhece, ainda, a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular.

O documento traz ainda as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da educação básica. “Isso não quer dizer que seja um plano fechado. A educação vai além dos objetos de aprendizagem ali definidos, que não podem ser encarados como o objetivo final. Isso dificultaria – e muito – a inclusão sob a perspectiva da educação especial, pois levaria a uma rigidez da pedagogia nas escolas e iria justamente contra todo o esforço que a BNCC fez de pensar a inclusão”, alerta Augusto, do Instituto Rodrigo Mendes. »



» **INCLUIR É: INCENTIVAR A COLABORAÇÃO, EMPATIA E COMPAIXÃO**

Na busca de caminhos para garantir sociedades mais justas e pacíficas, a Unesco reconhece que um dos maiores desafios da atualidade é a forma como educamos. Ao convidar as escolas para lançar um novo olhar para a aprendizagem e as relações entre os estudantes, os professores, o conhecimento e o mundo, ela sugere que “a pedagogia deve ser organizada com base nos princípios de cooperação, colaboração e solidariedade. Deve promover as capacidades intelectuais, sociais e morais dos estudantes, para que trabalhem juntos e transformem o mundo com empatia e compaixão”, preceitos no documento Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação.

E os benefícios são para todos. “A educação inclusiva não é sobre ‘ou’ — ele ‘ou’ eu. É sobre ‘e’ — ele ‘e’ eu. Uma criança que convive com outra

diferente dela é uma criança que desenvolve uma mente flexível e com mais capacidade de achar soluções para problemas complexos”, garante a neurocientista Carola.

Considerando que a educação inclusiva pressupõe um processo coletivo de aprendizagem, a Unesco ainda recomenda que as escolas sejam “lugares que reúnam grupos diversos de pessoas e os exponham a desafios e possibilidades que não estão disponíveis em outros lugares. As arquiteturas, os espaços, os horários, os cronogramas de aulas e os agrupamentos de estudantes nas escolas devem ser reelaborados para incentivar e permitir que os indivíduos trabalhem juntos”.

Segundo Augusto Galery, a educação no mundo vive um momento de transição, em que estão sendo repensadas as práticas, os objetivos e os papéis. “A escola ganha cada vez mais força como espaço coletivo. Formado por todos e para todos



NA VOZ DE QUEM FAZ

Formação para quem inclui

“A Emei Gabriel Prestes tem 70 anos e, nos últimos 20, passamos a receber alunos da educação especial, mas o número ainda era baixo: de três a quatro estudantes por ano. No retorno ao presencial, após o isolamento necessário em decorrência da pandemia de covid-19, esse número cresceu para duas a três crianças por sala.

E aí veio a questão: como trabalhar melhor o potencial delas? Como grupo, vimos a necessidade de desenvolver um processo formativo para os professores e refinar nosso olhar para práticas que já adotávamos.

Como ponto de partida, no ano passado, escolhemos o tema da educação inclusiva para o nosso Projeto Especial de Ação. Nele, os educadores se debruçaram sobre os marcos legais e refletiram sobre aspectos que precisaríamos rever na escola.

Já em 2023, estamos revisitando o nosso projeto político pedagógico (PPP), de forma que ele reflita a educação inclusiva e integral que queremos. Com isso, estamos redimensionando o foco da formação dos professores. A inclusão não será apenas um capítulo do PPP, será transversalizada, passará por todos os campos dele e exigirá dos educadores um olhar mais afinado para todos os alunos.

Em paralelo, estamos revisando nossos instrumentos de observação e registro sobre as crianças da educação especial, com ajustes que irão contribuir para os professores identificarem com mais precisão os desafios e as potencialidades. E mais: como ampliá-las para que estudantes aproveitem todas as experiências e vivências que a escola oferece.”

MARILENE SALES é coordenadora pedagógica da Emei Gabriel Prestes, em São Paulo (SP).

– inclusive por e para os educadores. De um espaço físico onde diversas teorias convergem, passaremos a um espaço pedagógico onde elas conversam entre si para atender a todas as pessoas.”

Até então, segundo ele, estávamos acostumados com o professor no centro da educação. Agora tudo caminha para que o aluno esteja no centro, e os professores, ao redor, discutindo o que fazer em prol dele.

No contexto da inclusão na escola, o olhar individualizado ganha ainda mais importância. “Só é possível ver todos se antes eu olhar cada estudante”, completa ele.

PARA SABER MAIS

- UNESCO. *Relatório de monitoramento global da educação: Inclusão e educação: todos, sem exceção*. Disponível em: mod.lk/ed24_get1. Acesso em: 13 abr. 2023.
- UNESCO e Fundação SM. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Disponível em: mod.lk/ed24_ge9. Acesso em: 13 abr. 2023.

Hoje o paradigma se **transforma** **de forma radical.**

Re pensamos a pedagogia
Re inventamos os espaços
Re imaginamos a estratégia
Re afirmamos o comprometimento,

com três conceitos chave

Inteligência de dados

Pedagogias líquidas

Conectividade

Bem-vindos à **re**evolução

Vem aí um novo **UNOi**
para a sua escola.




UNOi

 unoi.com.br

 [/@unoibrasil](https://www.youtube.com/@unoibrasil)

 [/unoibrasil](https://www.facebook.com/unoibrasil)

 [@unoibrasil](https://www.instagram.com/unoibrasil)





Como a nova geração lê.

Prazer em ler, ouvir e aprender.

Leiomundo é a nova plataforma digital e pedagógica para ler, ouvir e aprender. Oferece uma forma muito mais dinâmica e prazerosa de conhecer as grandes histórias da literatura infantojuvenil.

Com atividades interativas e recursos que incentivam a leitura e estimulam a criatividade, permite o maior proveito dos livros das Editoras Moderna e Salamandra.

Os maiores autores de literatura infantojuvenil do Brasil, agora no Leiomundo.



Ana Maria Machado



Eva Furnari



Ilan Brenman



Pedro Bandeira



Walcyr Carrasco



Plataforma lúdica

Os estudantes escolhem um avatar para representá-los. Ao completar as atividades, ganham pontos para trocar por itens de personalização.



Facilidade de acesso

Os leitores podem fazer **download** na biblioteca da plataforma para usufruírem dos livros **offline**.



Plano leitor

O plano leitor apresenta uma seleção de leituras e atividades interativas enviadas aos estudantes. As atividades ajudam a desenvolver as habilidades de leitura, além de avaliar as 4 competências leitoras. A cada resposta errada, o aluno é guiado para obter informações no texto. Todas as interações são registradas, para que os professores tenham um perfil completo das habilidades de seus alunos.





Audiolivros


Os audiolivros estimulam a imaginação das crianças, fazendo-as mergulhar nas narrações, interpretações e efeitos sonoros da história. O recurso favorece o desenvolvimento da competência leitora ao modelar a entonação, a pronúncia e os ritmos de leitura apropriados à história.



Conheça a solução
digital e pedagógica
de incentivo à leitura.

 @leio.mundo

 @leio.mundo

 0800 770 3004

O que pais e mães esperam da escola na perspectiva da educação inclusiva

Com presença de cada vez mais crianças e adolescentes da Educação Especial nas escolas regulares, famílias refletem sobre vivências, expectativas, conquistas e desafios rumo a uma educação que seja verdadeiramente para todos.

—
TEXTO *Lara Silbiger*





A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS que buscam por uma educação inclusiva e um aprendizado equitativo e de qualidade para seus filhos — especialmente para os que são elegíveis à Educação Especial — ainda é repleta de altos e baixos no Brasil. Ou, como definiu uma mãe, uma montanha-russa de emoções, batalhas, desalento, vitórias e sempre mais desafios pela frente. Em comum, os familiares revelam o peso da solidão em suas lutas diárias, o enfrentamento de olhares preconceituosos e a dificuldade de encontrar escolas e educadores que acolham verdadeiramente seus filhos em todas as suas especificidades e potencialidades.

Por outro lado, pulsam no ritmo da esperança. Buscam novos conhecimentos, pesquisam sobre políticas públicas, se colocam à disposição das equipes pedagógicas e assumem o lugar de aprendizes da educação inclusiva, que transcende a sala de aula e envolve toda a comunidade escolar.

A seguir, confira o relato de cinco famílias para conhecer diferentes perspectivas, vivências e expectativas em torno da inclusão escolar.

GARANTIR O MÍNIMO PREVISTO NO MARCO LEGAL

{ **DIVA BATISTA** } é mãe do Luigi, de 11 anos, que estuda no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Mogi das Cruzes (SP).

“Mesmo antes do diagnóstico de autismo, sempre acreditei que estar na creche, convivendo com outras crianças, era primordial para o desenvolvimento do meu filho. Minha expectativa era de que, até os cinco anos, ele tivesse aprendido a falar. Mas não foi o que aconteceu — ele regrediu. A partir daí, comecei a buscar caminhos para ajudá-lo a se integrar e aprender na escola comum.

No 1º ano do Fundamental, contamos com uma equipe escolar que prezava bastante pela inclusão. As expectativas eram boas, mas eu sabia que o caminho dali em diante seria incerto.

Hoje, com o Luigi no sexto ano, vejo que nosso trajeto foi cheio de altos e baixos. Na prática, a gente acaba dependendo da sorte, da empatia de um professor, de cair numa turma boa, enfim, de toda uma engrenagem para se ter alguma paz.

Precisei — e ainda continuo precisando — lutar, me expor e me indispor para que a inclusão escolar seja realidade na vida do meu filho. Para que ele seja atendido, pelo menos, com o mínimo que lhe é de direito. Para isso, fui buscar conhecimento, mesmo sem ter formação acadêmica especializada, para aliar à minha vivência de mãe de uma criança autista e, com isso, mostrar para as pessoas e para as escolas que tenho propriedade acerca do que estou falando sobre o meu filho.

Provar que a deficiência invisível existe, que não é birra da criança ou negligência dos pais, é cansativo e desgastante. É desafiador desenvolver parcerias com alguns profissionais de educação para que eles entendam a linguagem da inclusão. Essa dificuldade, no entanto, pode ser vencida com reciclagem e capacitação sobre educação inclusiva, acessibilidade e outros temas que ajudam a diminuir a exclusão na comunidade escolar.”

NATURALIZAR AS DIFERENÇAS

{ **VANESSA DEL NEGRO** } é mãe da Livia, de 5 anos, que estuda na Escola Quacatú, da rede privada de São Paulo (SP).

“No ano que vem, minha filha ingressará no Ensino Fundamental



e estou, desde já, em busca de uma nova escola que esteja preparada para receber uma criança com deficiência. E mais: que olhe para a Livia para além da paralisia cerebral e veja nela todas as suas capacidades e potencialidades.

Fico assombrada, porém, pelo medo de que fique isolada dentro da própria sala de aula ou em uma sala segregada. Ou que não faça amigos, que sofra. O que mais quero é que ela seja feliz e se desenvolva ao máximo. Por isso, pesa sobre mim o dever de escolher bem agora.

Como minha filha se locomove com andador, a acessibilidade do espaço, ou a disposição da direção para adaptá-lo, é essencial. É necessário também que haja uma pessoa para acompanhá-la, seja para acessar os diferentes ambientes da escola, seja para ajudá-la a ir ao banheiro.

São direitos de todo estudante com deficiência, mas que muitas escolas privadas continuam negligenciando, ainda que de forma velada e permeada por preconceito, falta de vontade e despreparo.

Nos contatos que tenho feito com escolas, sempre questiono se há outros alunos com deficiência matriculados na instituição. Já cheguei a ouvir: “não temos crianças com essa condição, mas temos muita inclusão nesta escola”. Só me resta pensar como é possível uma coisa dessas.

Hoje, ainda na Educação Infantil, minha filha estuda em uma escola que realmente leva a educação inclusiva a sério. Logo no primeiro contato, a dona foi me mostrando o prédio e indicando as adaptações que faria. Já veio com tudo organizado, inclusive com o plano de designar uma auxiliar de sala para dar todo suporte necessário para a Livia. Foi incrível a receptividade, tanto por parte da escola como das outras famílias, desde a primeira reunião de pais.

Minha filha é convidada a todas as festas de aniversário, os amigos querem ajudar a empurrar o andador, carregam a mochila dela e correm para abraçá-la. Hoje realmente nos sentimos incluídas, em um ambiente que é capaz de naturalizar as diferenças.”

» ESCOLA E FAMÍLIA DE MÃOS DADAS EM PROL DA INCLUSÃO

{ **TALAL ALTINAWI** } é pai da Yara, de 17 anos, que estuda em um colégio da rede privada de São Paulo (SP) e do Riad, de 20 anos, que atualmente cursa Faculdade de Medicina.

“ Tem gente que ainda pensa que o refugiado é alguém que veio do deserto, que só anda a camelo e que não conhece nada da vida moderna. E não é nada disso. Somos apenas pessoas que tiveram problemas em nossa terra natal — seja por guerra, intolerância religiosa, conflito político ou outras questões — e precisaram fugir. Nessa busca por reconstruir a vida em outro país, a educação inclusiva é fundamental para nossas crianças.

Quando saí da Síria há quase uma década, o Riad tinha onze anos, e a Yara, oito. Assim que chegamos a São Paulo, matriculei os dois, que não sabiam uma palavra de português, em uma escola da rede pública.

Em três meses, eles já falavam bem o idioma. Isso graças à receptividade dos colegas de classe, que, incentivados pelos professores, se mobilizaram para ajudar meus filhos a aprender português. Todo aprendizado é uma via de mão dupla. Além de refugiados, somos muçulmanos e nossos costumes, crenças e tradições despertam curiosidades. Para a minha filha, sempre perguntam sobre o uso do ríjib (o véu) e por que ela não veste shorts e roupas de manga curta. Já o meu filho aproveita questionamentos como esses para explicar o significado do Islã.

Mas nem tudo são rosas. Quando eles receberam bolsas integrais para estudar em um colégio da rede privada da capital paulista, vieram novos desafios. Por exemplo, o nível de desempenho acadêmico esperado e as diferenças econômica e social entre uma família de refugiados — eu ainda não tinha

trabalho fixo — e os estudantes de classe média alta. Durante quase dois anos, o Riad principalmente se sentiu muito diferente dos demais.

Para minimizar esse impacto e acelerar o processo de inclusão, a escola e eu demos as mãos e trabalhamos juntos em função do mesmo objetivo. Enquanto na sala de aula eles viam o conteúdo em português, em casa, eu revisava Matemática, Química e Física com eles em árabe. Além disso, eu mantinha uma comunicação bastante próxima com a coordenação, que me chamava para conversas frequentes sobre socialização tanto do Riad quanto da Yara, avaliações e notas, fluência no idioma e sobre como orientá-los em casa. No paralelo, a escola sempre trabalhou com a conscientização do grupo, com ênfase no respeitar, no cuidar e no ajudar o outro, não importando quão diferente ele seja.”

INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA COMBATER O PRECONCEITO

{ **ANA CAMILA MAGALHÃES** } é mãe da Maria Luísa Fortes, de 12 anos, que estuda no Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus (CMPM-V), em Manaus (AM).

“ O preconceito e a falta de informação para lidar com estudantes com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e TOD (Transtorno Desafiador Opositor) nos acompanharam desde o início da vida

escolar da minha filha, aos dois anos. Nos últimos dez, passamos por uma dúzia de escolas.

O acolhimento era sensacional até efetivar a matrícula. A partir daí, começavam as dificuldades e a falta de suporte. Mesmo eu pagando um AT (Atendente Terapêutico) para acompanhar a Maria Luísa, diante de qualquer sinal de crise, já me ligavam para buscar minha filha. E pior: na matrícula, sempre vinham com uma desculpa para ela não permanecer no ano seguinte.

Em geral, as escolas não estão preparadas para lidar com transtornos ou doenças mentais. Minha percepção é de que crianças com um desenvolvimento diferente acabam sendo vistas como potencial fonte de gastos e, portanto, indesejadas – especialmente na rede privada de ensino.

O ponto de virada veio no ano passado, quando a matriculei no Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus – Unidade V. Lá as professoras da sala de recursos multifuncionais, especializadas em Educação Especial, entendem mais a Maria Luísa. Respeitam o tempo dela, orientam os professores de sala e traçam estratégias para trabalhar as dificuldades individuais dos alunos. No caso da minha filha, o foco inicial foi desenvolver a autonomia para atividades cotidianas, como amarrar o cadarço e abotoar roupas.

Aos poucos, já vamos sentindo o poder da inclusão. Na sala de aula, ela adora quando chega a sua vez de ser a chefe da turma – uma espécie de representante de classe. No início, se sentia envergonhada, hoje, abraça a função como oportunidade de se sentir igual aos outros. Já na sala de recursos, está sempre pronta para ajudar as outras crianças, orientá-las e até mesmo resolver problemas; pela primeira vez, vejo minha filha criando vínculos no ambiente escolar.

Como pontos de melhoria, destaco a importância de os professores de sala também participarem de capacitações focadas em inclusão e que a escola converse mais com a comunidade escolar sobre saúde mental. A conscientização é um passo fundamental para combater o preconceito.”

FLEXIBILIDADE, CONVIVÊNCIA E APRENDIZADO

{ **KARINA SOUSA** } é mãe do Gustavo Sousa Silva, de 15 anos, que estuda no Colégio Stockler, em São Paulo (SP).

“ Quando soube que meu filho tinha recebido uma bolsa integral para estudar em um colégio privado, diferentes pensamentos tomaram conta de mim. Tive medo que seu processo de inclusão na turma fosse mais difícil por causa da nossa condição financeira. Morávamos na comunidade e eu não tinha certeza de como ele e as outras crianças se sentiriam diante disso.

A primeira surpresa foi a reação dos colegas logo nas primeiras semanas de aula. Ninguém o tratou mal ou com diferença pelo fato de ser bolsista ou vir de escola pública. E, em boa medida, atribuo isso ao exemplo dado pela própria escola e do cuidado com que o processo de inclusão foi conduzido.

Sempre que os professores passavam uma atividade, a coordenadora procurava saber se ele e outros bolsistas tinham os meios necessários para fazer a tarefa. Já quando começou o isolamento social na pandemia, se certificou de que tínhamos notebook e conexão de internet em casa.

O Gustavo também esteve sempre cercado de suporte emocional na escola desde o início. O ponto chave trabalhado com ele e com os demais bolsistas era: a partir do momento em que estou no meio do mundo do outro, como faço para me sentir à vontade? Afinal, a inclusão não é algo banal. Não dá para simplesmente fundir um mundo no outro. É um processo de convivência e aprendizado, nem sempre fácil, para todas as partes.

Olhando para trás, vejo quantas coisas meu filho já aprendeu e ensinou pelo simples fato de ter a oportunidade de viver lado a lado com realidades tão diferentes da dele. Meu desejo é que todas as crianças tenham a oportunidade de experienciar os encontros que a educação inclusiva proporciona.”

SEUS ALUNOS
FAZENDO A
DIFERENÇA
NO MUNDO



NOSSA JORNADA É TRANSFORMADORA!

Todos concordamos que a **Educação é um dos caminhos mais poderosos para a evolução de pessoas e comunidades**. Mas, para nós, esse é apenas o ponto de partida e um convite para irmos além!

Acreditamos que todos podem ter acesso aos meios de atingir seu potencial, contando com as ferramentas certas para transformar ideias em ações.

É por isso que Kepler se baseia em quatro pilares fundamentais: **empatia, trabalho em equipe, criatividade e protagonismo do aluno**.

Prontos para decolar? Um universo de possibilidades nos espera!



EDUCAÇÃO: UM CONVITE AO COLETIVO!

O processo educacional é vivo e amplo, extrapolando os limites de qualquer sala de aula. Em outras palavras, precisamos garantir que exista uma ótima conexão entre os alunos, suas famílias, os professores e todos os profissionais de uma escola. É por isso que temos uma plataforma digital completa!

PLATAFORMA DIGITAL COMPLETA

Tecnologia educacional de ponta junto com o melhor conteúdo de livros didáticos. A plataforma digital Kepler oferece intuitividade, ambiente interativo e fácil entendimento para alunos e famílias. Aqui o aprendizado vai além da sala de aula.

RECURSOS DIDÁTICOS

Há dois ingredientes essenciais em todos os materiais que desenvolvemos: a paixão e a experiência de uma equipe que respira educação 24 x 7! E não estamos falando apenas do time da Plataforma Kepler. Afinal, por fazermos parte do Grupo Santillana, Kepler está inserida em um universo de marcas incríveis que produzem materiais didáticos e paradidáticos, criados para promover o desenvolvimento de professores e alunos, bem como as comunidades em que estão inseridas, com um objetivo claro: transformar a educação.


CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Nós realmente estamos do seu lado e você sempre vai ter com quem contar!


- Cocriação de estratégias e definição das melhores práticas
- Cursos de Implementação assíncronos e disponíveis o ano todo!
- Formação contínua no modelo EAD para professores, com certificado
- Equipe de profissionais capacitados para esclarecer dúvidas dos professores ao longo do ano letivo


ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS

Lembra-se daquela sensação gostosa de se sair bem em uma avaliação? É essa a experiência que buscamos proporcionar aos nossos alunos, sempre de olho no momento em que eles se encontram em sua trajetória acadêmica. Mais do que notas, oferecemos oportunidades para que possam conquistar a autonomia intelectual que irá acompanhar cada estudante por muitos e muitos anos além da escola.

 plataformakepler.com

 [/plataformakepler](https://www.facebook.com/plataformakepler)

 [@plataformakepler](https://www.instagram.com/plataformakepler)

 0800 772 1045



um novo MUNDO PASSA POR AQUI

Apostar no ser humano é o que, no futuro, vai gerar em nossa comunidade aquela sensação boa de olhar para trás e dizer: fizemos as escolhas certas e Crescemos!

o nosso PROPÓSITO É O QUE NOS MOVE

Existimos para garantir o desenvolvimento da inteligência emocional dos estudantes, ampliando sua capacidade de colaborar para a formação de pessoas mais felizes e a construção de uma sociedade mais justa.

uma missão FOCADA NO SER HUMANO

O que vai nos unir é o objetivo de promover a educação socioemocional e intervir positivamente no contexto escolar, ajudando cada um a buscar sua melhor versão.





os pilares
**QUE NOS
SUSTENTAM**

- Desenvolvimento sustentável
 - Cultura digital e empreendedora
 - Metodologias ativas e aprendizagem significativa
 - Bem-estar pessoal e coletivo
- Autoconhecimento

a nossa
PROPOSTA

O projeto Crescemos propõe o aprofundamento de 10 grandes competências de ordem cognitiva e socioemocional.

Em cada ano escolar será dada ênfase a uma competência específica para que as famílias, os professores e os estudantes possam exercitar e aperfeiçoar de forma intencional habilidades relacionadas a cada uma delas, que chamamos de competência-estrela.

Entre em contato conosco e conheça mais detalhes da nossa proposta.





Neurodiversidade e os desafios em sala de aula

É preciso dar protagonismo às formas como aprendemos e às diversas potencialidades cerebrais a favor da aprendizagem. Estipular objetivos e traçar planos de aula que valorizam a diversidade é um desafio possível e estimulante. Vamos juntos?

TEXTO *Telma Pantano*





O CONCEITO de neurodiversidade como vem sendo utilizado envolve o conceito de biodiversidade (Bernick, 2019; Baron-Cohen, 2017; McLoughlin et al., 2013; Baker et al., 2011) e é um dos princípios mais importantes das neurociências. Atualmente concebemos o desenvolvimento do cérebro humano como resultado de estímulos advindos dos canais sensoriais e da organização neuronal deles e, portanto, é completamente dependente do ambiente em que se encontra. Partindo desse conceito, um cérebro não é igual ao outro e possui peculiaridades relevantes tanto no mecanismo de entrada (canais sensoriais) quanto nas características para o processamento dos estímulos e da resposta ao ambiente (motora).

Ao priorizar canais sensoriais diferentes para significar o mundo ao nosso redor, bem como para significar o nosso próprio corpo, acabamos por estabelecer formas diferentes de ver e entender o mundo. Da mesma forma, se essas informações sensoriais se organizam de formas diferentes, o cérebro diferencia ainda mais os processos de forma individual trazendo consigo o conceito de neurodiversidade.

A aprendizagem envolve a integração dessas redes neuronais associadas às representações do mundo externo e interno (Pantano, 2010, 2020; Pantano & Zorzi, 2009). Como falar em um padrão de funcionamento cerebral único considerando que o princípio de estruturação do cérebro é a diversidade, seja ela sensorial ou neuronal (é das vias neuronais que são criadas estruturas para o processamento das informações sensoriais)? Ambientes diferentes, estímulos diversos e, principalmente, diferenças genéticas e estruturais geram diferentes funcionamentos cerebrais que, se funcionais, não devem ser considerados sob a ótica da patologia.

Surge um conceito fundamental para o uso correto da palavra neurodiversidade, que não deveria ser utilizado para descrever doenças ou transtornos, mas para considerar as particularidades do processamento cerebral em função dos estímulos ambientais que foram fornecidos, das conexões cerebrais e das estratégias necessárias para estimular e desenvolver a funcionalidade.

Somos neurodiversos, e construir a aprendizagem sob essa ótica envolve principalmente preparar a informação a ser registrada de forma que se considerem estruturas e funcionamentos cerebrais

OS ALUNOS, DE
FORMA SINGULAR,
PASSAM A SER O
OBJETIVO PRINCIPAL
DAS ESTRATÉGIAS
DE ENSINO, E
NÃO O CONTEÚDO
PEDAGÓGICO.



diversos. Assim, o processo de ensino-aprendizagem deve permitir a participação direta do aluno no processo de ensino (construção do conhecimento) e o acompanhamento constante desse processo pelo professor (verificação dos significados adquiridos pelo aluno).

Esse conceito envolveria uma mudança de perspectiva para o professor a partir do momento que os alunos, de forma singular, passam a ser o objetivo principal da elaboração das estratégias de ensino e não o conteúdo pedagógico. O conteúdo seria uma pequena parte do processo de construção do professor que deve considerar os diversos canais sensoriais (entradas) e os diversos significados que esses conteúdos podem adquirir para cada um dos alunos (com base nas especificidades de cada cérebro).

O resultado desses processamentos cerebrais só pode ser conhecido se for continuamente monitorado pelo professor. Isso não significa provas e/ou atividades avaliatórias constantes, mas a participação ativa do aluno no contexto de aprendizagem através de expressões verbais, escritas, gráficas e/ou lúdicas que permitam ao cérebro representar ao ambiente as novas aquisições e os novos significados atribuídos.

São essas significações que poderão ser registradas como informações permanentes por parte dos alunos e não o conteúdo produzido pelo professor. Tudo o que vivemos e significamos adquire significados e memórias diferentes em função das diversas estruturas e organizações cerebrais que cada um de nós tem e seleciona ao longo da nossa vida.

Atualmente, não conhecemos uma justificativa para essas diferenças iniciais (em termos dessas conexões e inter-relações sensoriais pelo cérebro) e que culminam em processos cerebrais de organização e significação ambientais bastante diferentes “da média”. Portanto, não sabemos como reverter essas diferenças. Tais variações podem se acentuar ou reduzir nos primeiros anos devido a estimulações

ambientais e seleção de rotas neuronais diferentes, provocando assim condições de processamento da informação completamente distintas.

O cérebro apresenta predisposições temporais para maturações de determinadas áreas cerebrais, porém, em razão dos estímulos advindos do ambiente e do próprio corpo, a intensidade da maturação cerebral no comportamento é bastante distinta em cada indivíduo. Nesse conceito, não se trata de uma questão de “esperar” a maturação cerebral, mas sim de fornecer estímulos adequados, visando à funcionalidade da relação cérebro e ambiente.

Há períodos críticos que acontecem em idades distintas em diferentes partes do cérebro. Assim, por exemplo, estímulos visuais apresentam uma seleção nos primeiros meses de vida e, portanto, ocorre a maturação nos primeiros anos. Com relação aos estímulos auditivos, temos uma seleção refinada e bastante distinta das áreas e rotas de maturação com maior refino por parte do cérebro nos primeiros meses de vida e na adolescência. Já no início da vida adulta, ocorre um refino e aprimoramento dessas vias, visando à adequação em diversos ambientes e situações.

As funções executivas — que se localizam prioritariamente nos lobos pré-frontais, mas cujo funcionamento depende de todas as outras áreas do cérebro — têm um aumento de conexões significativas até os cinco ou seis anos e, até o início da vida adulta, ocorre o seu refino e aprimoramento (Diamond, 2013). As funções executivas são um conjunto de funções requisitadas pelo nosso cérebro quando não conseguimos responder de forma automática aos estímulos, sendo um exemplo importante de neurodiversidade. O comportamento resultante da ação das funções executivas pode ser funcional ou disfuncional mesmo com a maturação completa da área associada a essas funções. Assim, o comportamento resultante está diretamente relacionado às memórias que foram construídas, assim como às possibilidades de modificação do comportamento após a aprendizagem do ambiente.

A NEURODIVERSIDADE E A APRENDIZAGEM

Frente à grande neurodiversidade existente, há uma tentativa de “agrupar” e descrever padrões de funcionamento gerais que serviriam como base de diversos funcionamentos cerebrais. Ainda ►

» não construímos classificações e/ou conceituações que possam ser consideradas ideais para o contexto educacional, porém, de acordo com autores como Doyle (2020) no final dos anos 2000, o conceito começou a ser utilizado para os transtornos específicos de aprendizagem, como autismo e TDAH, chegando até mesmo a condições como depressão e ansiedade.

Esses diagnósticos — desde que não apresentem evidências de comorbidades (deficiência intelectual, atrasos de linguagem ou aprendizagem, deficiências sensorio-motoras e/ou quadro convulsivos) — trazem uma reflexão bastante pertinente: como considerar o funcionamento cerebral desses indivíduos como patológico se o cérebro nunca se estruturou de outra forma e, portanto, funciona no seu potencial máximo?

A resposta, sem dúvida, relaciona-se com a funcionalidade. Se as crianças estiverem funcionais em seus ambientes, não há razão para esse funcionamento ser considerado patológico, e compreender esse funcionamento é a chave para a inclusão dessas pessoas nos contextos social, educacional e laboral. Nessas condições, a sociedade tende a dar destaque a essas diferenças se não as compreender adequadamente. A partir desse entendimento, é possível contribuir para o desenvolvimento de padrões de funcionamento, deixando as diferenças mais ou menos evidentes.

Por exemplo, como a escrita é uma invenção social, o diagnóstico de dislexia não seria uma condição a ser considerada se a escrita não fosse estimulada com a formalização cultural da aprendizagem da escrita. Da mesma forma, em patologias como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) encontram-se diversos armazenamentos neuronais que têm origem em seleções neurosensorialmente diversas. A partir dessas seleções, temos uma baixa capacidade de integração e conexões entre essas vias neuronais. Doyle (2020) destaca que o aumento no diagnóstico de autismo está relacionado ao aumento das demandas e da frequência na comunicação social das sociedades modernas.

O TDAH, por sua vez, torna-se mais prevalente com o aumento da vida sedentária, as mudanças no estilo de vida e os riscos para o indivíduo que as falhas atencionais e a agitação psicomotora po-

dem causar na sociedade pós-revolução industrial. Portanto, o conceito de patologia envolve diretamente mudanças ambientais que podem tornar determinados funcionamentos “disfuncionais” frente às novas demandas.

Sabe-se que em algumas patologias como TDAH, TEA e dislexia, a sensibilidade sensorial e as inter-relações diferenciadas entre alguns canais sensoriais tendem a ser o resultado de muitos dos comportamentos disruptivos observados.

A neurodiversidade deveria ser o princípio da aprendizagem uma vez que se relaciona diretamente com a relação cérebro e ambiente. A base do trabalho do professor, das famílias e do contexto educacional precisa ser a neurodiversidade, pois envolve aprendizagens diferentes para cérebros diferentes e, portanto, são necessários processos inicialmente diferenciados para conseguir desenvolver tais singularidades.

Dessa forma, devemos considerar desde o início do processo escolar que há crianças com realidades diferentes, ou seja, canais sensoriais diversos e com conexões distintas que devem ser estimuladas durante o processo de construção do conhecimento. Conhecer como o cérebro está sendo estimulado e processando as informações permite considerar o cérebro já com uma organização de funcionamento que deve ser respeitada, trazendo assim parâmetros iniciais para o planejamento e desenvolvimento de aprendizagens.

Assim, o papel do profissional que lida com a aprendizagem deixa de ser aquele de construir conhecimentos e passa a ser o de reorganizar e contribuir para a reorganização dos conhecimentos apresentados pelo indivíduo, considerando suas formulações e suas capacidades cerebrais. Aprender numa visão neurocientífica torna-se uma reorganização e uma reestruturação de sinapses já presentes, e somente quem considera a neurodiversidade consegue alcançar seus objetivos.

ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM ALGUMAS ESPECIFICI- DADES

EMBORA o conceito de neurodiversidade seja regra nas neurociências, alguns funcionamentos já são esperados em algumas patologias e, com isso, é possível definir estratégias prévias de suporte. A proposta aqui é instrumentalizar o professor, a escola e as equipes em atendimento direto a crianças e adolescentes com possibilidades de estratégias de acomodação. Cada medida deve ser discutida em conjunto com famílias e educadores para verificar a necessidade de inseri-las no contexto educacional. Como esses alunos apresentam diferentes características e sintomatologias clínicas, o professor e a equipe multidisciplinar devem identificar quais medidas beneficiariam diretamente o aluno e por quanto tempo devem ser utilizadas. Vamos adentrar algumas delas a seguir: ➤



1 TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

Uma vez que o aluno com TDAH apresenta dificuldades importantes relacionadas a motivação, noções de percepção do tempo e da organização mental dos elementos necessários para a aprendizagem no contexto educacional, é necessário considerar essa criança como parte ativa do processo de ensino, não só por meio da verificação constante da organização mental do conteúdo das aulas, mas também pela participação motora ativa da criança no contexto pedagógico. A criança com TDAH precisa se movimentar, e atividades como a entrega de material para o grupo, a possibilidade de auxiliar o professor na mudança de tela (no caso de lousa digital), possibilidades como apagar a lousa e recolher determinado material com os colegas tornam-se momentos importantes em que o motor pode se associar à aprendizagem de forma mais constante e socialmente aceita.

No caso de crianças com TDAH, torna-se fundamental que o professor possa monitorar o aluno, que respeite o seu tempo atencional e permita que a aprendizagem aconteça em períodos curtos, ou seja, que a aprendizagem possa ocorrer “em blocos”.

O uso de estratégias constantes para o resgate de informações deve se tornar uma rotina no contexto educacional até mesmo para permitir ao professor monitorar o que o grupo compreende do conteúdo aplicado. Pedir a determinada criança que diga uma palavra, uma frase ou uma imagem que resuma o que acabou de ser explicado pode trazer para a classe a sensação de que a atenção é necessária, assim como o registro de informações para que possam responder ao professor de uma forma lúdica e espontânea. Nessa mesma linha de construção do pensamento, o professor pode organizar o conteúdo pedagógico de forma que traga pausas que permitam ao aluno prever o que virá em seguida com formulações como “o que você acha que vai acontecer?” ou “como você resolveria esse problema?”.

Cada criança estrutura o pensamento dos conteúdos abordados pelo professor de forma individual e singular. Vale a pena pedir a alguma criança aleatoriamente que repita e resuma as informações fornecidas pelo professor, permitindo o monitoramento dos conteúdos apreendidos e a reorganização das informações com a linguagem do próprio aluno.

Se possível, as atividades devem ser alternadas



entre atividades que envolvam movimento (ou seja, em que a criança possa se levantar e caminhar) e atividades mentais. Os enunciados devem ser simples, claros e concisos, utilizando-se palavras concretas. Deve-se considerar espaço para a realização após cada etapa dos enunciados para que o aluno desenvolva o raciocínio.

É fundamental que em situações de avaliação o material venha com grifos e destaques nas palavras de ordem e direcionamento. Cada etapa a ser realizada deve ser apresentada numa linha separada deixando o espaço necessário para a realização. Pode-se indicar à criança que coloque um visto ou risque os enunciados à medida que eles forem sendo cumpridos. Vale também destacar os símbolos das atividades em matemática com cores diversas ou em destaque (marca-texto).

As atividades para as crianças e adolescentes com TDAH devem ser fornecidas de forma segmentada com pausas frequentes entre elas, permitindo que se levante, beba água, aponte alguns lápis ou mesmo saia da sala para realizar alguma atividade externa rápida. Pode-se combinar regras para que a criança usufrua das pausas; por exemplo, a cada três exercícios completados são concedidos três minutos de pausa.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

A rigidez dos conteúdos e a dificuldade de abstração e construção de conhecimentos dentro do espectro autista exige do professor atenção na preparação para a aula. É sempre importante iniciar com o que o aluno já sabe a respeito do tema, mesmo que sejam experiências práticas sem nenhuma elaboração consciente. Esse tipo de proposta favorece mentalmente o conteúdo da sala e melhora a autoestima no contexto educacional. Dessa forma, torna-se importante realizar um levantamento do que as crianças já conhecem

sobre o assunto a ser abordado. O levantamento pode ser realizado em papel com palavras simples ou imagens rapidamente rabiscadas (não mais de dois minutos para ativar o conhecimento prévio). É possível estruturar o conteúdo de aula a partir de exemplos e situações vividas pelas crianças, mostrando novas formas de incorporar conteúdos pedagógicos na vida diária. Esse mesmo levantamento pode ser feito ao final da aula para a verificação dos conceitos adquiridos.

É essencial tornar as atitudes em sala de aula previsíveis, com poucas regras e estipuladas em conjunto com o grupo. A constância nas ações contribui para a organização da criança. No caso de dificuldades com a letra cursiva em função de questões psicomotoras ou impulsivas, deve-se permitir o uso de letra bastão e/ou o uso de alternativas ao sistema de escrita, como o uso de gravador conjunto com a escrita ou mesmo a digitação de conteúdos principalmente em situações avaliativas.

Pode-se anotar em um canto da lousa a sequência de ações para que a criança possa se reorganizar com relação aos conteúdos e/ou à atividade em qualquer momento. Risque as atividades à medida que forem sendo realizadas e/ou cumpridas.

Permita que as atividades de sala ou mesmo de casa possam ser apresentadas de formas alternativas, como através da oralidade, de gravações dos conteúdos, apresentações visuais, PowerPoint, Prezi, gráficos, mapas e imagens. Dessa forma também é possível ajudar crianças que tenham pouca fluência de fala e/ou escrita.

3 DISLEXIA

Use e abuse de imagens. Uma outra medida bastante simples e que auxilia bastante crianças e adolescentes na organização do pensamento antes de iniciar a escrita é permitir o uso de gravador para que a criança possa organizar as ideias antes de escrevê-las. Essa medida é bastante importante quando o aluno com dislexia deve organizar uma resposta mais longa e elaborada e essencialmente na produção textual.

Recorra a uma grande variedade de materiais em aula e nas tarefas (não deixe para casa só cadernos, livros e exercícios), mas utilize também filmes, sons, cartões e imagens que possam ser tocadas e discutidas pelo grupo.

Da mesma forma que crianças com TEA, deve-se permitir que as atividades de sala ou mesmo de casa possam ser apresentadas de formas alternati-

vas, como através da oralidade, de gravações dos conteúdos, apresentações visuais, PowerPoint, Prezi, gráficos, mapas e imagens. Dessa forma também é possível ajudar crianças que tenham pouca fluência de fala e/ou escrita.

Torne a rotina de sala de aula clara e previsível. Mostre as palavras-chave de um texto e indique os pontos fundamentais para que a criança possa compreender melhor o texto escrito.

É importante dividir o texto em partes menores para que a compreensão possa ser garantida. Na lousa, a escrita deve ser clara e espaçada. Permita ao aluno que fotografe ou copie o caderno do colega caso não consiga realizar as cópias em tempo suficiente. Vale a pena combinar previamente com o aluno as questões ortográficas que serão descontadas na nota. Coloque lembretes na prova como um auxílio para a revisão do conteúdo.

Incentive atividades orais e representações de conteúdo com pouco registro gráfico (tabelas, gráficos e mapas mentais). Permita que a apresentação de atividades possa vir em modelos variados, assim como a anotação de sala de aula. □

TELMA PANTANO

é fonoaudióloga e psicopedagoga do Serviço de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), coordenadora da equipe multidisciplinar do Hospital Dia Infantil do Instituto de Psiquiatria da FMUSP, professora colaboradora da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), especialista em Linguagem, Mestre e Doutora em Ciências pela FMUSP, Master em Neurociências pela Universidade de Barcelona (Espanha), pós-doutora em Psiquiatria pela FMUSP.

PARA SABER MAIS

- BAKER, DI. *The politics of Neurodiversity: why public policy matters*. Boulders, CO: Lynne Rienner Publishers, 2011.
- BARON-COHEN, S. Editorial Perspective: Neurodiversity – a revolutionary concept for autism and psychiatry. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 58:6, 2017. p. 744-747.
- BERNICK, M. *Effective Autism (Neurodiversity) Employment*. Forbes, 15 jan. 2019.
- DIAMOND, A. Executive Functions. *Annual Review of Psychology*, 64, 135-168, 2013.
- DOYLE, N. *Neurodiversity at work: a biopsychosocial model and the impact on working adults*. British Medical Bulletin, 135: 108-125, 2020.
- MCLOUGHLIN, D.; DOYLE, N. *The Psychological Assessment of Adults with Specific Performance Difficulties at Work*. Leicester: British Psychological Society, 2013.
- PANTANO, T. Neurociências e Educação. *Revista Aprendizagem*, Rio de Janeiro (3), 54-56, 2010.
- PANTANO, T. et al. Funções cognitivas fundamentais para a aprendizagem: processamentos auditivo e visual, atenção, memória, linguagem e funções executivas. In: A. D. P. Serafim, C. C. A. Rocca, P. D. Gonçalves, P. D. (Orgs.). *Intervenções neuropsicológicas em saúde mental*. Barueri: Manole, 2020. pp. 201-213.
- PANTANO, T.; ZORZI, J. L. (Orgs.). *Neurociências aplicada a Aprendizagem*. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2009. p. 190. v. 1.



SOLUÇÕES
MODERNA



AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA



VIDEOAULAS



MATERIAIS IMPRESSOS E DIGITAIS



FORMAÇÃO DOCENTE



JOGOS EDUCACIONAIS

CONSULTORIA PEDAGÓGICA

Acompanhamento **especializado** tanto na implantação do projeto quanto na formação docente. **Devolutivas pedagógicas** a cada fechamento de simulado com direcionamento de plano de ação personalizado.

Acesse o QR Code ou visite
nosso **site** para saber
mais sobre o projeto:

[solucoesmoderna.com.br/
produtos-de-educacao/aprova-brasil/](https://solucoesmoderna.com.br/produtos-de-educacao/aprova-brasil/)





UM PROJETO QUE REVOLUCIONA O ENSINO DA SUA REDE.

Com uma metodologia única e eficaz que se apoia em recursos impressos e digitais de qualidade e gestão pedagógica, o projeto envolve estudantes, professores, gestores escolares e gestores das secretarias de educação em ações integradas que desenvolvem as habilidades e competências exigidas nas avaliações oficiais do Saeb.

RECURSOS IMPRESSOS

- Livros para o aluno
- Guia para o professor
- Simulados com folha de respostas
- Sugestão de abordagem socioemocional no Ensino Fundamental
- Livro do coordenador
- Diário para o professor



RECURSOS DIGITAIS

- **Aplicativo com internet patrocinada**
- Videoaulas com acessibilidade
- Livros digitais
- Simulados com correção automática
- Avaliação diagnóstica
- Atividades complementares
- Jogos educativos
- Relatórios completos para a rede e escola

PRODUÇÃO DE TEXTOS >>>

A nova coleção Aprova Brasil Produção de Texto, do 3º ao 9º ano, tem foco na produção textual. Foram selecionados dez gêneros textuais a cada ano e temas relevantes e adequados às faixas etárias, a fim de que os alunos exercitem a escrita de textos seguindo orientações precisas.





SOLUÇÕES
MODERNA



O SISTEMA DE ENSINO QUE VAI TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO DE SUA REDE.



O SET Brasil tem como objetivo oferecer conteúdos de qualidade para as redes públicas de ensino. **Alinhado à BNCC**, é uma solução que mobiliza, organiza os conteúdos e avalia o aprendizado significativo.



EDUCAÇÃO INFANTIL (2 A 5 ANOS)

- >> Livros semestrais para os alunos
- >> Guia completo para os educadores
- >> Caderno de criatividade
- >> Caderno de cenários
- >> Livro de histórias
- >> Vai e volta: livro da família
- >> Agenda
- >> Bolsa para guardar o material
- >> Livro do coordenador
- >> Livros de Língua Inglesa*

*Material opcional



ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

- >> Livros bimestrais multidisciplinares
- >> Livros anuais: Língua Inglesa* e Arte
- >> Livro do professor com respostas e encaminhamentos de atividades
- >> Guia dos componentes curriculares para os educadores
- >> Vai e volta: livro da família
- >> Caderno do leitor para o 1º ano
- >> Agenda
- >> Livro do coordenador



ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

- >> Livros bimestrais multidisciplinares
- >> Livros anuais: Língua Inglesa, Língua Espanhola e Arte*
- >> Livro do professor com respostas e encaminhamentos de atividades
- >> Competências para a vida: livro do professor com proposta de abordagem socioemocional
- >> Livro do coordenador



**Acesse o QR Code ou visite nosso site
para saber mais sobre o projeto:**

solucoesModulea.com.br/produtos-de-educacao/set-brasil/



APLICATIVO E
PLATAFORMA
COM INTERNET
PATROCINADA



LIVRO
DIGITAL



OBJETOS
EDUCACIONAIS
DIGITAIS



BANCO DE
QUESTÕES



EAD PARA
PROFESSORES
COM 180H



PLANEJADOR
DE AULAS



CONTEÚDOS
COMPLEMENTARES
PARA O PROFESSOR

AVALIAÇÕES

Um sistema robusto de avaliação desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental com foco na alfabetização, Saeb e BNCC.

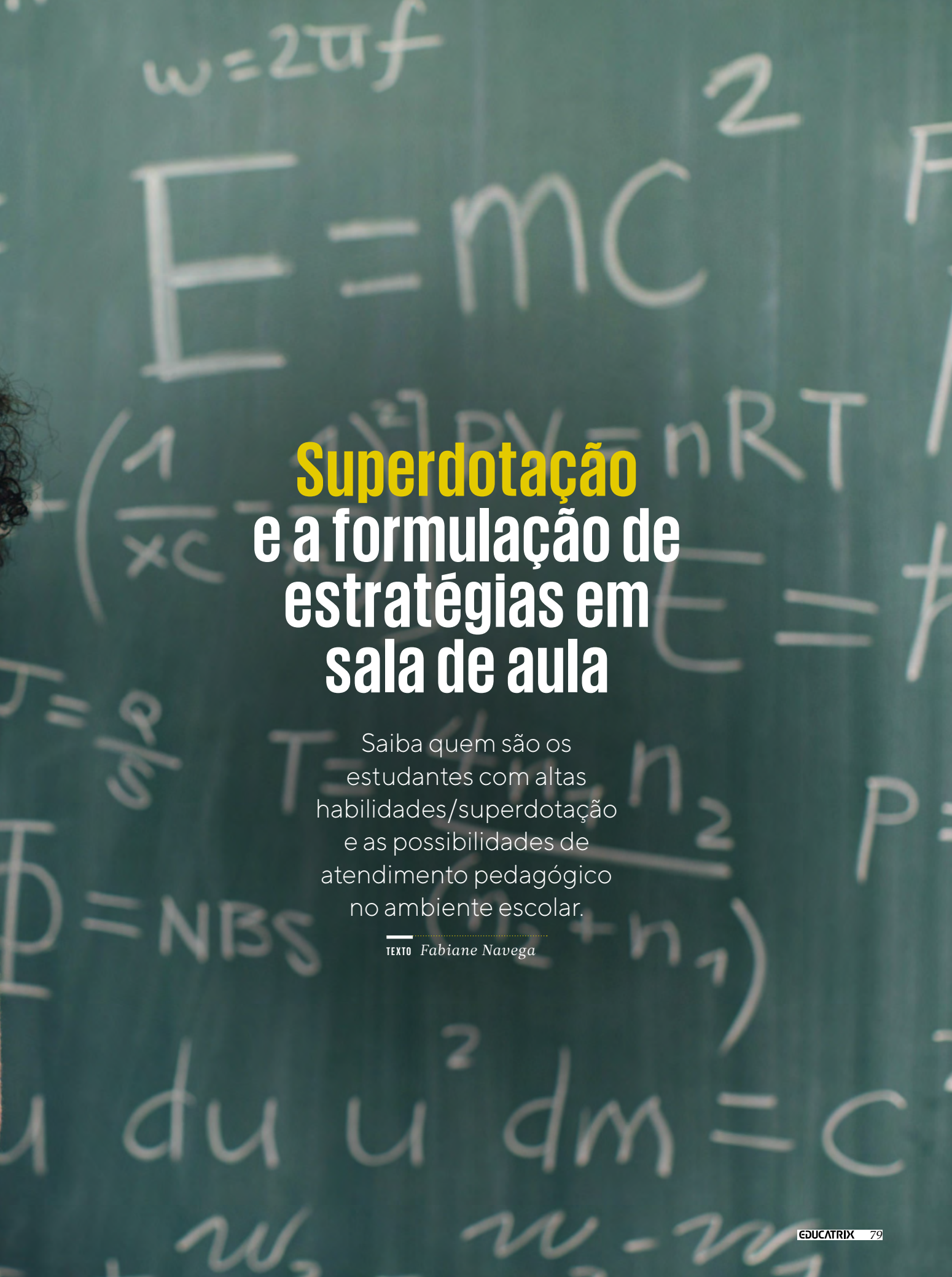


FORMAÇÃO DOCENTE

Assessoria pedagógica para gestores, coordenadores e professores, com ações presenciais e a distância.







Superdotação e a formulação de estratégias em sala de aula

Saiba quem são os
estudantes com altas
habilidades/superdotação
e as possibilidades de
atendimento pedagógico
no ambiente escolar.

—
TEXTO *Fabiane Navega*

QUANTOS NÃO SÃO os profissionais que atuam na sala de aula cuja prática os levou a pensar sobre a diversidade e com isso terem suscitado a possibilidade de encontrar estudantes com altas habilidades/superdotação (AH/SD)? Efetivamente, essas crianças estão inseridas no contexto educacional, mas algumas ideias equivocadas sobre o assunto impedem a sua identificação e o atendimento adequado ao seu desenvolvimento. Há muitos mitos recorrentes, como: a superdotação atrelada à genialidade; a incidência de superdotados somente na área acadêmica; a raridade do fenômeno; manifestação dos comportamentos, exclusivamente, em famílias mais privilegiadas. Nos ambientes familiares e escolares prevalece a máxima de que esses indivíduos conseguem se desenvolver sem nenhuma adequação nem apoio.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), crianças com altas habilidades/superdotação apresentam potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Essas crianças compõem um grupo muito heterogêneo, de multipotencialidades e em graus variados. Elas apresentam grande facilidade para a aprendizagem, dominam rapidamente informações e conceitos, enfim, são originais, imaginativas, criativas, não convencionais; estão sempre bem informadas, inclusive em áreas não comuns. São persistentes, independentes, autodirecionadas (agem sem que sejam mandadas); persuasivas, capazes de influenciar os outros; mostram senso de observação seletivo e podem não tolerar tolices; estão sempre curiosas sobre o como e o porquê das coisas; têm vocabulário excepcional, são verbalmente fluentes; têm bom julgamento, são lógicas; têm múltiplos interesses, alguns deles acima da idade cronológica; mostram perspicácia e percepções incomuns; demonstram alto nível de sensibilidade e empatia com os outros; apresentam excelente senso de humor; resistem à repetição.

Segundo Joseph Renzulli (2014), um dos mais importantes teóricos no assunto, a habilidade acima da média, a criatividade e a motivação compõem a personalidade desses indivíduos. Ele aponta ainda que existem dois tipos de comportamento de superdotados: os acadêmicos e os criativos-produtivos. Os primeiros são mais facilmente identificáveis pelos testes de QI (quociente de inteligência) e destacam-se nas escolas. Já o segundo

tipo é composto daqueles com grandes capacidades de desenvolver pensamentos e soluções para a vida social; estes costumam ser menos sobressalentes no ambiente escolar.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 3,5% a 5% da população possui essa capacidade. No entanto, de acordo com os resultados apresentados pelo Censo Escolar de 2021, apenas 23.506 estudantes com tais características encontram-se regularmente cadastrados no ensino regular (Inep, 2023). Nota-se uma baixa identificação dessas ocorrências, bem como a necessidade premente de discutir o assunto, para que seja possível retirar esses estudantes da invisibilidade e atender às suas demandas.

COMO É FEITA A IDENTIFICAÇÃO

A identificação das pessoas com AH/SD é de extrema relevância, pois permite atendê-las em suas necessidades e capacidades. Segundo Rondini; Reis (2021), a avaliação para AH/SD parte de observações do comportamento feitas por uma equipe habilitada na área da psicologia e da psicopedagogia. Nesse processo investigativo, devem participar professores, familiares e profissionais especializados buscando avaliar quantitativa e qualitativamente as capacidades desses estudantes. Neuropsicólogos podem contribuir com a aplicação de testes padronizados, para uma verificação da capacidade cognitiva do aluno. Vale lembrar que os testes psicométricos (testes de QI) avaliam os aspectos lógico-matemático e a linguagem; sendo assim, indivíduos que apresentem comportamentos de superdotação em outras áreas não terão pontuação superior nesses testes. Para que se complete essa identificação, faz-se necessária a avaliação psicopedagógica por área, com profissionais especializados, e que seja possível confirmar as capacidades acima da média. O processo avaliativo busca observar habilidades nas áreas cognitivas, criativas e emocionais dos estudantes, seus estilos de aprendizagens, interesses e habilidades, considerando uma visão mais ampla e holística da criança.

Os pais e as famílias representam uma relevante participação no processo de avaliação para a superdotação, pois irão compor a rede de busca de informações por meio de seus relatos de todo o desenvolvimento da criança nos aspectos cognitivos, sociais, afetivos e motores.

Nesse sentido, a equipe pedagógica é fundamental no processo de investigação. A escola deve con-

tribuir compartilhando informações sobre o desenvolvimento pedagógico em sala de aula, a socialização e os comportamentos manifestados no dia a dia, bem como suas capacidades e dificuldades. É possível utilizar no contexto escolar instrumentos para a sondagem de altas habilidades, que podem ser aplicados pelo próprio professor, de forma coletiva ou individual, e, identificados comportamentos acima da média, poderão ser direcionados às avaliações mais específicas.

Esse processo avaliativo pode ser feito, de forma particularizada, pela família, buscando profissionais capazes de coletar informações e confirmar ou refutar as altas habilidades. Outra sugestão para o acesso às avaliações é procurar o setor público, ou seja, o encaminhamento para os Núcleos de Altas Habilidades/Superdotação implementados em todo território nacional (NAAHS).

Criados em 2005 através de política pública por meio da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, os NAAHS objetivam apoiar os sistemas de ensino, promover de forma gratuita a identificação, o atendimento e o desenvolvimento dos alunos com altas habilidades/superdotação das escolas públicas de educação básica, possibilitando sua inserção efetiva no ensino regular e disseminando conhecimentos sobre o tema nos sistemas educacionais, nas comunidades escolares, nas famílias em todos os Estados e no Distrito Federal (BRASIL, 2005).

COMO ATENDER ESTUDANTES COM AH/SD NO CONTEXTO ESCOLAR

Sabe-se que, no contexto escolar, cada estudante deve ser atendido de maneira singular e em concordância com as suas necessidades. Pensando na criança com AH/SD, vale lembrar que ela é público-alvo da educação especial, portanto deve usufruir de alguns direitos garantidos pela legislação que orienta o sistema educacional. As principais estratégias de atendimento baseiam-se nos agrupamentos, na aceleração de série e no enriquecimento intra e extracurricular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) amplia as práticas inclusivas para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com ênfase ao atendimento especializado na escola regular. Ela assegura ao estudante superdotado a adaptação de métodos e currículos adaptados, professores capacitados para o atendimento desse público, bem como a aceleração de série.

Visando garantir o atendimento a esses estudantes, podem-se destacar as Diretrizes Nacionais de Educação Especial (2001), que buscam ofertar a suplementação pedagógica como forma de enriquecimento curricular e aceleração de série. As diretrizes sugerem a inclusão no histórico escolar desses estudantes, as especificações de suas habilidades e a busca por parcerias com instituições de ensino superior para o atendimento pedagógico. ➤

ALUNOS SUPERDOTADOS
DEVEM SER ENCORAJADOS
A PARTICIPAR
DE ATIVIDADES
INVESTIGATIVAS,
AS QUAIS RESULTARÃO
NO DESENVOLVIMENTO DE
UM PRODUTO CRIATIVO



» A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) assegura o atendimento educacional especializado, ofertado tanto nas salas de aulas regulares como nas salas de recursos. O atendimento deve ser ofertado no contraturno em que o estudante está matriculado e articulado com as salas de aula regulares.

No que concerne à estratégia de atendimento em agrupamentos, que podem ocorrer em salas de recursos ou centros de atendimento, deve-se garantir aos alunos atendimentos em grupo e/ou individualizado, oportunizando o desenvolvimento de projetos em sua área de interesse e permitindo a troca de ideias e interação entre os pares. Mesmo sendo atendidos nos agrupamentos, cada estudante deverá ter o seu Plano Educacional Individualizado (PEI/PDI) elaborado pela equipe pedagógica, a fim de orientar o trabalho desenvolvido e possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e necessidades.

É, portanto, perceptível a relevância na elaboração de um plano de orientação ao trabalho pedagógico com os estudantes superdotados. No entanto, o PEI deve conter algumas informações imprescindíveis para a sua aplicabilidade. Inicialmente, devem-se registrar as informações de identificação do estudante (nome, idade, curso/modalidade, condição de público-alvo da educação especial, entre outros); após essa identificação, é necessário o relatório circunstanciado, contendo o registro de todas as informações levantadas sobre o estudante, tendo como fonte a família, os terapeutas e os professores anteriores. O objetivo desse relatório é contar a história de vida e o percurso escolar até o momento da investigação. Em seguida, deve-se apresentar as necessidades, capacidades e potencialidades do aluno e levantar os conhecimentos adquiridos e os que poderão ser trabalhados. Após essa etapa, é possível traçar os objetivos que deverão ser alcançados pelo estudante e a meta para esse alcance. Outro aspecto relevante é a indicação da metodologia, das estratégias e dos recursos para o alcance dos objetivos. Enfim, a avaliação e revisão do plano educacional não devem ser ignoradas, uma vez que deverão ser compreendidas como avaliação de processo, e não de desempenho, indicando possíveis ajustes e adequações ao longo do trabalho.

No tocante à aceleração de série, ela está prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e algumas resoluções específicas municipais e estaduais, as quais permitem que o aluno cumpra o programa escolar em menor tempo, o que pode ocorrer por admissão precoce na escola, pela dispensa de cursos, ou pelo encurtamento do tempo previsto em seus estudos. Essa estratégia de atendimento permite ao estudante cumprir o programa escolar em menor tempo ou até saltar séries, mantendo seu ritmo e sua motivação pela aprendizagem. Muitos estudantes são beneficiados pela aceleração, no entanto, é necessária uma boa avaliação da equipe pedagógica, para verificar se o estudante domina conteúdos avançados, e

uma avaliação psicológica, para analisar os aspectos sociais e emocionais da criança.

Sobre o enriquecimento curricular Virgolin (2019) ressalta que essa estratégia contribui para um ensino mais flexível e adequado às necessidades dos estudantes, permite compactar e eliminar os conteúdos curriculares já assimilados e aprofundar e/ou avançar em outros conteúdos mais dinâmicos e desafiadores. Vale mencionar que o enriquecimento promove a participação ativa da criança, possibilitando o protagonismo na construção do conhecimento.

Joseph Renzulli (2014) explicita que os alunos superdotados devem ser encorajados a participar de atividades investigativas, as quais resultarão no desenvolvimento de um produto criativo. Baseado nisso, o autor propõe o Modelo Triádico de Enriquecimento, que consiste em um planejamento de ação dividido em três tipos de enriquecimento: Tipo I, Tipo II, Tipo III, podendo ser aplicados na sala regular e em atendimentos especializados.

As atividades do Tipo I consistem em atividades variadas, interessantes e instigadoras, que buscam possibilitar aos alunos experiências incomuns ao currículo regular da escola para enriquecer a aprendizagem por meio de diversas vivências, podendo provocar o interesse de aprofundamento de um tópico, desenvolvimento de projetos e produções criativas, apoiados por meio de disciplinas, temas, ocupações, hobbies, pessoas, lugares e eventos. Esse primeiro tipo de atividade permite a todos os alunos participarem de ações de aquisição curricular em concordância com seus interesses reais. Por fim, pode também captar e inspirar novos interesses dos alunos em temas e atividades mais criativas e produtivas. Alguns exemplos de atividades de Enriquecimento do Tipo I são as oficinas diversas, escrita criativa, origami, técnicas de desenho, robótica, bate-papo com profissionais – botânicos, astrônomos, escritores –, excursões, passeios, visitas guiadas, exploração de laboratórios, museus e feiras e acesso às novas tecnologias.

Já o Enriquecimento do Tipo II envolve o treinamento, tanto individual quanto em grupo, preparando o estudante para produzir produtos concretos e/ou gerando soluções para problemas do mundo real por meio do desenvolvimento de habilidades e coleta de informações. Nessas atividades, os estudantes são incentivados a sair da inspiração e buscar soluções. São trabalhados métodos, técnicas, instruções, oficinas cujo objetivo é aprender a fazer.

No Enriquecimento do Tipo III são propostas atividades especialmente aos estudantes que demonstram um nível alto e incomum de interesse por uma área e que seja identificado pela superdotação. Essas atividades têm como objetivo levar o estudante a adquirir entendimento mais avançado do conhecimento e da metodologia usados em disciplinas particulares, que proporcionam ao aluno desenvolver produtos e serviços autênticos, buscando alcançar o ponto desejado; com

isso, aprimoram habilidades de aprendizagem autodirigidas de planejamento, foco no problema, administração e cooperação, tomada de decisão e autoavaliação, o que repercute no desenvolvimento pessoal, social e afetivo dos estudantes.

Finalmente, é notório o fato de que a educação inclusiva é o caminho para que toda a educação funcione efetivamente. É imprescindível, nessa perspectiva, que a equipe escolar se comprometa com a responsabilidade de promover o desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas características, necessidades e potencialidades. Ela deve acolher as diferenças e atender às particularidades de cada criança, além de criar estratégias para que não se desperdicem tantos talentos no ambiente educacional. Conforme afirmam Videira; Plotek; Goya (2021, p. 96), o sistema educacional brasileiro deve se pautar na aprendizagem, reconhecer todos os estudantes como indivíduos singulares, oferecer todos os recursos possíveis, como melhores condições de trabalho, formação continuada, material adaptado, recursos tecnológicos, entre outros, para garantir que a dificuldade de ensinar seja superada, e que a Educação Inclusiva de fato ocorra. □

FABIANE NAVEGA

Pedagoga há 23 anos com Habilitação em Educação Especial. Mestranda do programa de pós-graduação em Saúde e Interdisciplinaridade e Reabilitação pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Psicopedagoga clínica desde 2009. Especialista em Altas Habilidades, Superdotação e Talentos. Atuou como tutora no curso de AEE pela Unesp (Marília). Atuou como professora do Ensino Fundamental durante 22 anos. Docente do curso de Pedagogia da UNIFACP (Centro Universitário de Paulínia). Organizadora e coautora das obras: Pessoas & Ineficiência: diálogos interdisciplinares inclusivos, e Inclusão: Construindo o futuro na transformação do presente. Autora de diversos capítulos e artigos referentes às Altas Habilidades e Superdotação. Membro da equipe NPAS (Núcleo Paulista de Atenção à Superdotação) como psicopedagoga. Fundadora da empresa Agevan Consultoria e Treinamento para Inclusão.

PARA SABER MAIS

- MEC (Brasil). *Diretriz específica para o atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação.* Disponível em: mod.lk/ed24_ps1. Acesso em: 10 abr. 2023.
- MEC (Brasil). *Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação*, 2006. Disponível em: mod.lk/ed24_ps2. Acesso em: 10 abr. 2023.
- CUPERTINO, C. M. B.; ARANTES, D. R. B. A. (Orgs.). *Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos*. 2. ed., 2012. Secretaria da Educação, Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (Cape). Disponível em: mod.lk/ed24_ps3. Acesso em: 10 abr. 2023.



Hoje, oferecer uma educação flexível, tecnológica e de qualidade é fundamental para o ensino de inglês. Tudo isso se torna possível e mais simples com **Richmond Solution**.



Resultados comprovados por meio de **evidências de aprendizagem** durante todo o processo.



Certificação internacional* para alunos e professores, sem custo extra para a escola ou para as famílias.



Ambiente digital de aprendizagem com variedade de recursos didáticos.



Consultoria pedagógica em uma jornada 360°.

Disponibilizamos **ofertas personalizadas** que respeitam o momento e as necessidades da sua escola.

Agende uma reunião com nossos especialistas.

www.richmondsolution.com.br

0800 772 1060



**Richmond
Solution**

A solution designed for you!



Como preparar aulas (mais) inclusivas

Fazer a inclusão acontecer na sala de aula parece ser um desafio e tanto, mas com técnica, planejamento e boa vontade iniciativas ganham forma e sentido. Vamos conhecer algumas?

TEXTO *Ana Paula Patente*

A INCLUSÃO ESCOLAR é um tema cada dia mais importante na educação e é essencial que os professores estejam preparados para trabalhar com estudantes que apresentam diferentes habilidades e necessidades. Se você deseja promover a inclusão em sua sala de aula e garantir um percurso escolar de qualidade, conheça algumas dicas práticas que podem ajudar nessa jornada.

Antes de tudo, é importante lembrar que fazer a inclusão acontecer não significa apenas matrícula e presença física do estudante com deficiência na sala de aula, mas criar um ambiente educativo em que todos aprendem juntos.

PARA ALCANÇAR A INCLUSÃO NA PRÁTICA, É IMPORTANTE QUE O PROFESSOR:

- 1 Conheça as necessidades** educativas de cada estudante para que a metodologia de ensino e as adaptações sejam feitas de acordo com a necessidade educativa individual.
- 2 Adapte o ambiente escolar** para acomodar estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida, como cadeiras de rodas, rampas de acesso, portas mais largas e banheiros acessíveis.
- 3 Utilize diferentes metodologias** de ensino para as diferentes habilidades, como estratégias visuais, auditivas e táteis.
- 4 Flexibilize o planejamento** de aulas considerando ajustes, modificações e alterações nas atividades e avaliações.
- 5 Monitore o aprendizado** para acompanhar o desempenho acadêmico do estudante enquanto ele aprende.
- 6 Treine professores e a equipe** escolar com conhecimentos e recursos necessários para lidar com a diversidade, com as necessidades educativas diferentes, preparando-os para os diferentes desafios de uma sala de aula inclusiva.

NECESSIDADE EDUCATIVA DIFERENTE REQUER DIFERENTES TIPOS DE ADAPTAÇÃO

Adaptar materiais, usar estratégias de ensino inclusivas e metodologias diferenciadas são algumas das maneiras pelas quais os professores podem promover a inclusão em suas salas de aula. Envolve ainda criar ambientes de aprendizagem que respeitem a diversidade de habilidades, de potenciais e de necessidades educativas.

Para garantir que cada estudante tenha acesso igualitário às oportunidades de ensino e aprendizagem é importante que o professor utilize estratégias diversificadas em suas aulas. As sugestões a seguir estão correlacionadas às Competências Gerais da BNCC e podem ajudar nesse processo. ➤





1.

CRIE DINÂMICAS DE GRUPO INCLUSIVAS

[Competências da BNCC: 5, 6, 8 e 9]

Peça aos estudantes que se apresentem e compartilhem informações sobre si mesmos. Incentive-os a falar sobre suas habilidades, interesses e o que gostam de fazer. Traga propostas para a criação de projetos de vida para que possam descobrir seu potencial, refletir sobre quem eles sabem que são e quem gostariam de ser. Essas atividades ajudam a criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, em que todos se conhecem e são valorizados.



2.

ADAPTE OS MATERIAIS UTILIZADOS NO ENSINO

[Competências da BNCC: 1 e 2]

Crie um ambiente acolhedor em que todos os estudantes tenham acesso aos recursos adaptados necessários. Isso pode incluir a disposição das carteiras e o lugar onde sentam, de modo que favoreça a locomoção e a possibilidade de ouvir o professor, dê explicações verbais sobre o material que será utilizado, desenvolva material adaptado, ampliado, em letras caixa alta (maiúscula), use textos que podem ser compreendidos também com o uso de imagens e recursos visuais.



3.

UTILIZE FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

[Competências da BNCC: 4 e 5]

Opte por softwares de leitura de textos em voz alta para estudantes cegos, com baixa visão e/ou que não estão alfabetizados. Recorra às editoras para receber a versão de audiobook de livros didáticos, a aplicativos para celular e a sites que oferecem a opção leitora como DOSVOX, NVDA E ORCA. Outras ferramentas podem ser teclado adaptado, lupa eletrônica, alfabeto móvel, conversor de fala para texto, mudança no esquema de cores etc.



O QUE A ESCOLA GANHA AO PROMOVER AULAS MAIS INCLUSIVAS?

A escola é um espaço importante para a formação integral de seus estudantes e deve ser um lugar que acolhe e valoriza a diversidade, por isso é fundamental que ela adote políticas e práticas inclusivas para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

De acordo com pesquisas do Instituto Alana, “estudar em ambientes que valorizam a diversidade, em que estão juntos estudantes com e sem deficiência, pode ter efeitos positivos nas atitudes e nas crenças sociais de alunos sem deficiência”. E ainda: “pessoas sem deficiência que estudam em salas de aula inclusivas têm opiniões menos preconceituosas e são mais receptivas às diferenças”.

Todos ganham com a diversidade nos ambientes educativos, isso porque, quando estudantes com habilidades diferentes trabalham juntos, eles podem aprender com as experiências uns dos outros e desenvolver habilidades sociais importantes como a cooperação, a empatia, a autoconfiança e a autoestima. Inclui-se nessa conquista o cumprimento do ODS 4.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são uma agenda global adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) composta de 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030. O ODS 4 é dedicado a “garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Em síntese, ao promover aulas mais inclusivas a escola ganha:

- Respeito à diferença e valorização da diversidade.
- Respeito aos direitos humanos.
- Promoção da igualdade de oportunidades.
- Garantia de uma educação equitativa, inclusiva e de qualidade para todos.

Além disso, o professor pode deixar a sala de aula muito mais interativa, além de melhorar o engajamento e a participação dos estudantes ao oferecer diferentes oportunidades de aprendizagem e acessibilidade por meio de sites como os indicados a seguir:

Escola Games: Para o professor que gosta de trabalhar com atividades prontas, o Escola Games é uma excelente sugestão, pois é uma plataforma educacional on-line que oferece uma variedade de jogos e atividades gratuitas para Educação Infantil e

os anos iniciais do Ensino Fundamental.

São jogos e atividades com temas de língua portuguesa, matemática, geografia, história, ciências, inglês e meio ambiente integrados à BNCC, aos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e ainda os professores podem trabalhar de forma inter e transdisciplinar.

Para facilitar a pesquisa, o professor pode filtrar os jogos por componentes curriculares, por temas (alimentação saudável, profissões, paz no mundo, cores, formas geométricas etc.) e por nível (fácil, médio e difícil). Cada jogo é projetado para ser interativo e desafiador, e muitos apresentam gráficos e animações coloridas ideais para trabalhar com os alunos dos anos iniciais.

O professor encontra ainda dicas, objetivos pedagógicos e ficha com nível de ensino, componente curricular, tema, série e idade para ajudar no desenvolvimento do seu plano de aulas com ideias de atividades divertidas, atrativas e diversificadas.

O site ainda conta com uma área dedicada a livros com as seções *Leia para mim* e *Eu mesmo leio*, acessíveis a estudantes que precisam ter contato com o letramento e a alfabetização. Pode ser facilmente utilizado por estudantes alfabetizados ou não, incentiva o gosto pela leitura, favorece a interpretação de texto, a escuta atenta, estimula a imaginação e a criatividade.

Confira a opção “*Leia para mim*” e observe como ela é interessante. Perceba que o áudio foi produzido com todas as características que um bom professor contador de histórias emprega na leitura de livros. Vale a pena conferir!

Wordwall: Se você gosta de produzir suas próprias atividades, o Wordwall é uma ótima opção, pois é uma plataforma on-line que fornece várias ferramentas para criar e compartilhar recursos educacionais interativos, como questionários, combinações, caça-palavras, classificação de grupo, pares correspondentes, anagramas, entre outros. Esses modelos são editáveis e podem ser personalizados como desejar. »







» ATIVIDADES DIVERSIFICADAS

Para criar suas atividades o professor precisa escolher o modelo, inserir o conteúdo elaborado e escolher se deseja a atividade no formato digital ou impresso. É possível criar atividades que podem ser facilmente editadas de um modelo para o outro, por exemplo, uma atividade de correspondência pode se tornar palavra cruzada. Dessa forma é possível oferecer a mesma atividade em formatos variados.

Outra sugestão é utilizar a plataforma para trabalhar o conceito de sala de aula invertida. Pode-se propor, por exemplo, que os estudantes (em grupo ou individualmente) expliquem determinado conteúdo ou conceito usando os recursos disponíveis na plataforma, o que contribui para o desenvolvimento de estudantes autônomos, solidários e competentes.

Todas as atividades criadas podem ser compartilhadas entre professores e um pode contribuir com a criação do outro. Elas podem ainda ser duplicadas e adaptadas à realidade e necessidade de cada professor. Essa atividade incentiva os professores no trabalho em equipe, na aprendizagem cooperativa, na melhora da comunicação e na maior eficácia no ensino.

CANVA

Para o professor que está em busca de imagens de alta qualidade para suas atividades escolares o Canva é a ferramenta ideal. É uma plataforma de design gráfico on-line que permite criar uma ampla variedade de materiais gráficos, atividades escolares, plano de aulas, apresentações e infográficos que se adaptam a qualquer tipo de necessidade educativa. Observe algumas sugestões:

Folha de atividades. Nessa seção, o professor encontra várias atividades prontas para serem usadas sobre diversos temas. Pode preparar atividades com fontes ampliadas, com espaçamento maior entre as linhas de um texto, somente com imagens, alternando entre imagens e texto etc.

Plano de aulas: Permite criar planos de aula visualmente atraentes e organizados. É possível também utilizar os modelos prontos como referência ou adaptá-los.

Flashcards: Para tornar o aprendizado interativo, colorido e atrativo, o professor pode criar cartões para infinitas possibilidades, como jogo da memória, de formas geométricas, das emoções, das letras do alfabeto, das cores e do que mais ele precisar.

CRIAR TRABALHOS ESCOLARES

Professores podem incentivar estudantes a criar trabalhos escolares como cartazes, infográficos, apresentações animadas e relatórios. Isso pode ajudá-los a se comunicar melhor com suas ideias, interagir com os colegas de turma e criar coletivamente trabalhos interativos.

COMO AVALIAR COM BASE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA?

A avaliação é crucial no processo educacional, pois permite ao professor verificar se os Objetivos de Aprendizagem foram alcançados ou se serão necessárias novas formas de intervenção para um ensino mais efetivo.

É importante saber que o mesmo critério para adaptar atividades e criar aulas mais inclusivas que sugerimos aqui pode ser utilizado para criar os processos avaliativos. Além disso, o professor pode utilizar durante as avaliações estratégias:

- Tempo extra para conclusão da avaliação.
- Comandos com instruções passo a passo.
- Segmentação de longos textos em pequenos parágrafos.
- Redução de estímulos visuais.
- Letras maiúscula (caixa alta) e/ou fontes aumentadas.
- Simplificação de questões muito complexas.

Portanto, o professor tem um papel essencial na criação de ambientes inclusivos, promoção da diversidade e enriquecimento do processo de aprendizagem.

Preparar aulas mais inclusivas é fundamental para o desenvolvimento de todos os estudantes, pois eles se tornarão cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo atual e alcançar o seu máximo potencial. □

ANA PAULA PATENTE

Atua na educação inclusiva há mais de 15 anos na capacitação de profissionais do AEE e na implantação de Salas de Recursos da rede pública de Minas Gerais. É autora do livro Guia definitivo para elaborar o PDI e fundadora da Comunidade Educadores Inclusivos, que reúne on-line educadores de todo o Brasil.

PARA SABER MAIS

- ESCOLA GAMES. Disponível em: mod.lk/ed24_pdt. Acesso em: 10 abr. 2023.
- WORDWALL. Disponível em: mod.lk/ed24_pdz. Acesso em: 10 abr. 2023.
- CANVA PARA EDUCAÇÃO. Disponível em: mod.lk/ed24_pds. Acesso em: 10 abr. 2023.

5 perguntas essenciais sobre a educação inclusiva

Quando o assunto é educação inclusiva, existem premissas que todo professor deve se preparar para responder. Conheça cinco delas.

TEXTO Ana Paula Patente

APESAR DE a educação inclusiva ser um assunto frequente nas conversas sobre ensino e aprendizagem, e de existir uma crescente sensibilização e interesse sobre o tema, muitos educadores e muitas famílias ainda enfrentam dificuldade e incertezas ao lidar com o ensino dos estudantes público-alvo da educação especial.

Desde o diagnóstico até o fazer em sala de aula, a inclusão exige do educador uma postura diferenciada, que vá além da simples adaptação de atividades e recursos. É preciso compreender as necessidades individuais de cada estudante, as preocupações e os anseios da família, bem como criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento e a participação de todos.

Nesse sentido, é fundamental trazer essas dúvidas, discuti-las e buscar soluções coletivas que contribuam para uma prática pedagógica mais inclusiva. Para ajudar nessa missão, trouxemos cinco perguntas que todo o professor precisa responder para conquistar bons resultados na inclusão.

1 COMO PROPOR ATIVIDADES QUE ALCANCEM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO AEE E DE TODA A TURMA?

Uma das principais preocupações dos professores que trabalham com salas de aula inclusivas é saber como propor atividades que, ao mesmo tempo, sejam significativas, acessíveis e alcancem a todos.





Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento podem contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais inclusivo uma vez que estão relacionados às aprendizagens essenciais como comportamentos, habilidades, conhecimentos e vivências.

Para atingir esse objetivo, é fundamental que o professor elabore um planejamento que reconheça cada estudante como único, que esteja preparado para atender demandas específicas, bem como esteja disposto a adaptar atividades de acordo as necessidades educativas e diferenças individuais que surgirem durante o processo educativo.

Além disso, é preciso considerar os diferentes níveis de aprendizagem, ritmos de desenvolvimento, potencialidades, habilidades e limitações, cuidando para selecionar os recursos mais adequados a cada situação de aprendizado.

É importante salientar que os professores não devem se limitar a uma única metodologia ou recurso, mas devem oferecer atividades diversificadas e atrativas:

- ✔ *Utilizar atividades lúdicas e criativas para engajar os estudantes.*
- ✔ *Utilizar jogos ou atividades com múltiplas modalidades sensoriais.*
- ✔ *Criar rotinas e procedimentos claros.*
- ✔ *Incentivar a cooperação e o trabalho em equipe.*
- ✔ *Utilizar recursos audiovisuais e multimídia para enriquecer as atividades.*
- ✔ *Buscar constantemente se atualizar e se capacitar.*

Por fim, vale salientar que tão importante quanto implementar essas estratégias na prática é a flexibilidade do professor ao elaborar seu planejamento, estando sempre atento à necessidade de ajustes, mudanças e até mesmo de começar tudo de novo, se necessário.

2 COMO ELABORAR E/OU ADAPTAR RECURSOS PEDAGÓGICOS INCLUSIVOS?

Quando falamos em elaborar atividades adaptadas, preparar recursos pedagógicos inclusivos ou adaptar espaços físicos estamos nos referindo a uma prática que visa garantir que todos os estudantes participem de todas as atividades escolares e tenham acesso ao mesmo conteúdo desenvolvido em sala de aula em igualdade de condições. Isso significa que, ao adaptar uma atividade, o professor está tornando acessível a participação do estudante para que assim ele possa participar e aprender da mesma forma que os demais colegas de turma. »



» Uma das abordagens educacionais que vêm sendo utilizadas por escolas que desejam tornar seus ambientes mais inclusivos é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Essa abordagem tem como objetivo criar ambientes escolares acessíveis e inclusivos para todos e contribui em todas as ações importantes para a elaboração de recursos pedagógicos inclusivos, promovendo a equidade, garantindo igualdade de oportunidades, atendendo às necessidades educativas, além de fornecer flexibilidade para adaptar as atividades de acordo com as necessidades de cada estudante.

No DUA, o professor apresenta diversas oportunidades para que os estudantes possam compreender o conteúdo, expressar seu conhecimento e ser ativos em seu processo de aprendizagem com base em estratégias como:

❶ **Oferecer materiais em diferentes formatos:** *O mesmo conteúdo pode ser produzido em texto, áudio, vídeo e imagens. Por exemplo, um estudante que tem dificuldades para ler pode receber um material em áudio ou vídeo, enquanto outro pode preferir ler um texto escrito.*

❷ **Simplificar as informações:** *Muitas vezes as informações podem ser complexas demais para alguns estudantes. Nesse caso, o professor pode simplificar o conteúdo e apresentá-lo de maneira mais objetiva. Por exemplo, utilizando ilustrações ou gráficos para facilitar a compreensão.*

❸ **Acomodar diferentes estilos de aprendizagem:** *Os estudantes aprendem de diferentes formas: alguns são mais visuais, outros auditivos, e outros ainda aprendem melhor na prática. Considerar esses diferentes estilos pode ajudar todos a aprender melhor.*

❹ **Oferecer alternativas de avaliação:** *Em vez de avaliar apenas por meio de provas escritas, o professor pode oferecer alternativas de avaliação, como apresentações orais ou projetos em grupo.*

É importante destacar que atividades adaptadas não são atividades inventadas, mas sim elaboradas com base no plano de aulas e/ou no currículo da turma. Dessa forma, o DUA funcionará efetivamente e garantirá que o estudante tenha igualdade de acesso a todas as oportunidades de ensino.

3 QUAL É O MELHOR MOMENTO PARA CHAMAR A FAMÍLIA PARA UMA INVESTIGAÇÃO DIAGNÓSTICA?

É fundamental que a escola saiba identificar o momento ideal para chamar a família do estudante para sugerir uma investigação diagnóstica. Esse momento pode variar de acordo com as situações vivenciadas por cada estudante no ambiente escolar. É importante que a escola, antes de fazer um comunicado formal à família, identifique e observe as situações atípicas e o contexto em que elas ocorrem, seja em relação ao comportamento, seja em relação aos riscos para o desenvolvimento de transtornos de aprendizagem.

Todas essas informações devem ser cuidadosamente registradas para que seja possível distinguir se aquilo que está interferindo no desempenho acadêmico do estudante é causado por fatores ambientais, contextuais ou se é causado por aspectos biológicos, por exemplo.

Assim, toda a equipe escolar deve reconhecer as diferentes situações e contextos, identificar se os comportamentos inadequados ocorrem de forma constante ou em momentos específicos, se há algo que desencadeia esses comportamentos, se há dificuldade de aprendizagem e se são persistentes ou ocorrem em determinadas situações.

Esses registros não apenas contribuem para a busca de soluções no desenvolvimento educacional, como podem fundamentar a comunicação à família sobre os motivos da convocação. Além disso, podem subsidiar o professor na elaboração do relatório pedagógico que será enviado aos profissionais da saúde.

Outra forma de se preparar para falar com os familiares é estabelecer uma relação de confiança desde os primeiros dias do aluno na escola. Para isso, é importante adotar uma postura acolhedora, empática e que demonstre interesse genuíno no sucesso escolar da criança. A clareza, a transparência e a honestidade são fundamentais para uma relação de confiança. Assim, a escola não apenas consegue identificar os problemas de aprendizagem, mas também envolve a família no processo educacional, promovendo uma relação mais próxima e colaborativa. Essa parceria é essencial para garantir que o estudante receba o apoio e a assistência necessários para superar as dificuldades e alcançar sucesso acadêmico.



4 COMO LIDAR COM A FRUSTRAÇÃO DA FAMÍLIA E DO ESTUDANTE NO AEE?

Gerenciar a frustração que familiares e estudantes vivenciam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) pode parecer algo desafiador, no entanto a escola deve encarar essa situação sob uma nova perspectiva.

Embora o reflexo dessa frustração seja uma emoção negativa, ela pode estar vinculada a outras circunstâncias que pais e alunos experimentam, tais como a falta de confiança na escola e na sua função, baixas expectativas em relação ao aprendizado do estudante, sensação de impotência diante dos diversos obstáculos e aos “nãos” ouvidos constantemente.

Por isso, é crucial que a escola reconheça esses sentimentos e busque estabelecer uma comunicação aberta, acolhedora e positiva a fim de lidar com as situações desafiadoras que possam surgir. Sugerimos, a seguir, três estratégias:

🎧 **Escuta ativa:** *Essa é uma habilidade importante na comunicação interpessoal que consiste em ouvir atentamente não só as palavras ditas, mas também perceber as emoções e intenções por trás da mensagem. A escuta ativa permite ao professor mostrar que está aberto para ouvir sem julgamentos, que se importa com as preocupações da família e que não está alheio às suas emoções.*

👤 **Pedagogia da presença:** *É uma abordagem educacional baseada na conexão humana, no respeito mútuo e no diálogo. Ela prioriza a qualidade das relações entre professor e estudante e visa proporcionar um ambiente de aprendizagem em que os estudantes se sintam apoiados, motivados e acolhidos.*

👥 **Competências socioemocionais:** *Uma forma prática de oferecer suporte emocional às famílias e aos estudantes é se dedicar ao desenvolvimento de atividades que envolvam as competências socioemocionais, seja com família, seja com estudantes.*

Ao utilizar essas estratégias, professores e outros integrantes da escola podem ajudar famílias e estudantes a minimizar os impactos que a frustração causa, ensinando-os a lidar com ela de forma positiva e saudável.

5 QUEM É RESPONSÁVEL PELA INCLUSÃO ESCOLAR?

A inclusão é responsabilidade de toda a sociedade, desde governos, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, empresas até cada um de nós. Nossas ações desempenham um papel indispensável na construção de uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

No entanto, nos ambientes educativos a responsabilidade é compartilhada com toda a comunidade escolar e não pode ser atribuída a um único profissional. Dessa forma, todos os profissionais da escola, como gestores, professores, orientadores educacionais, pedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos, têm responsabilidades na inclusão escolar.

A gestão escolar, por exemplo, tem a responsabilidade de implementar políticas de inclusão, bem como garantir que o ambiente físico e os recursos pedagógicos estejam adaptados às necessidades dos alunos da educação especial. Além disso, é seu papel promover formação continuada e implementar práticas pedagógicas inclusivas.

Já os professores são responsáveis por garantir a inclusão em sala de aula, adaptando a metodologia de ensino e as atividades pedagógicas para atender às necessidades dos estudantes. Têm também a responsabilidade de promover um ambiente acolhedor e inclusivo.

Coordenadores educacionais têm um papel determinante na orientação e no acompanhamento dos estudantes, no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas, na identificação de dificuldades de aprendizagem e comportamento, na orientação dos professores sobre estratégias pedagógicas inclusivas e na participação dos estudantes em atividades escolares em sua totalidade.

Além disso, a participação da família é fundamental para o sucesso da inclusão escolar, já que é sua responsabilidade acompanhar o processo educativo de seus filhos, dialogar com a escola e contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.

A inclusão escolar só é possível quando todos assumem sua responsabilidade e trabalham juntos para garantir o acesso, a permanência, o percurso escolar de qualidade para o estudante alcançar os níveis mais elevados de ensino. ▣

ANA PAULA PATENTE

Atua na educação inclusiva há mais de 15 anos na capacitação de profissionais do AEE e na implantação de Salas de Recursos da rede pública de Minas Gerais. É autora do livro Guia definitivo para elaborar o PDI e fundadora da Comunidade Educadores Inclusivos, que reúne on-line educadores de todo o Brasil.

PNLD 2023
FUNDAMENTAL 1
MODERNA

Objeto 3
Literatura



HISTÓRIAS INCRÍVEIS ESCRITAS POR QUEM CONHECE A LINGUAGEM DA INFÂNCIA!

A Moderna apresenta uma seleção de autores renomados e obras literárias que marcaram gerações de leitores. **São grandes clássicos da literatura infantil agora na escola pública!**



Folheie as obras em
mod.lk/fund_lit



/editoramoderna



/editoramoderna



/edmoderna



A escola na aldeia

TEXTO *Ricardo Prado*

Os desafios da chegada das instituições escolares em sociedades sem professores nem escrita até pouco tempo.



Cenas do cotidiano de diversos povos em aldeia.



A EXPERIÊNCIA ESCOLAR do escritor Daniel Munduruku não poderia ter sido pior: obrigado a sair de sua aldeia, na cidade paraense de Maracanã, ele e seus irmãos foram morar em Belém, onde o pai já fazia serviços de carpintaria. Eram tempos de ditadura militar, e para os povos indígenas, naquela época tutelados pelo Estado brasileiro, o paradigma educacional era o da “integração”, eufemismo para uma política de trazer as crianças indígenas para estudar em escolas das cidades, pulverizando as etnias de forma que todos fossem obrigados a se comunicar apenas em português. Daniel lembra que na escola onde estudava ele e outros meninos indígenas eram discriminados, sofriam bullying e muita chacota. Aos poucos, nasceria nele o desejo de não ser indígena. “A escola, não só como instituição, mas também a escola-gente, ficava o tempo inteiro me lembrando de que eu estava no lugar errado, que meu lugar era outro, que eu não tinha inteligência suficiente pra viver aquela experiência”, comenta o premiado autor de *Coisas de índio* e *Vozes ancestrais*, Prêmio Jabuti na categoria juvenil, entre outras obras.

Mesmo com a experiência escolar traumática, Daniel decidiu prosseguir os estudos. Convenceu os padres salesianos de que tinha vocação religiosa e conseguiu se formar em Filosofia em Manaus. Nessa época, Daniel confessa que tentava muito “ser branco”. “Passei uns três anos martelando na minha cabeça essa ideia e quem me salvou foi meu avô Apolinário. Ele viu que eu estava passando por momentos difíceis e, nas férias escolares, passou a nos ensinar de acordo com a tradição, começou a nos ensinar o orgulho de ser indígena”, relembra o autor.

A saída do seminário coincidiria com a vinda à cidade de Lorena, em São Paulo, para validar o diploma. Nessa cidade, Daniel iniciaria sua carreira de professor de Filosofia no Ensino Médio, e ao deparar com os mitos gregos e a pouca aderência dessas histórias junto aos seus alunos, resolveu trazer para suas aulas as histórias contadas por seu avô. A reação dos alunos às lendas e aos mitos de origem do povo munduruku foi muito positiva. Quando uma aluna quis saber onde poderia encontrar um livro com aquelas narrativas que encantavam a todos,

Daniel percebeu que ali se abria um caminho nunca imaginado por ele: aos poucos, vertendo para a escrita o rico fabulário indígena até então transmitido de geração em geração, ele se reencontraria com sua cultura e passaria a ter orgulho de sua condição. “Hoje, eu escrevo para me manter ‘índio’”, usando de forma irônica o termo pejorativo usado pelos colonizadores, que, dessa forma, buscavam uniformizar a profusão de povos e línguas que viviam por aqui antes da chegada dos portugueses, das doenças, da sociedade de classes e da propriedade privada. E da escola e da palavra escrita.

“ÍNDIOS”, NÃO! SÃO POVOS INDÍGENAS

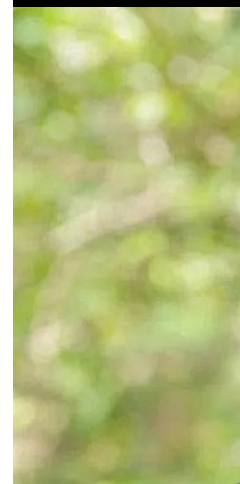
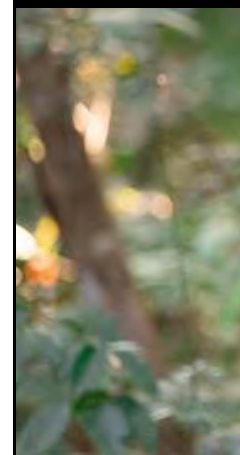
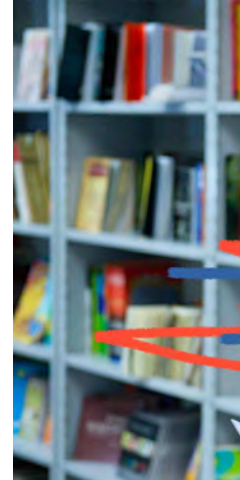
Quando Paula Mendonça se candidatou à vaga de estagiária no Instituto Socioambiental (ISA) chegou atraída pelas três áreas de atuação daquela organização: educação, meio ambiente e cultura. Com um trabalho há muito tempo consolidado na assessoria aos povos indígenas e um corpo técnico altamente qualificado, o ISA abriria para a jovem pedagoga recém-formada as portas da diversidade dos povos indígenas, composta de 263 povos, segundo o IBGE, e mais de 150 línguas diferentes. “Fiquei impressionada! Como eu não conhecia essa diversidade toda de povos e de línguas? Isso me motivou a trabalhar com esse tema, trabalhar junto aos povos indígenas para fortalecer essa luta”, relembra.

Paula mergulhou de cabeça na experiência de assessorar os primeiros professores indígenas a criar seus currículos e um papel para essa instituição tão tradicional em nosso contexto, mas inexistente nas comunidades indígenas: a escola. Porém, agora sob um paradigma diferente, tendo o Referencial Curricular de Educação Indígena (RCEI), publicado em 1999, como documento norteador. Antes disso, a Constituição Federal de 1988 havia retirado a tutela do Estado sobre os povos indígenas, e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 78, asseguraria aos povos indígenas o direito a uma educação “intercultural e bilíngue”.

A assessoria pedagógica no Parque Nacional Indígena do Xingu se estenderia por uma década, de 2001 a 2010, em escolas das etnias Panará, Yudiá e Sedje, e Paula acompanhou os dilemas e as soluções encontradas pelos jovens professores no empenho de criarem uma gramática e uma escrita para alfabetizar as crianças em suas próprias línguas, além da necessidade de produzir materiais didáticos mais compatíveis com a realidade da vida na aldeia, com os valores e a estética de cada povo. “Havia muitas dúvidas, era um processo de construção contínua dessas línguas, das grafias, de como que se acentua... como é que escrevem os sons que não existem na língua portuguesa?”, relembra a educadora.

A ESCRITA EM UMA SOCIEDADE ÁGRAFA

A chegada da escola na aldeia indígena não acontece sem traumas. “O conhecimento entre os povos indígenas está centrado numa tradição oral, e essa é uma forma de passar o conhecimento que tem a ver com experiência. A experiência tem a ver com longevidade. Então, é como se diz nas aldeias: ‘a criança





O escritor Daniel Munduruku (acima) e outras lideranças indígenas: Txai Suruí, Ailton Krenak e Davi Kopenawa



é quem tudo pode, mas o mais velho é quem tudo sabe'. Então eles são a fonte do conhecimento, o arcabouço da cultura. Os próprios professores indígenas falavam que 'os mais velhos são as nossas bibliotecas', só que, de certa forma, a escola inaugura uma outra forma de adquirir conhecimento, por meio do livro, de uma carta etc. Ao mesmo tempo a escrita é uma ferramenta para lidar com o mundo de fora, não indígena, para compreender a legislação, por exemplo. Aos poucos, esses entendimentos foram sendo construídos, mas não foi sem conflitos", observa Paula.

Um dos desafios era criar um currículo que fizesse sentido para as crianças. Não bastaria trocar Cabral e suas caravelas pelos mitos de origem dos povos, priorizar a geografia e as referências topográficas locais em detrimento de latitudes e longitudes etéreas, nem escrever nomes de bichos e plantas que todos até então precisavam apenas falar, se a arquitetura curricular não dialogasse com a vida na aldeia. Foi quando surgiu a proposta de o currículo ter como elemento norteador as fases da vida. "Foi um exercício de pensar: Quando se é criança na aldeia, o que essa criança faz? Que vida ela tem? Por onde ela anda? Que conhecimentos fazem sentido para essa criança? E depois, deixa de ser criança, aí vira o quê? O que é importante ele saber dentro da sua cultura, no contato com outros povos? Ele já acompanha o pai para sair na cidade?", explica Paula. "É todo um cuidado de sistematizar esses conhecimentos que são mais próximos das crianças, como a geografia da aldeia, as histórias do próprio povo, a língua, o modo de contar os números, de como que chamam os peixes, de como se entende o regime das águas, das chuvas, o calendário. E assim a gente foi entendendo em cada fase da vida o que era importante e quando deveríamos entrar com o conhecimento de fora, que também é necessário", relata.

O TEMPO DO SILÊNCIO

Professora de Psicologia da Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) no campus de Angra dos Reis, a professora Renata Lopes Costa Prado tem diante de si um grupo de 34 estudantes de Ensino Médio da etnia Guarani e uma Pataxó. Trata-se da primeira turma de magistério indígena do estado do Rio de Janeiro, uma experiência que teve início em 2018. A formatura dessa turma é esperada com ansiedade pelas aldeias existentes em Angra e da vizinha Paraty, pois significa a possibilidade de uma escola de Ensino Médio voltada ao público estudantil indígena e com professores indígenas, até agora inexistente na rede de ensino estadual.

Praticante da aula dialogada, ela lança uma questão, e o que ouve é o silêncio. Agora não se incomoda mais com isso, mas no começo as diferenças culturais daquele novo alunado a tiraram da zona de conforto. "O tempo do silêncio para eles é muito diferente. Eu começo a explicar uma determinada matéria, um conceito, e estou acostumada a fazer pergunta e os alunos responderem. E vem uma discussão imediatamente. »



Cenas do cotidiano de diversos povos em aldeia.





► Com os estudantes do magistério indígena não é assim que acontece. Eu perguntava e ficava aquele silêncio. Eu pensava: será que eles não entenderam? Será que não estão interessados? Ficava aquele silêncio. E de repente vinha uma resposta muito elaborada, uma fala superinteressante. E eu pensava: ‘olha, eu estou sendo compreendida’. Então esse silêncio é um silêncio para pensar, para refletir. A gente vive numa sociedade em que tudo é simultâneo, é rápido, imediato”, relata Renata, destacando o ambiente sereno: “Ninguém fala alto e ninguém fala junto, todo mundo se escuta”.

VISÃO CÍCLICA E SISTÊMICA

Indagado sobre o novo paradigma da educação escolar indígena, bastante diferente daquele vivido em seus tempos de estudante, Daniel Munduruku é cético. “Esses parâmetros foram escritos por pessoas não indígenas, ou seja, as pessoas imaginam o que seja interculturalidade, imaginam o que seja ser indígena, colocam isso na lei e vira um passe de mágica” observa, com a experiência de quem viveu uma experiência escolar de apartação da própria cultura. E prossegue sua análise: “os indígenas naquela ocasião não estavam tão preparados para entender o que estava mudando, que tipo de paradigma era esse, até porque o paradigma que o indígena conhece é o paradigma da sua sociedade, que é um modelo de educação sem escola. A ideia de educação escolar é uma violência para os povos indígenas, foge dessa visão cíclica e sistêmica que os povos indígenas desenvolveram ao longo do tempo, em que se aprende tudo o tempo inteiro, com todo mundo”.

O ex-aluno formado sob a égide da integração do indígena que se tornou formador de professores e escritor bem-sucedido aponta, ainda, outra questão incômoda. “Quando você leva o professor pra escola indígena, você está segmentando, está criando uma classe social. E essa luta de classes começa a acontecer a partir do histórico de que um tem a autoridade porque tem conhecimento maior que o outro e porque recebe pra isso e, portanto, passa a ter uma

riqueza maior que os outros. Isso foge muito ao paradigma dos povos indígenas, que formam comunidades não hierárquicas”.

Mas Daniel também vê sinais para ser otimista ao conhecer escolas indígenas que encontraram o seu lugar junto aos seus, em ambientes que respeitam os saberes, a ciência e a língua dos povos originários e onde a educação é intercultural e bilíngue. “Com a presença maior de indígenas na universidade, ou já formados, e que estão pensando suas próprias pedagogias, já se pode ter alguma ideia sobre como seria essa educação diferenciada. Existem experiências entre os povos do Alto Rio Negro muito interessantes, com uma pedagogia própria, material didático também, e inclusive com o reconhecimento oficial das línguas indígenas pelo município de São Gabriel da Cachoeira”, destaca.

Uma pedagogia própria parece ser o caminho possível. Mas como criar uma estrutura capaz de lidar com as especificidades de cada povo indígena e, ao mesmo tempo, contemplar o direito à educação de todas as crianças e jovens, como prega a Constituição? Paula Mendonça ecoa a proposta de algumas lideranças indígenas e educadores que atuam na educação escolar indígena: a criação de um subsistema específico para a educação escolar indígena, vinculado ao MEC, mas seguindo a lógica dos territórios, não de estados ou municípios, como, aliás, já funciona no Ministério da Saúde. “Somente no Parque Indígena do Xingu existem onze municípios”, exemplifica Paula. Segundo a LDB, a responsabilidade da educação escolar indígena é dos Estados, podendo estes estabelecer convênios com municípios. Com o retorno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no organograma do MEC e com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, espera-se que a educação escolar indígena ganhe destaque. E financiamento.

Uma pedagogia da terra é o que, de certa forma, as novas gerações de professores indígenas acabarão por criar. Uma pedagogia que dê conta, por exemplo, de mostrar como uma e outra sociedade medem o tempo. Esse episódio, bastante revelador das diferenças culturais que precisam ser levadas em conta pelos educadores, foi relatado por um estagiário da UFF da turma pioneira de magistério indígena: era uma aula sobre medidas de tempo e a professora, antes de falar de horas, minutos e segundos, perguntou como nas aldeias se media o tempo antes da chegada dos relógios e celulares. Um aluno guarani chamado Miro explicou que, antes de os relógios chegarem, as pessoas na aldeia mediam o tempo pelo canto dos pássaros e dos sapos. Alguns pássaros cantam de manhã, outros no final do dia, os sapos fazem barulho em diferentes períodos da noite. E assim o tempo voava, antes de a escola chegar à aldeia. ■

PARA SABER MAIS

- MUNDURUKU, D. *Crônicas indígenas para rir e refletir na escola*. São Paulo: Moderna, 2000.
- PRIETO, H.; MUNDURUKU, D. *Antologia de contos indígenas de ensinamento*. São Paulo: Moderna, 2005.

Vamos falar de racismo?

Uma escola pública e outra privada mostram por que construir uma educação antirracista muda tudo na escola.

TEXTO *Ricardo Prado*



Ilustração do transporte de escravos negros na região do Congo



A DESIGUALDADE ENTRE
NÓS ASSOMBRA: O 1%
MAIS RICO CONCENTRA
28,3%
DA RENDA
TOTAL DO PAÍS.

» **O BRASIL** foi o país do continente americano que mais recebeu pessoas escravizadas da África: estima-se que cerca de quatro milhões foram trazidas para cá entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente um terço do total de habitantes da então colônia estavam privados de sua liberdade. O Brasil também foi o último país do continente a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888, e sem qualquer indenização ou apoio aos libertos. Uma multidão de ex-escravizados se viu, de um dia para o outro, sem fonte de trabalho nem renda e com nenhuma perspectiva de ascensão social, já que a educação era negada à população negra.

O resultado de quatro séculos de sistema escravista foi que o país se tornaria um dos países mais desiguais do mundo. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano publicado em 2019, o Brasil detém a segunda maior concentração de renda dentre mais de 180 países, perdendo apenas para o Catar. Colocada em termos percentuais, a desigualdade de renda entre nós assombra: o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país.

ARISTÓTELES E A ÍNDIA

Ao longo do século passado, outros países viram um fosso social se abrir entre os mais ricos e os mais pobres e buscaram criar, por meio de políticas públicas, mecanismos para corrigir distorções de caráter histórico. Para isso, foram buscar inspiração em um preceito do filósofo grego Aristóteles, que, ao refletir sobre a arte da política, observava a necessidade de a sociedade criar meios para diminuir as diferenças entre os cidadãos, preservando-se alguma forma de harmonia social. Para isso, recomendava: “Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”.

Em 1949, a Índia foi o primeiro país da era moderna a implantar a política de cotas para enfrentar as diferenças sociais entre sua população, especialmente os dalits (“os intocáveis”), a casta de menor prestígio social da sociedade hindu. Esse segmento se via privado de qualquer perspectiva de ascensão social dentro do rígido esquema de divisão por castas vigente naquele país. Para inseri-los na sociedade, foi criada uma lei tornando obrigatória a oferta de cotas para a casta dos dalits em todos os serviços públicos, incluindo as universidades. Com isso, se em 1950 apenas 1% dos “intocáveis” tinha nível superior, em 2005 os dalits respondiam por 12% das matrículas.

Outro passo nas políticas afirmativas contemporâneas aconteceu na década de 1970, quando a pressão do movimento negro nos Estados Unidos fez com que as principais universidades começassem a adotar sistemas de cotas. Em 2012, um dos beneficiários desse sistema, Barack Obama, tomou posse como presidente dos Estados Unidos.

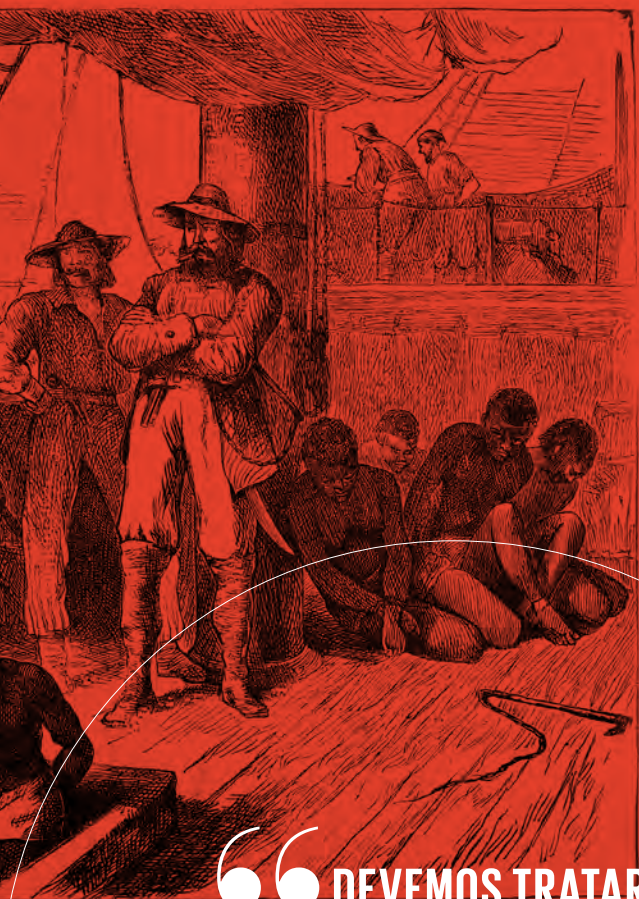
AS COTAS NO BRASIL

Ainda em 2012 foi promulgada no Brasil a Lei n. 12.711, conhecida como Lei de Cotas. Ao longo de duas décadas de vigência, essa lei alterou profundamente o cenário das universidades brasileiras. Um levantamento realizado pelo Instituto de Pes-



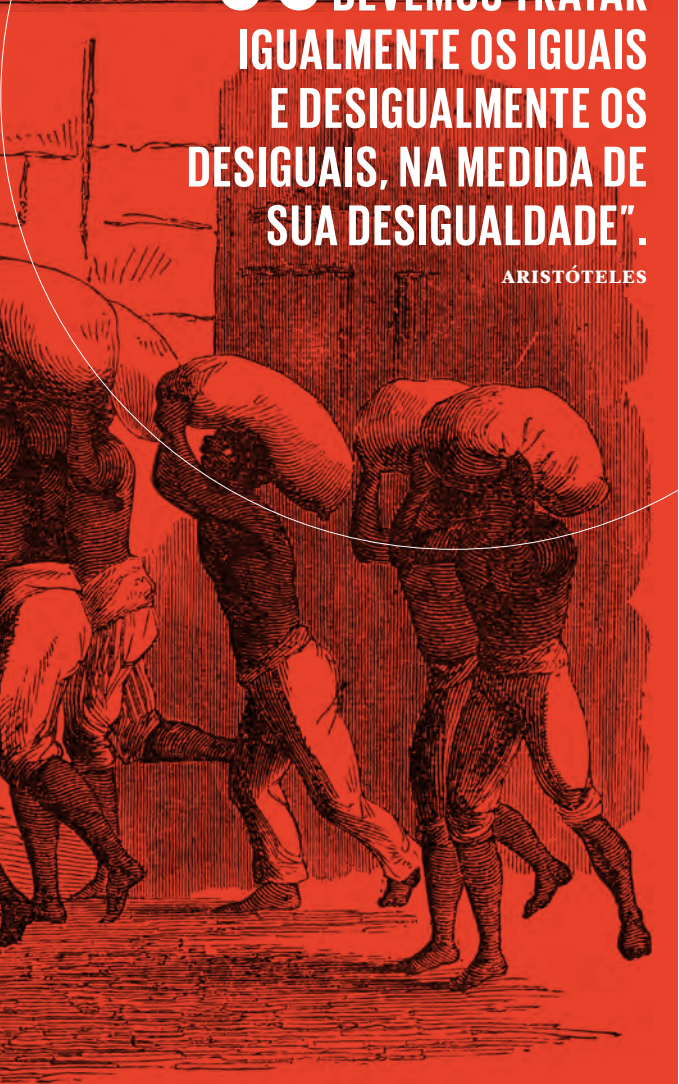
Acima, ilustração de navio com escravos negros. Abaixo, representação de negros escravos que carregavam café no Brasil no século XIX.





“**DEVEMOS TRATAR IGUALMENTE OS IGUAIS E DESIGUALMENTE OS DESIGUAIS, NA MEDIDA DE SUA DESIGUALDADE.**”

ARISTÓTELES



quisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que o percentual de ingressos por meio de vagas reservadas passou de 13% em 2012, ano de aprovação da lei, para mais de 39% em 2017. Outras duas leis foram importantes para a reparação histórica do racismo e do colonialismo: a Lei n. 10.639, em 2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, e a Lei n. 11.645, de 2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos originários.

“A política de ações afirmativas no Brasil tem o movimento negro brasileiro como protagonista. É importante dizer isso porque nem sempre as pessoas têm esse conhecimento”, observa Natalino Neves da Silva, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (Neraa). “Alguns estudiosos, sobretudo do campo da história, vão tentar compreender esse espectro do movimento negro por meio de ciclos. Há um ciclo que traz a rebelião, com a questão do quilombo, como foi estudado pelo Clóvis Moura. Depois, acontece a Frente Negra Brasileira, no período pós-abolição. São ciclos de protesto e de atuação desse movimento, que vão desaguar, na década de 1970, na constituição do MNU, o Movimento Negro Unificado”, explica.

Outro marco nessa trajetória seria a Constituição de 1988, na qual o racismo foi configurado como crime, destacando o papel de alguns intelectuais negros no ambiente universitário. “Nas décadas de 1980 e 90, os trabalhos de Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez, por exemplo, já davam conta de demonstrar que para entendermos a complexidade do fenômeno da desigualdade, sobretudo no campo da escola, seria necessário estudar não só a questão da classe social, mas também as questões de raça e de gênero. Esses atores políticos do movimento negro farão, ao longo da década de 90, com que o Estado brasileiro incorpore essa demanda. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente da República a reconhecer que o Brasil é um país racista, e isso aconteceu por volta de 1994”, pontua Natalino.

E o que caracterizaria o “racismo à brasileira”? “Como dizem os estudos de Florestan Fernandes, é aquele que nega e afirma ao mesmo tempo. Então, se você perguntar ‘você é racista?’, a pessoa diz ‘não, eu não sou racista’. E você conhece alguém racista? ‘Ah, conheço, inclusive a minha vizinha é racista’. Ele vai se configurando nessa negação e afirmação. A gente acredita que não é, mas conhece quem é”, exemplifica Natalino.

PAPO CABELO

A Escola Municipal Anne Frank está localizada no bairro Confisco, quase na divisa de Belo Horizonte com o município vizinho de Contagem. O prédio era uma antiga fazenda, que seria ocupada por integrantes de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos anos 1980, sendo finalmente encampada pelo município, que levaria até o bairro os primeiros equipamentos públicos, dentre eles a escola. ➤

» Muito antes dos projetos de educação antirracista como conhecemos atualmente, a escola Anne Frank havia criado o seu próprio modelo, sinalizando uma postura mais ativa dos educadores em relação ao racismo estrutural brasileiro. Em 2012, mesmo ano em que as cotas foram declaradas constitucionais pelo STF, os gestores da escola promoveram no Dia das Crianças o primeiro Anne Frank Fashion Day com o objetivo de melhorar a autoestima dos estudantes e lidar com alguns casos de racismo. Conforme conta Kátia Mendes, coordenadora pedagógica da Educação Infantil da escola, “queríamos que as crianças disseminassem a sua beleza, o seu jeito, que aceitassem a sua negritude, o seu cabelo, sua condição financeira; enfim, que se aceitassem como são”.

Com vários docentes participando de cursos sobre relações étnico-raciais, novas ideias e propostas surgiram, como a realização do evento Papo Cabelo. “No Dia da Consciência Negra, reunimos pessoas da comunidade que trabalham com africanidade e ancestralidade. Aí eles fazem oficinas de tranças, e tudo termina com um desfile do Cabelo Afro”, relata a professora.

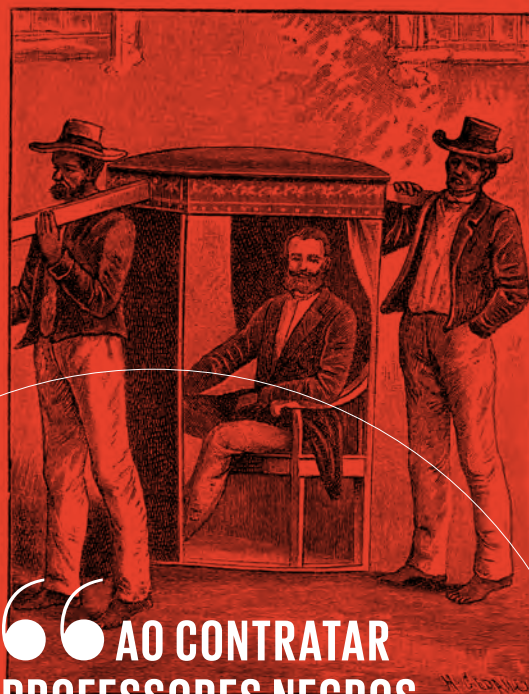
A evolução natural dessas ações pioneiras aconteceria com a criação do Projeto Pertencimento, que, em 2022, venceu o 8º Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero, realizado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), na categoria Gestão com Equidade e Antirracista. O projeto integra diversas ações com o mesmo objetivo: fazer com que os estudantes e suas famílias se sintam pertencentes ao bairro, à comunidade e aos valores compartilhados, por exemplo a valorização da estética relacionada à negritude.

Nesse processo, os livros desempenharam um importante papel. Em 2019, a escola recebeu vouchers para a compra de um acervo de livros durante a Feira do Livro de Belo Horizonte. A montagem desse acervo teve como critério de seleção a temática da educação antirracista e histórias para crianças e jovens que valorizassem a cultura e a herança africana e indígena. O resultado foi o projeto Maleta Viajante, que circula entre as turmas de Educação Infantil, para que as crianças escolham histórias e as levem para suas casas, para serem lidas com as famílias. Com esse viés na escolha das histórias, o efeito multiplicador dessa ação fica evidente.

Agora que o Projeto Pertencimento faz parte do projeto político pedagógico da escola, os frutos desse trabalho consistente e contínuo já são evidentes. “Eu percebo essa mudança. Hoje em dia nós temos alunas que vêm com seus cabelos afro, com as suas maquiagens, com as suas tranças...”, comparando com a resistência encontrada em algumas famílias lá atrás, quando o primeiro Papo Cabelo foi criado. “Naquela época ainda havia a coisa da branquitude, das meninas quererem ter o cabelo liso”, comenta a coordenadora Kátia.

UMA EXPERIÊNCIA DIVERSA

Em um outro contexto socioeconômico, e representando um movimento mais recente das escolas baseado em uma visão mais inclusiva e diversa, há o exemplo do projeto antirracista



**AO CONTRATAR
PROFESSORES NEGROS
CONSEGUIMOS TRAZER
SABERES, PERSPECTIVAS
E CONHECIMENTOS
DIFERENTES QUE, SEM ELES,
NÃO ALCANÇARIAMOS”**

REGINA SCARPA



da Escola Vera Cruz, uma das instituições educacionais privadas mais conceituadas na capital paulista.

Localizada em um bairro de classe média alta e prestes a completar 60 anos, o Vera Cruz passou por uma profunda reavaliação em 2019. O movimento é resultado de uma ação conjunta da direção com a Organização de Pais Solidários (OPS) em um momento em que o mercado das escolas de elite passava por transformações, com a aquisição de escolas por grupos de investimento e o boom do ensino bilíngue. Pais, professores e direção refletiram sobre o que gostariam de manter e o que gostariam de mudar na escola. Houve duas unanimidades: todos concordavam que a proposta humanista, democrática e inclusiva já praticada pela escola deveria permanecer. Sobre o que deveria mudar, todos cobraram mais diversidade. “Era a necessidade de sair da bolha: todo mundo muito parecido, da mesma classe social, majoritariamente branco, isso precisava mudar”, lembra Regina Scarpa, diretora pedagógica do Vera Cruz.

O primeiro passo foi criar um grupo para estudar o tema. Aos poucos a compreensão do racismo estrutural e de suas múltiplas presenças, sutis ou explícitas, ganhou corações e mentes e o Projeto para Relações Étnico-Raciais ganhou sua forma definitiva em 2021, depois de um ano de fase experimental: a cada ano, duas bolsas integrais são concedidas a crianças negras ou indígenas para cada nova turma de G5, a porta de entrada dos estudantes na Educação Infantil do Vera Cruz. São dezoito bolsas anuais garantidas até o fim do Ensino Médio, incluindo material didático, uniforme, estudo do meio e um auxílio-permanência para transporte.

Cláudia Alberto fez parte da primeira leva de famílias beneficiadas pelo projeto. Soube dele por fazer parte de um movimento de militância negra e foi incentivada a procurar a Escola Vera Cruz, que fica próxima ao seu trabalho, depois que a diretora da Emei onde sua filha Milena estudava, no mesmo bairro, a incentivou. “Se o Vera está se propondo a fazer, muito provavelmente vai ser bem-feito”, conta Cláudia. Ao seu lado, Regina explica que os estudantes de Pedagogia do Instituto Vera Cruz fazem estágio naquela escola – daí a boa referência.

Ao chegar no quarto ano de projeto, a diversidade começa a ser vista: já são 102 alunos negros e dois indígenas na escola. São apenas 6% dos 1.700 alunos da instituição, mas suficiente para romper a tal bolha. Milena, por exemplo, está muito bem adaptada e Cláudia dá conta disso contando o que ouviu recentemente dela: quando crescer, quer ser “professora do Vera”.

REVER PONTOS PARA AVANÇAR

Do lado de gestores e professores, o desafio criado ao se colocar a lupa das relações étnico-raciais é complexo, implicando repensar práticas e materiais, do currículo ao acervo da biblioteca, do material didático ao uso de expressões corriqueiras, como “criado-mudo” em vez de mesa de cabeceira, já que a expressão remonta aos tempos em que havia o escravizado de quarto, que deveria permanecer calado.

Para dar sustentação e segurança à equipe, a Escola Vera Cruz trouxe especialistas em educação e na temática antirracis-

ta, como a filósofa Sueli Carneiro, o atual ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida, a historiadora Lília Schwarcz e o educador Fernando Almeida. Foi necessário, por exemplo, rever o material didático e os autores trabalhados, já que um dos efeitos do letramento racial é despertar para o racismo científico, aquele que, por exemplo, identifica o nascimento da filosofia na Grécia, ignorando que ela já era praticada no Egito. Regina exemplifica com a própria formação: “Fiz graduação na USP, fiz mestrado, doutorado e o único autor negro que eu estudei foi o Milton Santos. Esse racismo científico nos constitui. Essa perspectiva eurocêntrica da educação e do mundo acadêmico apagou toda uma produção intelectual das pessoas negras, dos pesquisadores negros, que é importantíssima de ser conhecida”.

Para essa tarefa de rever o currículo por um viés decolonial e antirracista, o novo olhar trazido pelos professores negros que começaram a integrar o corpo docente foi imprescindível. “Ao contratar professores negros conseguimos trazer saberes, perspectivas e conhecimentos diferentes que, sem eles, não alcançaríamos”, observa Regina Scarpa.

CAMINHO SEM VOLTA

Ao escrever e publicar *Nuang, caminhos da liberdade* (Piraporiando, 2017), a escritora Janine Rodrigues viu que tinha nas mãos mais do que um livro para crianças contando sobre a luta pela liberdade por parte dos negros. Havia ali uma possibilidade de qualificar mais a discussão que sua obra provocava, trabalhando diretamente com os professores os recursos didáticos que o livro permitia acessar. Dessa constatação nasceu a Piraporiando, que, para além de uma editora criada por uma autora, presta assessoria educacional para escolas e redes públicas trabalharem questões como diversidade racial e educação antirracista.

Nessa trajetória, Janine Rodrigues aprendeu que o segredo é a constância. “É impossível que a gente faça um trabalho numa escola durante um ano e, depois, a direção ache que nunca mais precisa tocar nesse assunto porque no ano anterior fez uma abordagem densa. Isso não acontece, porque a escola é um ser vivo, as pessoas entram, saem, respondem ou reagem ao que está acontecendo no mundo, e esses processos sociais são imprevisíveis”, observa a escritora que atualmente também assina a coluna mensal Escola Diversa no blog Redes Moderna, da editora Moderna. Ao olhar de frente para o racismo estrutural e assumir a proposta de uma educação antirracista, não há mais caminho de volta. □

PARA SABER MAIS

- DA BAHIA, D. P. do E. (2021). *Dicionário de expressões (anti)racistas: e como eliminar as microgressões do cotidiano*. Disponível em: mod.lk/ed24_lr1. Acesso em: 10 abr. 2023.
- PIRAPORIANDO. *Conteúdos e experiências antirracistas, antibullying, antipreconceitos e de promoção da equidade de gênero*. Disponível em: mod.lk/ed24_lr2. Acesso em: 10 abr. 2023.
- RODRIGUES, Janine. *Coluna Escola Diversa. Redes Moderna*. Disponível em: mod.lk/ed24_lr3. Acesso em: 10 abr. 2023.



**A GENTE COMPARTILHA
QUE UM MUNDO EM
TRANSFORMAÇÃO
PEDE UMA NOVA VISÃO
DA EDUCAÇÃO.**

UMA NOVA VISÃO
DA EDUCAÇÃO PARA
UM NOVO MUNDO.



UM PROJETO GLOBAL VIVO



+ de 900
ESCOLAS
no Brasil



+ de 300 mil
ALUNOS
no Brasil



presente em
17 PAÍSES



+ de 1,1 MILHÃO
de estudantes
no mundo

Desenvolvemos e implantamos **propostas educativas 360°**, voltadas para a realidade e as necessidades de cada escola. Um projeto completo e global, que oferece autonomia e flexibilidade na escolha dos materiais, sempre com o propósito de promover a transformação digital, o desenvolvimento contínuo e a personalização da aprendizagem.



SEJA UMA **ESCOLA COMPARTILHA**

 modernacompartilha.com.br

 /moderna.compartilha

 @modernacompartilha

 0800 770 3004



**SE O PERFIL DE APRENDIZAGEM
DE CADA ALUNO É ÚNICO, SUA
PLATAFORMA DE ESTUDOS
TAMBÉM TEM QUE SER.**

**EDUSFERA É A PLATAFORMA DE
ESTUDOS PERSONALIZÁVEL CRIADA
PARA ÀS NECESSIDADES E DESAFIOS
DAS ESCOLAS COM OS JOVENS
DIGITAIS DO ENSINO MÉDIO.**



conheca.edusfera.com.br

 @plataformaedusfera/

 /plataformaedusfera

 /edusfera

Edusfera

Você é único. Seu jeito de aprender também.



Comitê de convívio escolar: estratégia de gestão democrática

Instância representativa e parceira da gestão escolar pode ajudar no fortalecimento de um ambiente de convivência saudável e de respeito.

TEXTO *Roberta Panico*

NOS ÚLTIMOS ANOS vimos cenas muito graves e preocupantes de violência nas escolas no Brasil. O ataque ocorrido em São Paulo no final de março de 2023, que deixou uma professora morta, quatro feridos e toda uma comunidade escolar perplexa e assustada, e o assassinato de quatro crianças em um atentado a uma creche em Blumenau se somam a uma série de episódios de violência extrema que resultaram em mortes desde 2002, e que a partir de 2022 passaram a ocorrer com mais frequência.

O que vem acontecendo nas escolas brasileiras? O que essa escalada na violência pode nos dizer sobre a escola e a nossa sociedade? Sob o choque de eventos como esses, nos perguntamos sobre as razões, as motivações do ato, como um adolescente chegou ao ponto de assassinar a professora em sala, e ficamos ansiosos por encontrar formas de evitar que mais tragédias aconteçam. »





» Basta refletir sobre a sociedade em que vivemos hoje e sobre os desafios enfrentados por todos nós para saber que as respostas não são simples. No entanto, esses episódios invariavelmente nos remetem às microviolências na escola, às incivildades que ocorrem no cotidiano escolar, o que convencionalmente chamamos de *bullying*. É importante lembrar que, embora tenha um funcionamento próprio, a escola se configura como microcosmo da sociedade contemporânea e, portanto, as intolerâncias e as atitudes violentas também são nela reproduzidas.

O *bullying*, que ocorre por meio do xingamento, do constrangimento a um colega, da risadinha, de uma piada ou uma “brincadeirinha” de mau gosto, é uma primeira manifestação de hostilidade com a diferença que, banalizada e não combatida, é normalizada. Não olhar para essas incivildades não só nos embrutece como nos faz passar por cima da necessidade de trazer à tona questões que podem ser educativas.

O ambiente escolar deve ser um espaço seguro, de proteção e acolhimento, com o objetivo de responder à sua missão constitucional, inscrita no art. 205 da Constituição Federal:

Art. 205. *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

Para que o acesso à escola seja um direito de todos, ela precisa ser democrática e garantir que todos possam conviver bem e aprender em segurança. Considerando que somos um país que carrega diferenças de todas as ordens — social, econômica, racial, de gênero e de oportunidades —, a gestão da escola precisa se comprometer com valores democráticos e de equidade.

É evidente que isso traz uma complexidade enorme para a gestão escolar, que precisa colocar todas as questões das relações humanas, incluindo conflitos e violência, nas suas mais diferentes formas, como conteúdos de ensino e aprendizagem. A escola é uma organização humana e sua função é principalmente ensinar valores democráticos para a vida em sociedade. As famílias têm valores próprios, algumas são racistas, machistas, homofóbicas, gordofóbicas, não necessariamente explicitam esses valores no discurso, mas pelas atitudes e vivências, e a escola é o espaço de convívio entre diferentes.

Sendo assim, os conflitos são inerentes à convivência escolar e precisam ser considerados e trabalhados. Não basta reprimi-los por meio de uma gestão autoritária, repressora ou menosprezá-los, tratando-os como brincadeiras. A partir dos conflitos, é importante reconhecer as tensões, conversar sobre elas e refletir sobre como se pode melhorar a convivência e o respeito mútuo entre as pessoas.

Muitas vezes repreendemos um chute raivoso de um aluno no portão, mas deixamos passar um comentário sobre a altura de um colega “que parece uma girafa”. Como educadores, não podemos naturalizar nenhum tipo de violência, é preciso ter uma escuta atenta e sensível para capturar esses desrespeitos. Não colocar os conflitos e as situações de ofensa em discussão transforma a violência na escola em violência da escola. Afinal, a invisibilidade e o des-caso com tais situações acabam gerando sofrimento para os estudantes, que podem se sentir cada vez isolados e, em casos extremos, ir se desconectando dos estudos até abandonar a escola, ou ainda, quando há associação com fatores psiquiátricos e/ou de envolvimento com grupos extremistas que pregam o ódio, fazer da própria escola um alvo de violência.



UM DOS MAIORES DESAFIOS QUE O BRASIL ENFRENTA

ATUALMENTE É O FATO DE QUE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS ESTUDANTES MARGADOS PELA DIFERENÇA TÊM SIDO ENCARADOS PELAS ESCOLAS COMO UM TRABALHO A MAIS E NÃO COMO PARTE DAS ATRIBUIÇÕES DE UMA GESTÃO QUE VISA À GARANTIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA TODOS E CADA UM.”



TSUNAMI DE VIOLÊNCIAS

Um *tsunami* se constitui a partir de movimentos geológicos que provocam pequenas ondas em alto-mar que, ao se aproximarem das regiões costeiras, se transformam em uma onda gigante, ou seja, é preciso cuidar das pequenas violências na escola para que elas não se transformem em situações de maior gravidade.

Por isso, o *bullying* precisa ter uma atenção especial. A palavra *bullying*, que curiosamente só é usada no contexto da escola, na tradução do inglês para o português significa:

Bully sem o *ing* significa valentão.

Bully significa intimidar.

Bullying significa assédio moral, ou seja, uso de poder para oprimir o outro.

Mas as situações que levam ao *bullying* não se constituem somente como ofensas de um indivíduo para outro, estão amparadas por uma atmosfera coletiva que permite que aconteçam, daí

a importância de cuidar da qualidade da convivência escolar. Além de nomear as situações, é importante identificar e compreender o que está por trás desses comportamentos — preconceitos como o capacitismo, a homofobia, a xenofobia, o racismo, intolerâncias políticas religiosas e todos os demais desrespeitos pelas diferenças humanas precisam ser analisados e se transformar em material de discussão.

“[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 316).

No livro *Direção para novos espaços e tempos da escola*, destacamos que “um dos maiores desafios que o Brasil enfrenta atualmente é o fato de que os direitos fundamentais dos estudantes marcados pela diferença têm sido encarados pelas escolas como um trabalho a mais e não como parte das atribuições de uma ges-

ção que visa à garantia da qualidade da Educação para todos e cada um”.

Desde 2015, a Lei n. 13.185 prevê que as instituições de ensino têm o dever de desenvolver ações e campanhas para combater intimidações no ambiente escolar. Para colocar em prática essa lei, a escola precisa se responsabilizar por ofertar aos estudantes condições para que aprendam e se desenvolvam na sua integralidade: cognitiva, social, física, emocional.

Todas as experiências escolares ensinam alguma coisa e as intencionalidades educativas precisam estar bem estabelecidas. Uma simples regra de tolerância com atrasos de entrada na escola pode gerar problemas, se, por exemplo, só valer para estudantes e não para professores. São decisões que ensinam valores e atitudes sobre o que são regras e para quem servem, se são justas ou injustas, se servem para todos ou apenas para alguns etc. Por isso a pergunta, sobre o que estamos ensinando em cada situação vivida na escola, precisa ser uma reflexão constante de toda a equipe e do projeto político pedagógico (PPP).

Então como lidar pedagogicamente com as incivildades e violências que permeiam o espaço escolar? O que a escola pode (deve) fazer? Uma estratégia que pode ajudar a garantir um espaço para que sejam olhadas e encaminhadas é um comitê de convivência escolar. Pode ter outro nome, o que vale aqui é criar uma instância que preze pelas boas relações entre todos e pela coibição de práticas violentas contra estudantes, educadores e/ou funcionários. O comitê pode ser uma instância de participação de toda a comunidade escolar representada por alunos, professores, funcionários, gestores, pais e/ou responsáveis pelos estudantes e até da vizinhança escolar para que todos juntos identifiquem, cuidem, proponham soluções e tomem decisões para prevenir situações de *bullying*. »

» COMO CRIAR UM COMITÊ DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR: PASSO A PASSO

Uma gestão escolar democrática implica viabilizar a vivência da democracia no espaço da escola, e a instituição de comitês representativos para encaminhar a questão da violência, fundamental para o bem-estar de toda a comunidade, é excelente para isso, porque as decisões e proposições não estarão centralizadas na equipe gestora e/ou dos professores. É importante que seja um projeto permanente da instituição. A seguir apresentamos uma sugestão de passo a passo para a criação de um comitê na escola onde você trabalha:

1. Definir composição e função. A equipe gestora poderá levar a ideia da constituição de um comitê para o conselho de escola e juntos poderão organizar um grupo de trabalho para definir seu propósito, sua função e suas atribuições. É fundamental estabelecer se será apenas uma instância de votação de ideias da gestão da escola ou se também terá função propositiva. Com base nisso, poderá se pensar na proposta de funcionamento e composição do comitê, passando pela quantidade de representantes e a representatividade: funcionários, professores, gestores, estudantes de diferentes idades, familiares/responsáveis etc.

Será necessário constituir um regimento específico para esse funcionamento que seja público e acessível para todos. Algumas definições que podem ser importantes: forma de eleição, tempo de mandato (anual, bienal); procedimento para substituições de membros; encaminhamento de reclamações sobre o próprio comitê, além de outras situações que possam ser levantadas pelo grupo.

2. Divulgar e sensibilizar toda a comunidade escolar. Nesta etapa, precisamos garantir que todos tomem conhecimento da proposta e ainda pos-

sam colaborar. Os gestores da escola, ou os próprios estudantes que participaram da sua definição preliminar, podem apresentar a proposta em cada turma, para todos os funcionários, professores e nas reuniões de pais e deixar um canal aberto para sugestões. Uma vez revista a proposta à luz dessas contribuições, será necessário divulgar as atribuições do comitê. Uma forma de dar visibilidade é elaborar cartazes a serem colocados na escola, e o processo de produção pode envolver alunos.

3. Escolha dos representantes. Esta etapa poderá ser realizada de muitas formas, pela eleição de cada membro, ou por representantes de cada segmento — por exemplo, os estudantes se candidatam ou são indicados — e os demais estudantes votam em seus representantes. É importante haver representantes de estudantes de diferentes etapas e anos de ensino, pois os interesses e as ideias de uma criança de 9 anos são bem diferentes de um adolescente de 15 anos. No caso dos professores e funcionários, a ideia pode ser a mesma. No caso dos familiares, o conselho da escola pode indicar a melhor forma para essa escolha. É importante cuidar também da representatividade de meninos e meninas e étnico-racial. Feita a eleição e anunciada a composição, é hora de colocar o comitê em funcionamento.

4. Definir um cronograma de reuniões do comitê e deste com a gestão da escola.

5. Estudar a legislação e os documentos que orientam as práticas contra a violência no ambiente escolar e colocá-los em discussão com a comunidade. É importante que esses conteúdos sejam discutidos sempre em diálogo com o PPP da escola. Vale conversar com a Secretaria de Educação e verificar se há políticas públicas locais para esse tema.

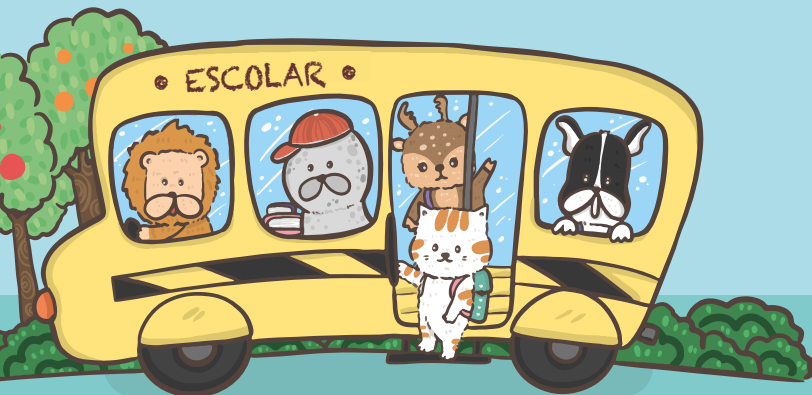


O QUE NÃO PODE FALTAR NO PLANO DE TRABALHO DO COMITÊ

Práticas e mecanismos de denúncia e protocolos de combate cotidiano a situações não violentas e discriminatórias na escola.

As situações de bullying e de discriminação geralmente são encaminhadas para a gestão da escola, que precisa ter um canal aberto de escuta e tomar decisões em relação às medidas e aos cuidados a serem tomados. As queixas podem chegar diretamente aos gestores, mas também podem chegar pelo comitê. O denunciante deve se sentir seguro e confiante em comunicar sua queixa. As decisões são sempre da gestão escolar respaldada pelo regimento da escola e da legislação vigente, mas ela poderá fazer consultas aos membros do comitê.

As assembleias escolares poderão ficar sob a responsabilidade do comitê, que pode, considerando a escuta atenta da comunidade escolar, coordenar e promover debates sobre as práticas e os conflitos do cotidiano escolar.



6. Mapeamento da situação da comunidade escolar. É pertinente que o comitê analise e reflita sobre as ocorrências e queixas de convivência na escola. Identificar, por exemplo, em que situações os estudantes são encaminhados para a diretoria, em que situações são suspensos. Quais as justificativas para evadirem ou abandonarem? Analisar o desempenho dos estudantes da escola é importante, já que as situações de *bullying* e de evasão podem ser mais críticas quando os estudantes não se sentem aprendendo. Tais dados são preciosos para ampliar o repertório de análise e de possíveis proposições.

7. Elaboração e revisão do regimento do comitê e organização e divulgação do plano de trabalho. Com um cronograma estabelecido, o aprofundamento na legislação e o mapeamento das situações de conflito e violência na escola, pode-se avançar na sistematização de respostas a ocorrências cotidianas na escola e na identificação de casos que extrapolam a sua competência e precisam ser encaminhados a outras instâncias (família, conselho tutelar). Com base nisso, é possível construir um plano de trabalho com uma abordagem preventiva e construtiva que passe pela formação dos educadores (sempre em diálogo com a coordenação pedagógica e o PPP) e pela promoção de palestras e rodas de conversas.

8. Formação na escola. É necessário assegurar formação à equipe escolar, estudantes e seus familiares/responsáveis. Os temas podem ser variados

e levantados pela escola. Por exemplo: mediação de conflitos, uso de redes sociais, intolerâncias políticas e religiosas, comunicação não violenta, racismos e preconceitos, além de outras temáticas.

9. Promover ações em que as práticas e o respeito às diversidades étnico-raciais sejam vivenciados. Isso pode ser promovido com atividades culturais e artísticas em que as diferentes culturas estejam presentes e sejam valorizadas. Os materiais e recursos pedagógicos da escola e sua ambientação também precisam expressar essa concepção e esse valor social de respeito às diversidades. □

ROBERTA PANICO

Diretora executiva da Comunidade Educativa Cedac e coorganizadora da publicação Direção para os novos tempos e espaços da escola (Editora Moderna, 2022). Mestre em Educação e pedagoga por formação, com experiência na docência e na coordenação pedagógica, atuou como formadora do programa Parâmetros em Ação e assessorou a Coordenação de EJA do MEC.

PARA SABER MAIS

- CARA, D. (Org.). (2022). *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental*. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em: mod.lk/ed24_cx1. Acesso em: 12 abr. 2023.
- PANICO, R.; PEREZ, T. (2022). *Direção para os novos tempos e espaços da escola*. Editora Moderna, Fundação Santillana e Cedac. Disponível em: mod.lk/ed24_cx2. Acesso em: 12 abr. 2023.
- VINHA, T. P.; DE MORAIS, A.; MORO, A. (2017). *Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar*. Fapesp, Fundação Lemann, Itaú BBA, Cedac. Disponível em: mod.lk/ed24_cx3. Acesso em: 12 abr. 2023.



Compromisso com a
formação continuada
nas escolas públicas.

Conheça nosso **programa de formação multiplataforma** dedicado às escolas públicas, que conta com **acompanhamento do nosso time de assessoria pedagógica**.

01

Implementação
de material
didático

02

Plataforma de
educação
a distância

03

Trilhas formativas
presenciais e/ou
digitais

04

Assessoria
pedagógica
contínua



Conheça mais sobre
o Moderna Forma!





NOVOS PROGRAMAS FORMATIVOS PARA A SUA REDE

Mais uma inovação para a **formação continuada dos professores parceiros**: trilhas temáticas de grandes especialistas com certificação gratuita!



Saiba mais em
mod.ik/ZW2nT



**Débora
Garofalo**

Trilha 1

Metodologia Débora Garofalo de Aprendizagem Mão na Massa



**Julci
Rocha**

Trilha 2

Gestão de sala de aula: Um novo olhar para uma nova prática



**Tereza
Perez**

Trilha 3

Escola mais segura: Ações para uma boa convivência



/editoramoderna



/editoramoderna



/edmoderna

Quem cuida dos professores?

O tema da saúde mental vem ganhando relevância e é importante que não seja encarado como mais um modismo na educação. Violência crescente e ataque às escolas torna a questão ainda mais aguda.

TEXTO *Paulo de Camargo*





AULAS DE VÔLEI, treino funcional, futebol e ioga; orientação emocional, social, financeira e jurídica em um Programa de Apoio ao Educador; palestras sobre saúde, tabagismo, alcoolismo, entre outros temas; monitoramento de indicadores como pressão arterial e glicemia, exercícios para saúde vocal, pesquisa de clima organizacional, trabalho voluntário — a lista de ações do Colégio Santa Cruz, em São Paulo, para oferecer suporte ao equilíbrio emocional dos professores é extensa. Assim como o Santa Cruz, diversas outras escolas particulares e públicas vêm prestando atenção na saúde mental de seus educadores.

Mas se o tema já vinha se mostrando uma prioridade pelos impactos gerados por quase dois anos de escolas fechadas ou funcionando parcialmente, a recente onda de violências e ataques às escolas registrados no Brasil tornou o tema agudo e elevou o problema a uma nova dimensão, com grande sentido de urgência.

O cenário já era preocupante. Uma pesquisa recente realizada regularmente pelo Instituto Ame Sua Mente e pela associação Nova Escola, com a participação de 5 mil profissionais da Educação, mostrou que 21,5% dos educadores consideram sua saúde mental ruim ou muito ruim — um aumento de quase 10 pontos percentuais entre 2021 e 2022. Em 2020, primeiro ano da pandemia, o índice chegou ao seu ponto máximo — 30,1%.

A pesquisa, denominada Saúde Mental dos Educadores 2022, mostrou em detalhes o atual estágio de estresse dos docentes e gestores. Entre os dados registrados, é relevante notar o sentimento de ansiedade (presente em 60,1% dos entrevistados), seguido por baixo rendimento e cansaço excessivo (48,1%) e insônia, que atinge 41,1% dos entrevistados.

Contudo, o levantamento aponta outros dados preocupantes. Cerca de 70% dos ouvidos no estudo relatam não ter nenhum tipo de suporte, embora tenha sido registrado aumento entre aqueles que indicavam receber algum apoio da própria escola ou de outras instituições. Foram 36,5% neste ano, contra 21,9% no ano anterior.

É bem verdade que este não é um problema unicamente brasileiro. Conforme o pesquisador espanhol José Maria Avilés Martínez, uma das principais referências em convivência escolar na Europa, o necessário apoio ao professor no campo da saúde mental deve ser um tema prioritário. “Os professores são figuras de equilíbrio, referências para os alunos. Portanto, precisam ter uma proteção especial neste sentido para que possam

“OS PROFESSORES SÃO FIGURAS DE EQUILÍBRIO, REFERÊNCIAS PARA OS ALUNOS. PORTANTO, PRECISAM TER UMA PROTEÇÃO ESPECIAL NESTE SENTIDO PARA QUE POSSAM TAMBÉM PROTEGER OS OUTROS. PARA PODER CUIDAR DE OUTROS, PRECISAM ANTES CUIDAR DE SI MESMOS”





também proteger os outros. Para poder cuidar de outros, precisam antes cuidar de si mesmos”, acredita Avilés, que desenvolve projetos nesse campo na Espanha e em outros países.

Para ele, o mundo atravessa um momento muito delicado, pois acabamos de sair do difícil período da pandemia. “Agora, todos falam de saúde mental, mas passamos décadas pedindo que este fosse um pilar fundamental da convivência na escola. É algo extremamente necessário”, lembra.

É verdade que o cuidado com a saúde dos professores parte de uma visão de respeito profissional, direito que assiste a todos os trabalhadores, e não se pode esquecer que esse tratamento tem reflexos imediatos na sala de aula e na escola. Afinal, lembra o pesquisador espanhol, muitas vezes os professores serão os mediadores das relações da comunidade escolar e precisam estar bem para fazer frente a situações educativas novas e muitas vezes desafiadoras.

NÃO AOS MODISMOS

Para o psiquiatra Rodrigo Bressan, o tema da saúde mental vem ganhando relevância e é importante que não seja encarado como mais um modismo na educação. Segundo Bressan, presidente do Instituto Ame Sua Mente, os índices de afastamento dos professores por depressão são assustadores. “Antes, alguns olhavam para esses números e falavam: é uma fábrica de laudos. Mas não é. Trata-se de um fenômeno mundial”, avalia.

Na sua visão, isso acontece porque os docentes vivem a tempestade perfeita em sua profissão. “São pessoas altamente vocacionadas, com uma estrutura de trabalho precária e remuneração proporcionalmente baixa”, analisa. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) já colocou a profissão docente entre as mais estressantes que existem. “Tudo leva a um desgaste muito grande”, diz o psiquiatra, que lidera projetos realizados em parceria com escolas das redes pública e privada. “Por isso, a ideia de eu tenho que cuidar de mim mesmo para cuidar dos outros é chave, e não podemos fazer intervenções em escolas que não respeitam os educadores”, afirma.

Estudioso do tema, Bressan costuma lembrar que os transtornos mentais são bastante prevalentes, chegando a afetar entre 25% e 30% da população mundial. São doenças psiquiátricas como depressão, transtorno de ansiedade, transtorno obsessivo-compulsivo (TOC), esquizofrenia, anorexia, entre outros. “É um impacto muito grave e a escola precisa estar muito atenta, tanto pelo trabalho com crianças e adolescentes, como com os profissionais da Educação”, avalia.

Para enfrentar o desafio, Bressan aposta na formação continuada dos educadores como uma ferramenta poderosa. »

Trata-se, a seu ver, de um letramento que permite aos educadores sair do imobilismo para começar a identificar sinais, a lidar com questões e dar o encaminhamento adequado, seja para os alunos, seja para si mesmos.

Na sua visão, é importante que a sociedade pressione para que o tema não seja tratado como modismo e esquecido em seguida. “Na pandemia, estavam todos estressados e era mais fácil admitir problemas pessoais. Isso fez diminuir o preconceito contra as doenças mentais. Agora, é preciso manter esse tema no topo das preocupações”, defende.

Há exemplos em todo o país. Em janeiro, por exemplo, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal lançou um guia para orientar o cuidado da saúde mental entre os servidores, denominado Janeiro Branco: a vida pede equilíbrio. No Rio de Janeiro, a prefeitura deu início, ainda em 2021, ao Programa Saúde Mental para 51 mil profissionais da rede municipal de ensino.

Apesar das muitas iniciativas existentes, ainda é necessário avançar a fronteira das intenções. É o caso do Projeto de Lei n. 3.383/21, proposto pelo senador Alessandro Vieira. O texto institui a constituição de um Comitê Gestor de Atenção Psicossocial, com a participação da comunidade escolar e de representantes da atenção básica local. No entanto, depois de quase dois anos parado, aguardando distribuição, apenas recentemente o texto voltou a tramitar.

Com o agravamento da violência nas escolas, que pode ser verificado pelo encurtamento do tempo entre os episódios, diversas iniciativas surgiram em Estados e municípios. A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo retomou, por exemplo, um programa de atendimento psicológico nas escolas – que havia sido desativado ainda em fevereiro.

Deve-se considerar, no entanto, que sempre há o risco de descontinuidade de políticas públicas. Por isso, é necessário estar alerta para o risco de programas pontuais, que nascem durante tragédias, e logo são esquecidos. Mesmo na Espanha, por exemplo, muitas medidas são eleitoreiras, na opinião de Avilés, e miram apenas o curto prazo. Para ele, é fundamental que se criem programas de longo prazo, integrados com o planejamento escolar, em todas as dimensões.

Para o pesquisador espanhol, essa rede de cuidados tem múltiplas dimensões. Naquilo que chama Pedagogia de Cuidados, trata-se de entender a escola muito mais do que um centro de conhecimento, mas sim como um lugar de convivência que deve produzir bem-estar. Avilés chama a atenção,

**ISSO ACONTECE PORQUE OS
DOCENTES VIVEM A TEMPESTADE
PERFEITA EM SUA PROFISSÃO.
“SÃO PESSOAS ALTAMENTE
VOGACIONADAS COM UMA ESTRUTURA
DE TRABALHO PRECÁRIA E REMUNERAÇÃO
PROPORCIONALMENTE BAIXA”**





por exemplo, para a importância do trabalho em equipe, com responsabilidade compartilhada e realização coordenada, que atue principalmente de modo preventivo. “A qualidade do ambiente escolar não depende apenas de uma pessoa, mas de uma equipe, de um contexto, de uma escola que assuma essa cultura e proponha estratégias para elaborar e desenvolver essa pedagogia”, afirma.

É importante, no seu entender, também para as questões de gênero. Segundo explica, é muito frequente que recaia sobre as alunas e sobre as educadoras o papel de cuidado. Portanto, desenvolver a responsabilidade coletiva, em que os homens também sejam responsáveis pelo cuidado mútuo, é essencial e educativo, em consonância com as práticas de igualdade de gêneros na sociedade.

Em diversas ações realizadas com escolas e universidades brasileiras, Avilés vem focando na formação de professores. “É preciso construir essas habilidades e competências com os docentes. Isso precisa ser um objetivo educativo, que precisa ser ensinado – o que é plenamente possível”, explica. Como exemplo de parceria com esse objetivo, Avilés realizou uma oficina na Escola Concept, em São Paulo, com foco na Pedagogia de Cuidados. A ação se integrou a um conjunto de iniciativas que já caminham no mesmo sentido. A escola planeja recessos estratégicos com focos no bem-estar físico e mental e promove diversos momentos de vida comunitária, bem como estimula práticas esportivas, culturais e jogos colaborativos entre os docentes. “Essa sempre foi uma prioridade em nosso projeto”, explica a diretora Priscila Torres.

Mas, afinal, quem deve ser o responsável pela proposição de iniciativas para o bem-estar docente? Para Avilés, são os diretores, no caso das escolas privadas, e das políticas públicas, no caso das redes de ensino. Sem o envolvimento dos órgãos gestores, as chances de ações duradouras são pequenas. São necessárias mesmo mudanças de paradigmas, para que a escola se torne um lugar de bem-estar. “Propostas nesse sentido precisam estar articuladas com os demais planos pedagógicos. Está sendo feito menos do que se deveria fazer, o mundo vive uma situação crítica e há consciência da necessidade de se fazer mais pela convivência e pela saúde mental”, finaliza Avilés. ▣

PARA SABER MAIS

● JANEIRO BRANCO 2023 – A vida pede equilíbrio. Janeiro Branco. Disponível em: mod.lk/ed24_cd2. Acesso em: 13 abr. 2023.

● LYRA, T. Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022. Nova Escola, 2022. Disponível em: mod.lk/ed24_cd. Acesso em: 13 abr. 2023.

EDUCAÇÃO *para a* **TRANSFORMAÇÃO**

Manifesto

A educação nos une para imaginar e construir um mundo mais justo, democrático e sustentável.

Desde sua origem, a Fundação Santillana assumiu o compromisso de contribuir para a superação das desigualdades educacionais. Este é um de nossos princípios essenciais. Estamos certos de que esse é o único caminho possível rumo a um futuro mais justo, democrático e sustentável. Comprometida com a Educação Básica, a Fundação quer fomentar o desenvolvimento intelectual, social e emocional de crianças e jovens por meio do conhecimento e criar oportunidades para a aprendizagem ao longo da vida.

O conhecimento derruba barreiras. Aproxima. Expande horizontes. Forma cidadãos responsáveis, críticos, criativos e atuantes. O conhecimento nos leva a lugares com os quais jamais sonharíamos. Nossa missão é investir na educação para mudar vidas. Queremos transformar as sociedades, os países... o planeta!

Em um mundo cada vez mais globalizado, conectado e digital, todos os elos do ecossistema da educação assumem o papel de protagonistas. Juntos formamos uma rede em constante movimento, na construção de uma educação de qualidade e equânime. Integramos os alunos aos processos de aprendizado.

Empoderamos os professores como agentes da transformação educacional, impulsionando sua formação e valorizando sua liderança.

Damos suporte a diretores, gestores públicos e privados para o desenvolvimento e fortalecimento de uma governança ágil, inovadora e inclusiva. Convocamos as famílias a participar de nossos projetos. Para nós, a melhoria da educação é uma missão de todos nós. **A educação nos une.**

Por meio de programas próprios e de apoio a iniciativas, a Fundação Santillana promove a produção e a difusão de conhecimento sobre os temas centrais das políticas de educação, ensino, aprendizagem e convivência no espaço escolar. Com a divulgação de análises, indicadores e boas práticas, estimulamos o debate sobre os desafios e as soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias, em diferentes instâncias e regiões. E, para tanto, contamos com a cooperação de entidades historicamente comprometidas com o aperfeiçoamento dos sistemas e práticas educacionais.

Estamos abertos (sempre!) à pluralidade de ideias, conhecimentos e experiências. Só assim acreditamos ser possível construir uma educação verdadeiramente inovadora, inclusiva, igualitária e solidária.

O futuro é hoje. Estamos juntos, contamos com vocês.



Acesse nossa biblioteca digital





-UM NOVO PROJETO- Revista Fundação Santillana



Evoluímos. Das nossas lives semanais, que tinham como propósito refletir os desafios da educação brasileira, notamos a necessidade de ampliar essa conversa e o nosso apoio aos professores e envolvidos na tarefa de educar.

Chegamos em um novo projeto comunicativo, que irá levar ao nosso público uma rica curadoria, pensando conceitos, conhecendo práticas, refletindo sobre desafios e com - partilhando referências que enriquecem nossa comunidade educativa.

Sejam bem-vindos e bem-vindas  Revista Fundação Santillana! Um espaço dedicado a apoiar a educação como processo - pessoal e coletivo - de transformação que contribui para uma sociedade democrática e antirracista, mais solidária, justa e sustentável.

Nossa revista digital trará temas contemporâneos fundamentais e pretende contar com diversas vozes, que nos apresentarão iniciativas e metodologias que estão impulsionando mudanças no campo educativo.

Escaneie para
conferir agora!



 fundacaosantillana.org.br

   /fundacaosantillana

Educação inclusiva precisa de bons recursos pedagógicos

A Santillana acredita que a inclusão é uma construção coletiva e de responsabilidade compartilhada por aqueles que trabalham por uma educação igualitária e para todos.

TEXTO *Luciano Monteiro*





NÃO APENAS no Brasil, mas em todos os países onde a concepção de educação inclusiva avança, está cada vez mais evidente que não será possível ir muito adiante sem apoiar fortemente a escola com conhecimentos, recursos, formação. Afinal, trata-se de uma nova concepção, com novos paradigmas, que supõem transformações pedagógicas – para muito além do atendimento de crianças e adolescentes com deficiência ou com altas habilidades. Para ser mais inclusiva, as instituições de ensino precisam revisitar seu próprio projeto político pedagógico com o objetivo de levar cada aluno a avançar em seu próprio contexto de possibilidades.

Nem sempre é possível para o mundo editorial atender às especificidades dos temas da inclusão, por sua escala, pelas diferenças de visões envolvidas e pela própria diversidade de condições que caracterizam a educação inclusiva. Mas esses recursos estão surgindo – ao menos no Grupo Santillana – como parte da política de Ambiente, Social e Governança (em português ASG, do inglês Environmental, Social and Governance, ESG), em pleno desenvolvimento na companhia, nos países onde atua.

No Brasil, por exemplo, a Fundação Santillana lançou, em 2020, em pleno primeiro ano da pandemia, um livro que rapidamente se tornou uma referência no tema. Trata-se da obra *Educação Inclusiva na prática* – experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas. Organizado por Rodrigo Hubner Mendes, criador do Instituto Rodrigo Mendes, o livro traz, além de textos do autor, colaboração de educadores de renome, como o venezuelano Fernando Reimers, pesquisador de Harvard, e o brasileiro Lino de Macedo, da Universidade de São Paulo (USP).

Trazendo reflexões, dados históricos e estudos de caso, o livro está disponível gratuitamente no portal da Fundação Santillana. “Nossa intenção foi aproximar o leitor de práticas educacionais inclusivas exemplares, capazes de contribuir para o estabelecimento de reflexões inspiradoras. Consideramos fundamental que as experiências apresentadas não sejam entendidas como receituários, mas como fontes de inspiração e pesquisa para outros projetos educacionais comprometidos com o tema da inclusão escolar”, explicou Mendes.





SANTILLANA INCLUSIVA

Internacionalmente, a Santillana também vem buscando formas de oferecer aos educadores, alunos e famílias recursos que permitam avançar no projeto de educação inclusiva. Nos dias 26 e 27 de abril de 2023 aconteceu o primeiro Congresso Internacional de Educação Inclusiva para a América Latina, momento planejado para a empresa apresentar a iniciativa Santillana Inclusiva.

O evento virtual buscou reunir renomados palestrantes internacionais, e as inscrições foram gratuitas. Realizado pela Santillana, com o apoio da UNIR (La Universidad em Internet), da Fundação Santillana, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e da Confederação Interamericana de Educação Católica (Ciec), teve por foco central justamente os desafios da educação inclusiva. A iniciativa Santillana Inclusiva promove a produção, em língua espanhola, de recursos digitais adaptados, além de orientação técnico-pedagógica e assessoria aos centros.

“Faz alguns anos que tínhamos inquietude sobre o tema e procurávamos formas de gerar material de apoio para professores, para população com deficiência e dificuldades de aprendizagem”, conta o diretor global de conteúdos, Luis Guillermo Bernal. Surgiu, assim, a ideia de um trabalho coletivo, envolvendo todos os países de língua espanhola, abordando inicialmente sete grupos específicos: síndrome de down, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), dislexia, dificuldades auditivas, dificuldades visuais e autismo (TEA). Cada país buscou a parceria com organizações sociais especializadas de alta reputação. “Fizemos um trabalho transversal, mas que pudesse se situar localmente”, conta o diretor. O projeto teve início em 2022 e está em permanente construção.

Todos os recursos são digitais e acessíveis e dividem-se entre recursos de orientação psicopedagógica para os educadores, material para os alunos e orientações para gestores. “Tanto este novo projeto como a celebração do Congresso Internacional de Educação Inclusiva fazem parte do compromisso da Santillana com a diversidade e a igualdade na educação, alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 e o Plano Diretor de Sustentabilidade da empresa”, finaliza o diretor.

INICIATIVA BRASILEIRA

Aqui no Brasil, a Moderna, uma das marcas da Santillana Brasil, acaba de lançar uma parceria com o Porvir, um dos mais prestigiados sites brasileiros sobre inovação e educação, para a produção e divulgação da série de reportagens “Desafios da Educação Inclusiva”. Ao todo serão oito reportagens e conteúdos relacionados ao tema da educação inclusiva escritos por especialistas, além de materiais especiais para redes sociais. A ação tem como objetivo conscientizar redes de ensino, escolas e famílias em relação a práticas de inclusão e debater experiências e vivências em todo o Brasil. O conteúdo é lançado mensalmente no portal Porvir e replicado nas redes sociais da editora Moderna. ▣

PARA SABER MAIS

- I Congreso Internacional de Educación Inclusiva. Santillana Global, 2023. Disponível em: mod.ik/ed24_suz2. Acesso em: 19 abr. 2023.
- MENDES, R. H. *Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um*. Fundação Santillana e Editora Moderna, 2020. Disponível em: mod.ik/ed24_sut1. Acesso em: 19 abr. 2023.
- OLIVEIRA, R. *Educação inclusiva é assunto para todas as etapas de formação de professores*. Porvir e Editora Moderna, 2023. Disponível em: mod.ik/ed24_suz3. Acesso em: 19 abr. 2023.

Livros, Podcast

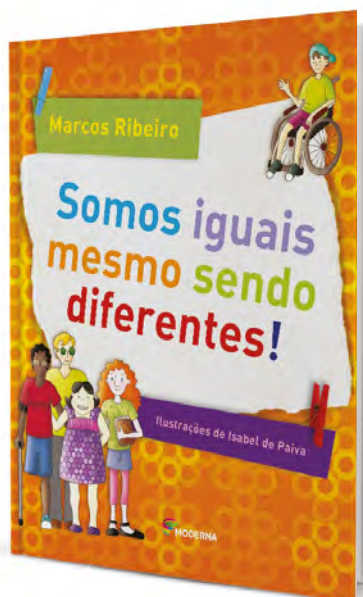


COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

por Cedac, Moderna e Fundação Santillana

Como atuar frente às demandas do dia a dia da escola? Como se tornar um articulador entre a gestão e a equipe pedagógica? Um livro pensado com exclusividade para atender às necessidades do coordenador escolar e adentrar os desafios de formação, de relacionamento com as famílias e da avaliação das aprendizagens para conquistar os resultados esperados. A continuação de uma coleção de sucesso feita em parceria com a Comunidade Educativa Cedac e que acompanha uma série exclusiva em formato de podcast.

SAIBA MAIS Livro digital gratuito para download em mod.lk/ed24_fv4.



SOMOS IGUAIS MESMO SENDO DIFERENTES!

por Marcos Ribeiro

Um dos maiores clássicos literários para a tratativa do tema da inclusão em nova edição reformulada por Marcos Ribeiro. O livro promove o respeito e fomenta a igualdade de direitos por meio do diálogo e com propostas facilmente aplicadas na escola e em casa. Uma obra essencial para repensar valores e combater preconceitos de forma constante e efetiva.

SAIBA MAIS À venda nas principais livrarias do Brasil.



DANIEL NO MUNDO DO SILÊNCIO

por Walcy Carrasco

Depois de perder a audição, Daniel teve de aprender a se comunicar de outra maneira, com as mãos, mas nem todos entendem a língua de sinais. Ao ingressar na escola regular, o menino não consegue acompanhar as aulas e acaba excluído pelos colegas. Será possível romper a barreira do silêncio? Nessa obra, Walcy Carrasco traz um toque emocionante como pano de fundo para tratar a inclusão e o respeito às diferenças. A obra está aprovada para a escolha do PNLD 2023 na etapa das obras literárias e pode compor os acervos das salas de aula das escolas públicas de todo o Brasil.

SAIBA MAIS À venda nas principais livrarias do Brasil.

& Série



EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

PODCAST Fundação Santillana

A Fundação Santillana lançou a segunda temporada do podcast Educação e Relações Étnico-Raciais. A série aborda a necessidade de uma educação democrática e que lute para combater as desigualdades étnicas e raciais na sociedade. As duas temporadas reúnem especialistas em educação antirracista em episódios que tratam diferentes aspectos, como a formação de professores, o ensinar e o aprender tendo como base a perspectiva antirracista, práticas significativas para a desconstrução dos preconceitos. Nomes como Nilma Lino Gomes, Wilma Baía Coelho, Carine Souza e Luane Bento dos Santos contribuem com reflexões significativas para quem faz a educação.

SAIBA MAIS Episódios gratuitos em mod.lk/ed24_fv1.



ATYPICAL

SÉRIE Netflix

Sam Gardner é um jovem autista de 18 anos em busca de sua independência. Em sua jornada por autonomia e amadurecimento, são apresentados os desafios de Sam e sua família para lidar com os medos, as dificuldades e as oportunidades que as diferenças e o respeito ao próximo garantem. Uma história divertida, leve e repleta de aprendizados, sonhos e realizações que mostra que “ser normal” nem sempre é tão óbvio!

SAIBA MAIS

Disponível em mod.lk/ed24_fv3.

PALOMA BARBOSA

é ilustradora e artista visual, técnica em comunicação visual e com graduação em Artes Visuais. Assina seus trabalhos como Partes, desde 2015. Atualmente trabalha como ilustradora freelancer. Em sua pesquisa explora, por meio do desenho, a imagem de mulheres diversas, contemplando também nas ilustrações a sua vivência como mulher preta com deficiência.



Proyección

con **SANTILLANA**
ESPAÑOL

EDUCACIÓN QUE ROMPE **FRONTERAS**



Ser pioneiro na educação é trilhar um território desafiador.

Para sua escola se diferenciar em seu negócio, convidamos você a **redefinir as fronteiras da inovação** com uma nova língua.

Afinal, a melhor forma de superar a concorrência é criar uma necessidade ainda não explorada!

Para isso, confie em **Santillana Español!**

Módulos flexíveis
quanto a carga
horária semanal.

Solução educacional de
espanhol para todos os
segmentos escolares.

Alinhada ao MCER
(Marco Comum Europeu
de Referência para as
Línguas)

Agende uma reunião e expanda as fronteiras da
educação da sua escola.

www.proyeccion.com.br | 0800-772-1047



MODERNAmigos

NOSSA CENTRAL DE RECURSOS PEDAGÓGICOS ESTÁ DE CARA NOVA!

Tudo pensado para otimizar o seu tempo!



Planejamento interativo e em poucos cliques



Conteúdos prontos para imprimir e aplicar



Banco de questões e avaliações para checar a aprendizagem



Acesse agora e conheça!

moderna.com.br/modernamigos



MODERNA



/editoramoderna



/editoramoderna



/edmoderna